

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM

LAURA CHRISTINA MACEDO PIOSIADLO

Avaliação da vulnerabilidade de mulheres à violência doméstica:
uma proposta utilizando indicadores de subalternidade de gênero
na família

SÃO PAULO

2013

LAURA CHRISTINA MACEDO PIOSIADLO

Avaliação da vulnerabilidade de mulheres à violência doméstica:
uma proposta utilizando indicadores de subalternidade de gênero
na família

Tese apresentada ao Programa Interunidades
de Doutorado em Enfermagem da Escola
de Enfermagem e Escola de Enfermagem de
Ribeirão Preto da Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de Doutor em
Enfermagem

Área de concentração: Saúde Coletiva

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Godoy
Serpa da Fonseca

SÃO PAULO
2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Assinatura: _____

Data: __/__/__

Catálogo na Publicação (CIP)
Biblioteca “Wanda de Aguiar Horta”
Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Piosiadlo, Laura Christina Macedo

Avaliação da vulnerabilidade de mulheres à violência doméstica: uma proposta utilizando indicadores de subalternidade de gênero na família / Laura Christina Macedo Piosiadlo. -- São Paulo, 2013.

172 p.

Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca

Área de concentração: Saúde Coletiva

1. Saúde pública 2. Vulnerabilidade 3. Violência doméstica

Nome: Piosiadlo, Laura Christina Macedo

Título: Avaliação de Vulnerabilidade de Mulheres à Violência Doméstica:
uma proposta utilizando indicadores de subalternidade de gênero.

Tese apresentada ao Programa Interunidades de Doutorado em
Enfermagem da Escola de Enfermagem e Escola de Enfermagem de
Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de
Doutor em Enfermagem

Aprovado em ___/___/___

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres: Olívias, Elisias, Brígidas, Mauras, Marias, Helenas, Sônias, Carmens, Telmas, Reginas, Ivones, Sandras, Solanges, Márcias, Rosângelas, Lucys, Brunas... que de alguma maneira, ao passarem por minha vida (fisicamente ou por meio das histórias de vida), me influenciaram a buscar liberdade e respeito para todas Geórgias, Marias, Luízas, Claras, Helenas, Fernandas, Paulas, Anas, Elisias, Carolinas, Maêvas, Manuelas, Valentinas, Isadoras, Marianas, Marinas, Victórias... E quem mais chegar.

Que ao lado dos Leonardos, Arthures, Miguéis, Pedros, Joões, Gabriéis, Vinícius, Murilos... elas possam desfrutar de uma convivência fraterna entre seres humanos, não por uma concessão ou um privilégio, mas porque a equidade inter-gêneros será um conceito tão interiorizado nas pessoas, que ao lerem essa tese no futuro pensarão *“como alguém pode agir violentamente contra outra pessoa, simplesmente por serem de sexos diferentes?”*

Aos meus pais Joaquim e Brígida, que nunca precisaram fazer nenhum discurso sobre respeitar as pessoas independentemente das diferenças de gênero, etnia, idade ou classe social. Com seus exemplos, eles me mostraram esse respeito de forma tão coerente, que ainda hoje eu me nego a aceitar que tanta desigualdade e injustiça sejam baseadas nesses tipos de desigualdade.

AGRADECIMENTOS

Ao **Daniel**, meu companheiro, que livremente escolheu estar ao meu lado demonstrando sempre o mesmo amor, cuidado, e carinho na alegria e na tristeza, na saúde e na doença. Nas nossas diferenças nos complementamos tanto! Por seu apoio incondicional e por tudo que aprendi com você neste período e em todo o tempo em que estamos juntos.

A minha orientadora **Rosa**, que logo no primeiro dia em que nos vimos já deu o tom da conversa, quebrou as formalidades, os protocolos e me fez perceber que também as relações profissionais podem e devem ser permeadas por simpatia, tolerância, respeito aos limites do outro, compreensão. Muito obrigada pois além de partilhar seus conhecimentos, me mostrou que era possível tornar este caminho mais suave.

Aos colegas do **Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Paraná**, que me estimularam a buscar esta capacitação. Em especial aos amigos **Liliana, Marta, Paulo e Sandra** que garantiram objetivamente o suporte necessário para que eu pudesse me dedicar integralmente à pesquisa por dois anos e também pelo carinho amizade e preocupação que demonstraram nos momentos mais difíceis desta etapa.

Às colegas e companheiras de viagens: **Leda, Silvana e Vânia Denise** e aos meus anjos da guarda **Rafaela e Nilton** pela cumplicidade, pela paciência, pelas conversas, pela ajuda. À amiga **Islândia** militante das mesmas causas e “tradutora” da língua espanhola.

Aos meus familiares de São Paulo, especialmente aos meus queridos primos-tios **Vera e Nivaldo**: como retribuir todo o cuidado e carinho que esteve sempre evidente em todos os detalhes - o quarto arrumado à minha espera, os jantares em família, as caronas, as conversas sobre a família e os projetos de vida? Sinto saudades dessa convivência tão próxima!

Aos profissionais de saúde que foram mais que profissionais: **Vera, Paulo Pacheco, Mitiko e Murillo**. Sem o apoio de vocês com certeza eu não teria concluído este trabalho.

Ao meu cunhado **Gustavo** que com seu jeito discreto, no momento em que sua presença se fez necessária, me apoiou firmemente em uma das etapas mais difíceis da minha vida.

Aos meus irmãos **Leandro e Luiz Ricardo**, cada um do seu jeito, de formas tão diferentes, se fizeram presentes durante toda a caminhada. Também às suas parceiras, **Tatiana e Dayhenne**.

A todos da **Escola de Enfermagem**, docentes e demais trabalhadores que com seu trabalho contribuíram objetivamente para que eu pudesse defender essa tese.

Às **juízas** que se dispuseram a participar da pesquisa dedicando seu tempo e conhecimento na construção coletiva do conhecimento.

Às colegas do **grupo de pesquisa Gênero, Saúde e Enfermagem**, por suas contribuições tão enriquecedoras.

Ao profissional de estatística **Rodrigo**, por seu profissionalismo, sua disposição e sua paciência para que eu conseguisse desvendar os enigmas estatísticos escondidos em meio a tantos números.

Aos amigos da Universidade Estadual de Minas Gerais – professores **André Vinícius, Rodrigo Furtado e Rodrigo Portari** – a amizade que hoje nos une, inicialmente nada tinha a ver com o processo de construção da tese, mas vocês marcaram este período da minha vida e estarão sempre presentes nas boas lembranças desta fase.

À **Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais**, por ceder o campo de pesquisa e ao **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq** por financiar este projeto.

Às **usuárias, trabalhadoras e trabalhadores** que contribuíram para a realização desta pesquisa. A tese é a materialização da contribuição de cada indivíduo que respondeu ao questionário, cedeu uma sala, negociou a disponibilidade de um espaço adequado para entrevistas, convidou uma pessoa a participar da pesquisa... Que os resultados por mim encontrados e aqui registrados frutifiquem da forma mais bonita que nós - vocês e eu - imaginamos!

“Mulher, desperta. A força da razão se faz escutar em todo o Universo. Reconhece teus direitos. O poderoso império da natureza não está mais envolto de preconceitos, de fanatismos, de superstições e de mentiras. A bandeira da verdade dissipou todas as nuvens da ignorância e da usurpação. O homem escravo multiplicou suas forças e teve necessidade de recorrer às tuas, para romper os seus ferros. Tornando-se livre, tornou-se injusto em relação à sua companheira.”

(Olympe de Gouges, Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, 1791)

Piosiadlo, LCM. **Avaliação de Vulnerabilidade de Mulheres à Violência Doméstica**: uma proposta utilizando indicadores de subalternidade de gênero. [Tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo; 2013.

RESUMO

Apesar de a violência não ser em si um problema de saúde típico, por ser um fenômeno determinado histórico e socialmente, afeta fortemente o setor pois provoca mortes, lesões e traumas físicos, emocionais e espirituais, diminui a qualidade de vida das pessoas. Isso traz novas questões a serem consideradas na assistência à saúde. **Objetivo**: foi analisar a vulnerabilidade das mulheres para violência doméstica em relação à subalternidade de gênero na família a partir da criação de um instrumento de avaliação, que foi testado e validado de modo que seu conteúdo constituísse uma relação direta entre a subalternidade de gênero e a violência doméstica. **Metodologia**: é um estudo metodológico composto das seguintes fases: criação da primeira versão do instrumento; avaliação desta versão por juízas, readequação do instrumento; aplicação da segunda versão em usuárias dos serviços de saúde; análise dos resultados e elaboração da versão final. A base para a formulação do instrumento foram os resultados obtidos por Okabe (2010). A coleta de dados aconteceu em São José dos Pinhais – PR. **Resultados**: um retrato das 320 mulheres que compuseram a amostra poderia ser assim descrito: são adultas, tem, em média, 39 anos, migraram do interior do estado do Paraná para São José dos Pinhais ainda na infância e vivem no município, em média, há 20 anos, são casadas ou vivem em união estável, cristãs e tem dois filhos em média, cursaram apenas o ensino fundamental, trabalham em atividades relacionadas ao cuidado de casas ou estabelecimentos comerciais ou ligadas ao comércio, porém, boa parte delas não exerce atividade remunerada. A maioria delas (57,94%) reconhece que já sofreu algum tipo de violência física ou psicológica pelo menos uma vez na vida. A análise quantitativa, por meio da análise fatorial do instrumento, mostrou-se a forma mais adequada de analisar o conjunto das respostas. **Conclusões**: ao longo deste trabalho comprovou-se a relação direta entre a subalternidade de gênero e a vulnerabilidade para a violência doméstica contra a mulher. Ao final, as questões ficaram divididas em dois grupos: 1) as que reiteram a subalternidade e 2) as que superam a subalternidade de gênero, sendo que: quanto maior a média das respostas para as questões do grupo 1, maior a vulnerabilidade para a violência doméstica; quanto maior a média para as questões do grupo 2 maior o reconhecimento ou o interesse na superação da subalternidade de gênero.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Análise de vulnerabilidade. Saúde coletiva. Métodos. Subalternidade.

PIOSIADLO, LCM. **Evaluation of vulnerability of women to the domestic violence**: a propose utilizing indicators of subalternity of gender. [Thesis]. São Paulo: Nursery School of University of de São Paulo; 2013.

ABSTRACT

Tough violence is not a typical health problem in itself, it is a historically and socially determined phenomena and strongly affects the health services because it result on deaths, wounds and traumatizes physically, emotional and spiritually, lower the life standards of people. That brings new questions, to consider on health assistance. The objective of this thesis is to analyze the vulnerability of women to domestic violence on relation to subalternity of gender on a family from the creation of an instrument of evaluation, which was tested and validated on a way that its content made a direct relation between subalternity of gender and domestic violence. It is a methodological study composed of the following steps: the creation of the first version of the instrument, evaluation of the object by the judges, reconstruction of the instrument, and application of the second version of the research on health services users, analysis of the results and the elaboration of the final version. The base for the instrument formulation were the results obtained for OKABE (2010). The data collection happened on São José dos Pinhais – PR. A portrait of the 323 women that composed the sample could be described as: adults with ages around 39 years old, migrated from the countryside of the state of Parana to Sao Jose in their childhood and now live there for about 20 years, they are married or live with their spouses on stables relationships. Christians, with two children, they have about eight years of study, most of them are housewives, or work as maids, some work on stores to no salary. Most of those women admit being victims of violence, physically or psychologically, at least once on her life. The quantitative analysis was done through a factorial of the instrument showed as the most adequate way to analyze the answers. Through this process, it has been proved the relation between subalternity of gender and the vulnerability of those women to domestic violence. On the end the questions were divided on two groups : 1) those who live on subalternity and 2) those who surpass the subalternity of gender, that those who answered more question of group one were more vulnerable to domestic violence, the more question answered on group two, more the awareness or the interest on surpassing the subalternity of gender.

Keywords: Violence against women. Vulnerability Analysis. Public Health. Methods. Subalternity.

PIOSIADLO, LCM. **Evaluacion de la vulnerabilidad de las mujeres contra la violència doméstica:** una propuesta basada em los indicadores de subordinación de género. [Tesis]. São Paulo: Escuela de Enfermería de la Universidad de São Paulo; 2013.

RESUMEN

A pesar de la violencia no ser en si un problema de salud típico, por lo ser un fenómeno determinado histórico y socialmente, afecta fuertemente el sector pues provoca muertes, lesiones y traumas físicos, emocionales y espirituales, disminuye la calidad de la vida de las personas. Eso trae nuevas cuestiones a serien consideradas en la asistencia a la salud. El objetivo de este trabajo fue analizar la vulnerabilidad de las mujeres para la violencia doméstica en relación a la subalternidad de género en la familia a partir de la creación de un instrumento de evaluación. Este instrumento fue testado y validado de modo que su contenido diese cuenta de constituir una relación directa entre la subalternidad de género en la familia y la ocurrencia de la violencia doméstica por medio del instrumento creado. Es un estudio metodológico compuesto de las siguientes fases: creación de la primera versión del instrumento; evaluación de esta versión por las juezas; adecuación del instrumento; aplicación de la segunda versión en usuarias del servicio de salud; análisis de los resultados y elaboración de la versión final. La base para la formulación del instrumento fueron los resultados obtenidos por Okabe (2010). La investigación ocurrió en San José de los Pinhais - PR. Un retrato de 323 mujeres que compusieran la muestra podría ser así descrito: son adultas, tienen en media 39 años, migraron del interior del estado del Paraná para San José de los Pinhais todavía pequeñas y viven en el municipio, promedio, hace 20 años. Son casadas o viven en unión estable. Son cristianas y tienen, un promedio de dos hijos. Hicieron a penas la escuela fundamental, trabajan en actividades relacionadas con el cuidado de casas o de establecimientos comerciales o ligadas con el comercio, sin embargo, gran parte de ellas no ejercen actividad con remuneración. La mayoría de ellas (57,94%) reconoce que ya sufrió algún tipo de violencia física o psicológica por lo menos una vez en la vida. La análisis cuantitativa, por medio de la análisis factorial del instrumento, se ha mostrado la forma mas adecuada de analizar el conjunto de las respuestas. Al largo de este trabajo se ha comprobado la relación directa en la subalternidad de género y la vulnerabilidad para la violencia doméstica contra la mujer. Al final, las cuestiones se quedaron compartidas en dos grupos: 1) las que reiteran la subalternidad y 2) las que superan la subalternidad de género, siendo que: cuanto mayor la media de las respuestas para las respuestas para las cuestiones del grupo 1, mayor es la vulnerabilidad para la violencia doméstica; cuanto mayor la media para las cuestiones del grupo 2, mayor es el reconocimiento o el interese en la superación de la subalternidad de género.

Palabras claves: Violencia contra la mujer. Análisis de vulnerabilidad. Salud Pública. Métodos. Subalternidad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Distribuição das mulheres entrevistadas por faixa etária.... .	77
Figura 2 -	Distribuição das mulheres entrevistadas por local de nascimento.....	77
Figura 3 -	Distribuição das mulheres entrevistadas por estado civil.....	78
Figura 4 -	Distribuição das mulheres entrevistadas por religião.....	78
Figura 5 -	Distribuição das mulheres entrevistadas por grau de instrução.....	79
Figura 6 -	Análise do número de componentes pelo <i>screeplot</i>	84
Figura 7 -	Média dos fatores desagregada por ocorrência de maus-tratos.....	96
Figura 8 -	Média dos fatores desagregada por ocorrência de agressão física nos últimos doze meses.....	97
Figura 9 -	Média dos fatores desagregada por ocorrência de relações sexuais forçadas nos últimos doze meses.....	99
Figura 10 -	Média dos fatores desagregada por ocorrência de medo.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Cenário, critérios de seleção e composição da população em cada etapa da pesquisa.....	62
Quadro 2 –	Indicadores de subalternidade de gênero na família utilizados por Okabe (2010) de acordo com as áreas.....	63
Quadro 3 -	Índice de aprovação das frases analisadas por juízas para a composição do instrumento a ser aplicado em usuárias.....	66
Quadro 4 -	Frases excluídas após análise fatorial.....	91
Quadro 5 -	Frases a compor o instrumento após análise fatorial.....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Divisão da população de São José dos Pinhais por regional de saúde, em números absolutos e percentuais.....	69
Tabela 2 -	Divisão das mulheres que compuseram a amostra de acordo com tipo de ocupação.....	79
Tabela 3 -	Percentual de casos válidos e omissos referentes aos itens do instrumento.....	81
Tabela 4 -	Análise da normalidade da distribuição dos itens do instrumento.....	82
Tabela 5 -	Autovalores empíricos e aleatórios.....	84
Tabela 6 -	Matriz <i>Pattern(a)</i> do Instrumento com extração de quatro fatores.....	85
Tabela 7 -	Matriz <i>Pattern(a)</i> do Instrumento com extração de três fatores.....	87
Tabela 8 -	Matriz <i>Pattern(a)</i> do Instrumento com extração de dois fatores.....	88
Tabela 9 -	Média dos fatores desagregada por ocorrência de maus-tratos ao menos uma vez na vida.....	96
Tabela 10 -	Média dos fatores desagregada por ocorrência de agressão física nos últimos doze meses.....	97
Tabela 11 -	Média dos fatores desagregada por ocorrência relações sexuais forçadas nos últimos doze meses.....	99
Tabela 12 -	Média dos fatores desagregada por presença de medo.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAS	<i>Abuse Assessment Screen</i>
AF	Análise Fatorial
ESF	Estratégia Saúde da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PNAISM	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
KMO	Kaiser-Meyer-Olkin

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 OBJETIVOS	29
2.1 OBJETIVO GERAL	29
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	29
3 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO	31
3.1 TAPINHA DE AMOR NÃO DÓI - Refletindo sobre as categorias gênero e violência de gênero	32
3.1.1 Ninguém nasce mulher, torna-se mulher – e assim se constroem os gêneros	32
3.1.2 O homem pode não saber porque bate, mas a mulher sabe porque apanha... Será? O que é essa tal violência de gênero?	39
3.1.3 Dormindo com o inimigo - para muitas mulheres o agressor não está nas ruas.....	42
3.1.4 Em briga de marido e mulher não se mete a colher – e as políticas públicas? Onde entram?	50
3.2 UM OUTRO JEITO DE TRABALHAR – sob a ótica da vulnerabilidade e das tecnologias leves	53
4 O CAMINHO PERCORRIDO	61
4.1 TIPO DE PESQUISA	61
4.2 ETAPAS DA PESQUISA.....	61
4.2.1 Elaboração da versão do instrumento a ser validada por juízas	62
4.2.2 Validação da versão do instrumento por juízas.....	64
4.2.3 Aplicação do instrumento em usuárias de serviços de saúde	67
4.2.4 Validação estatística e construção da terceira versão	73
5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	76
5.1 QUEM SÃO? DE ONDE VIERAM? O QUE FAZEM ESSAS MULHERES?.....	76

5.2 VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	80
5.2.1 Fatorabilidade da matriz e análise da consistência interna.....	83
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	95
6.1 ANÁLISE ESTATÍSTICA - sensibilidade do instrumento	95
6.1.1 Análise da média dos fatores desagregada por ocorrência de maus- tratos.....	95
6.1.2 Análise da média dos fatores desagregada por ocorrência de agressão física nos últimos doze meses.....	97
6.1.3 Análise da média dos fatores desagregada por ocorrência de violência sexual nos últimos doze meses	98
6.1.4 Análise da média dos fatores desagregada por presença de medo	99
6.2 ANÁLISE CRÍTICA - além do que os números dizem	103
7 CONCLUSÕES	111
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICES	120
ANEXOS.....	169

APRESENTAÇÃO

Imagino eu que uma investigação deva começar de uma inquietação da própria pesquisadora. Também acredito que nenhuma pessoa consegue ser completamente neutra ao se envolver em uma pesquisa. Esforcei-me ao máximo para agir de forma honesta e ética porém, o simples fato de iniciarmos o processo da pesquisa com uma hipótese a ser testada, já me faz pressupor que a pesquisadora tem uma opinião prévia sobre o assunto. Isso já desconstrói a suposta neutralidade existente na pesquisadora. Sendo assim, me apresento de forma que fiquem nítidos os processos históricos e sociais (da minha própria vida) que me fizeram crer na importância de estudar a desigualdade de gênero e assumir o desafio de criar um instrumento que identificasse a vulnerabilidade para a violência doméstica relacionando-a com a subalternidade de gênero.

A mais velha e a única mulher dos três dos filhos do seu Joaquim e da dona Brígida, ao olhar pra trás percebo que recebi uma criação peculiar e talvez privilegiada em relação a outras meninas brasileiras, de família tradicionalmente mineira, nascidas na década de 1970. Meus pais se esforçaram ao máximo para que não houvessem distinções (no sentido de privilégios) entre os filhos, nem relacionadas ao gênero e nem relacionadas à idade. Brincávamos com os mesmos brinquedos, dividíamos as tarefas domésticas, levávamos as mesmas broncas pelos mesmos motivos, saíamos pra rua e tínhamos a mesma liberdade e a mesma responsabilidade de voltarmos pra casa nos horários estabelecidos... E nenhum dos irmãos tinha autoridade um sobre o outro, só quem tinha a autoridade eram mãe e pai.

Houve um tempo em que minha mãe dava aulas na escola, depois dava aulas em casa. Mas nunca presenciei meu pai abusar do poder econômico colocando minha mãe em situação de inferioridade. E eu fui crescendo pensando que o mundo era assim. Simples. Mas à medida que se cresce enxerga-se o que há além das cercas e dos muros que nos protegem. E nem sempre isso é parecido com aquilo que estamos acostumadas.

Aos poucos fui percebendo que enquanto eu pedia um kit pequeno cientista de presente de natal as outras meninas preferiam bonecas; eu

escolhia lutar karatê (contra a vontade dos meus pais é verdade, nem tudo são flores) e as outras garotas faziam aulas de ballet... E o que poderia estar errado em gostar de química e karatê? Eu podia perfeitamente fazer experimentos químicos nos cabelos da Barbie e frequentar as aulas de karatê, sapateado e piano (como fiz com muito prazer). Mas enquanto aumentava a complexidade dos meus questionamentos sobre aquilo que estava dado como certo (e que pra mim não fazia o menor sentido), mais difícil foi ficando circular pacificamente entre dois mundos: aquele que era apresentado como feminino – da bonecas, da sensibilidade, da cor rosa, da submissão; e aquele que era apresentado como masculino – dos jogos, da inteligência, da cor azul, da iniciativa. E começava a parecer que tal qual água e óleo, eles não poderiam se misturar.

O assédio sexual sofrido no trabalho, a violência institucional contra parturientes e puérperas presenciada na maternidade-escola, a desvalorização experimentada no exercício de profissões classicamente femininas (enquanto enfermeira e enquanto professora), a opressão tanto vista quanto vivida nas relações afetivas... Eram muitas evidências! Todas se somando, e se agitando, tal qual as moléculas de água que se agitam ao serem aquecidas e num dado momento entram em ebulição. No momento de fervura a água se transforma em vapor, e após a observação vem a coragem de romper o silêncio, deixar a posição de expectadora da minha realidade e da realidade de tantas mulheres para buscar um recurso que pudesse de alguma forma colaborar na batalha de tantas outras mulheres contra a violência de gênero, seja ela física, sexual, psicológica, financeira, institucional...

Ao ouvir a proposta da Profa. Rosa Godoy, imediatamente concordei em trabalhar sob sua orientação para produzir um questionário que usasse as falas das próprias mulheres para identificar situações de subalternidade de gênero e que, nesta pesquisa, buscássemos comprovar a relação direta entre subalternidade de gênero e vulnerabilidade para violência doméstica.

Não foi um processo simples. Exigiu rigor absoluto no momento da formulação de todas as três versões do instrumento – a primeira que foi

avaliada por juízas, a segunda que foi aplicada às usuárias e a terceira, que é a versão final – esforço para compreender os detalhes da análise estatística; mas a exigência psicológica para entrevistar mais de 300 mulheres foi a maior. Diferentemente do que eu imaginei inicialmente, as entrevistadas não se limitaram à proposta original de mostrar numa escala numérica a opção com a qual elas concordavam, se sentiram convidadas a contar detalhes de suas vidas, histórias de sofrimento físico, sofrimento psicológico e também de superação. Nesta fase, a cooperação dos ex-alunos e colegas queridos, Rafaela Gessner e Nilton Orlando, foi providencial.

Ao tabular as entrevistas, os resultados revelam um perfil de mulheres parecido com o de outras pesquisas: a maioria (57,94%) reconhece que já sofreu algum tipo de violência física ou psicológica pelo menos uma vez na vida, 2,2% das mulheres estão no grupo que afirma ter sofrido agressão física no ano; 5,6% afirmam ter sofrido violência sexual no último ano e 17,6% afirmam que têm medo do companheiro ou de algum conhecido. O diferencial está no produto final, no instrumento que poderá ser usado por trabalhadores de saúde para identificar as mulheres vulneráveis para violência, ou por gestores, para identificar as comunidades onde o grupo de mulheres é mais vulnerável. Porém, concordo com Merhy e Feuerwerker (2009) quando escrevem:

O sofrimento humano na sua existência real tem expressão muito singular e complexa; está muito além de um resultado particular de um fenômeno mais geral. Podemos e devemos olhar o sofrimento humano de outros ângulos (históricos e sociais e no plano singular de cada situação). [...] não basta construir saberes científicos para dar conta de produzir abordagens mais satisfatórias dos processos singulares de produção de existências singulares e coletivas (pois é disso que se trata a vida) (Merhy, Feuerwerker, 2009).

Assim, em momento algum considero que a conclusão científica aqui registrada em forma de um questionário, seja um instrumento mágico capaz de interferir sobrenaturalmente nas relações de poder construídas e perpetradas social e historicamente. Mas se servir para aguçar a curiosidade de trabalhadores, estudantes e outros pesquisadores, como ponto de partida para outros trabalhos e estudos, sinto que alcancei meu objetivo inicial:

ajudar a visibilizar a violência de gênero para que ao ser mais vista, também passe a ser discutida e combatida abertamente.

1 INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Apesar de a violência não ser em si um problema de saúde típico, por ser um fenômeno determinado histórico e socialmente, ela afeta fortemente o setor pois provoca mortes, lesões e traumas físicos, emocionais e espirituais, diminui a qualidade de vida das pessoas. Tudo isso traz novas questões a serem consideradas na assistência à saúde, exigindo uma reorganização dos serviços para atender às demandas dela advindas, inclusive com uma necessidade de atuação mais específica, interdisciplinar e intersetorial (Minayo, 2006).

No que se refere à violência de gênero, o Programa de Assistência Integral à Mulher (PAISM), criado na década de 1980 e depois a Política que ele originou em 2004, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) oficializam um tipo de olhar específico para o problema em todo o serviço público.

A atenção à violência sexual e doméstica é objetivo específico da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, na qual estão previstas ações de ampliação e acessibilidade das mulheres e adolescentes aos serviços de saúde. [...] As reivindicações da sociedade civil por direitos à saúde, justiça e cidadania culminaram nas Conferências das Nações Unidas que tratam do tema saúde e direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres e jovens. No que se refere à violência, destaca-se a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará/ONU, da qual o Brasil é signatário, que traz como foco principal o reconhecimento de que a violência doméstica, sexual e/ou psicológica contra a mulher é uma violação dos direitos humanos (Brasil, 2005a, p. 5).

De acordo com os princípios e diretrizes dessa política e do plano de ação, o Ministério da Saúde estabelece como meta aumentar em 30% os serviços de atenção às mulheres e às adolescentes em situação de violência nos municípios-pólos de microrregiões, apoiando-se na organização de redes integradas (Brasil, 2005a). Dando continuidade às ações relacionadas ao tema, em 2011 a portaria 104, do Ministério da Saúde inclui a violência doméstica, sexual e outras violências, na lista de agravos de notificação compulsória (Brasil, 2011).

Contudo, ainda hoje, expressões como “tapa de amor não dói”, “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, “roupa suja se lava em casa”, “mulher de malandro gosta de apanhar”, “o homem pode não saber porque está batendo, mas a mulher sabe porque está apanhando”, exemplificam a tolerância à violência doméstica contra a mulher, produzida e reproduzida em nossa sociedade.

Pesquisadores reconhecem registros de subalternidade feminina e violência conjugal no Brasil desde o período colonial

[...] os casados desenvolviam, de maneira geral, tarefas específicas. [...] Os maridos deviam se mostrar dominadores, voluntariosos no exercício da vontade patriarcal, insensíveis e egoístas. As mulheres, por sua vez, apresentavam-se como fiéis submissas e recolhidas. Sua tarefa mais importante era a procriação. É provável que os homens tratassem suas mulheres como máquinas de fazer filhos, submetidas às relações sexuais mecânicas e despidas de expressões de afeto (Del Priore, 2011, p.45).

E, continuando a recolher informações sobre os mais diversos períodos históricos, nota-se que a violência e submissão continuam permeando diversos relatos. Por exemplo, no século 19, os registros do tratamento dado às mulheres continuam remetendo à mesma triste realidade conjugal já descrita:

Existia um alto nível de violência nas relações conjugais. Não só violência física, na forma de surras e açoites, mas violência do abandono, do desprezo, do malquerer. Os fatores econômicos e políticos que estavam envolvidos na escolha matrimonial deixavam pouco espaço para que a afinidade sexual ou o afeto tivessem grande peso nessa decisão (Del Priore, 2011, p. 65).

E bem mais à frente, em pleno século 21, casos como o da jornalista Sandra Gomide, assassinada em agosto de 2000 por seu ex-namorado, o também jornalista Pimenta das Neves, continuam figurando os noticiários (Trindade, 2011). E, longe da exploração midiática, relatos como os encontrados por Okabe (2010, p. 53), se acumulam nas fichas de notificação de violência contra a mulher: “Vive em união consensual há 16 anos e tem quatro filhos dessa relação. Nos últimos 10 anos tem sofrido violência física e ameaça de morte [...]”, “casada há 13 anos, nesse dia ela e o marido

discutiram e ele deu soco na boca dela” ou “Relação de quatro anos, teve dois filhos, morava com a sogra, com relacionamento difícil saiu de casa e foi morar com o pai, o marido foi buscá-la, desentendeu-se com o sogro e na resistência da mulher ateou fogo na casa”.

Apesar do crescimento no número de pesquisas sobre violência contra a mulher [...] ainda há a dificuldade de se precisar a real magnitude da violência, pois a relação conjugal, a familiar e o ambiente doméstico ainda são considerados aspectos privados e particulares, naturalizando e banalizando este fenômeno social cotidiano (Rosa et al, 2008, p. 156).

No campo da saúde coletiva, dentro da linha de raciocínio da determinação social do processo saúde-doença, tanto ter saúde quanto adoecer são faces da mesma moeda. Não se nega o lastro biológico que cada indivíduo traz consigo, mas cada grupo social tem um potencial de desgaste ou proteção consequentes das formas de produção e reprodução social por ele vivenciadas.

Ao compreender a determinação social do processo saúde-doença busca-se reconhecer quais são os processos de produção e consumo daquela sociedade em determinado tempo histórico e que são determinantes nas formas de viver dos diferentes grupos sociais que ali se encontram, definindo os potenciais de fortalecimento e desgaste da saúde expressos no processo saúde-doença, individualmente ou coletivamente. A historicidade do processo saúde-doença para Laurell (1983) é expressa em estudos que comprovam como tal processo ocorre nas coletividades humanas e não em casos clínicos individuais, pois é na coletividade que se percebe o desgaste do indivíduo pela sua inserção na produção, em determinada sociedade, em um determinado tempo (Chaves, 2010, p. 51).

Por isso, trabalhar com o conceito de vulnerabilidade passa a ser uma importante vertente de investigação, já que amplia as análises que operam segundo a lógica da multicausalidade e possibilita inovações na atenção à saúde, ao apresentar indicadores/marcadores que contemplam o processo saúde doença em sua dimensão integral permitindo o atendimento às necessidades de saúde que não se limitam àquelas de ordem física, clínica e biológica (Bertolozzi et al, 2009).

A violência de gênero repercute significativamente de modo destrutivo na vida das mulheres. Sendo assim, aquelas que vivenciam a violência, apresentam necessidades de saúde específicas, portanto, as

práticas de saúde voltadas para este grupo devem tomar como objeto de trabalho as necessidades que se constituem no cotidiano da subalternidade experimentada nos espaços e nas relações sociais e naturalizadas pela ideologia da dominação masculina (Oliveira, 2011).

As possibilidades de leitura das necessidades dos indivíduos, a partir do conceito ampliado de vulnerabilidade, expõem à Saúde Coletiva, na medida em que ele incorpora práticas cuja essência é o cuidado ao indivíduo-coletivo, formas de apoiar os sujeitos sociais no que diz respeito aos seus direitos, fato que na atual conjuntura de saúde e de desenvolvimento do país se constitui como um desafio a ser perseguido e concretizado. Ou seja, o conceito de vulnerabilidade coloca-se como potencial instrumento para a transformação das práticas de saúde (Munhoz, Sanches e Bertolozzi, 2007).

A operacionalização do conceito de vulnerabilidade pode contribuir para renovar as práticas de saúde coletiva, nas quais o cuidado às pessoas deve ser responsabilidade de diferentes setores da sociedade, através da multidisciplinariedade, além de conjugar diversos setores da sociedade, todos querendo e construindo projetos, “cuidando” da população (Bertolozzi et al, 2009, p. 323).

Portanto, privilegia a análise no plano do coletivo, estruturando-se em um referencial ético-filosófico que busca a interpretação crítica dos dados. Essa perspectiva analítica amplia o horizonte para além da abordagem que se restringe à responsabilidade individual, que é empregada, tradicionalmente, em vários estudos que focam o papel da pessoa na trama da causalidade, passando a incorporar o trabalho participante com a população (Bertolozzi et al, 2009).

Os serviços de atenção básica à saúde, nos moldes da Estratégia de Saúde da Família (ESF), são espaços de suma importância para o rompimento da atenção à saúde prestada nos moldes biologicistas e médico-centrada, são o lugar ideal para identificar a vulnerabilidade das mulheres para violência doméstica, uma vez que servem como porta de entrada para o sistema de saúde, estão amplamente espalhados por todo o território, além de as equipes de saúde da família terem condições de criar vínculo com as

usuárias. Entretanto, a falta de preparo para diagnosticar o problema, a dificuldade das mulheres em falar sobre o assunto, as limitações técnicas e éticas fazem com que essa vulnerabilidade fique mascarada sendo tratada entre as queixas de cunho biológico.

Assim, dentre aqueles que prestam cuidado à saúde, sob a ótica da vulnerabilidade, de forma recorrente surge a pergunta: como identificar a vulnerabilidade para a violência doméstica contra a mulher, antecipando-se ao problema antes que a situação violenta adentre aos serviços de saúde sob a forma de agressões e morte?

2 OBJETIVOS

2 OBJETIVOS

Definiu-se como objetivos deste trabalho:

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a vulnerabilidade das mulheres para violência doméstica em relação à subalternidade de gênero na família.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Criar um instrumento para avaliação da subalternidade de gênero na família;
- Testar e validar o conteúdo desse instrumento;
- Verificar a relação entre a subalternidade de gênero na família e a ocorrência de violência doméstica por meio do instrumento criado.

**3 REFERENCIAL TEÓRICO
METODOLÓGICO**

3 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

Teorias são diferentes maneiras de construir e organizar o conhecimento bem como referendar uma práxis legitimada por determinada comunidade científica em determinado contexto histórico. Para se passar da teoria para a prática científica há que utilizar um método, que não é escolhido aleatoriamente, mas segue um plano de ação. Entretanto, não basta seguir um método e aplicar técnicas para se completar o entendimento do procedimento geral da ciência. Esse procedimento deve se referir a um fundamento epistemológico que sustenta e justifica a metodologia escolhida (Severino, 2007).

O feminismo é uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes. É, portanto, um campo político tanto quanto teórico-epistemológico e não há, atualmente, um feminismo único. “As epistemologias feministas abrem-se para um campo multidisciplinar e defendem a pluralidade metodológica” (Narvaz, Koller, 2006, p 651).

Considerando que coexistem várias teorias e métodos, ao se buscar um caminho metodológico para uma pesquisa há que se lembrar que a maneira como se problematiza afeta a forma de condução de uma investigação. A pretensa neutralidade de um pesquisador, advinda do positivismo, é só um modo de não se assumir as consequências que acompanham as escolhas feitas por ele. Concorda-se com Giffin (2006) que atuar como sujeito ético e político do conhecimento exige uma postura auto-reflexiva pois, se a neutralidade é impossível, quem não toma posição favorecerá a reprodução do *status quo*, da dominação existente, o que não é interesse deste trabalho. Compreendendo que são as teorias feministas que servirão de alicerce para a análise e discussão dos resultados encontrados, o método, ou métodos a serem aplicados nesta pesquisa devem ser coerentes com essas teorias.

As metodologias feministas assumem o caráter intrínseco das abordagens críticas com objetivo de mudança social, do resgate da experiência feminina, do uso de análises e de linguagens não sexistas e do empoderamento dos grupos oprimidos, em especial das mulheres. Também referem-se menos à adoção de técnicas específicas de coleta de dados que à inclusão dos aspectos de gênero e de poder na construção do conhecimento. Nesta perspectiva, são igualmente válidas quaisquer abordagens de pesquisa, qualitativas ou quantitativas, desde que construídas e analisadas sob uma perspectiva não sexista (Narvaz e Koller, 2006).

3.1 TAPINHA DE AMOR NÃO DÓI - Refletindo sobre as categorias gênero e violência de gênero

Para a compreensão e análise da violência doméstica contra as mulheres no Brasil, é preciso entender duas categorias de análise: gênero e violência de gênero.

De acordo com Oliveira (2011), a contradição de gênero é uma das quatro contradições atuais da sociedade ocidental, ao lado de raça/etnia, classe e geração. O patriarcado teve como pano de fundo o gênero, mesclado com o racismo e, com o surgimento do capitalismo o fortalecimento das classes sociais valorizou as gerações de maneira diferenciada.

As contradições decorrentes da produção dessas categorias constituem uma realidade regida por uma lógica igualmente contraditória. Essa lógica mantém-se por meio de interesses sociais naturalizados, constituindo, na atualidade, uma espécie de ideologia que subverte a compreensão da realidade essencial do humano e interdita a igualdade no âmbito da diversidade (Oliveira, 2011, p. 34).

3.1.1 Ninguém nasce mulher, torna-se mulher – e assim se constroem os gêneros

Dentro da epistemologia feminista, a frase da filósofa Simone de Beauvoir “não se nasce mulher: torna-se” faz todo sentido, mas durante muito tempo (e ainda hoje, para muitas pessoas) as diferenças entre homens

e mulheres foram consideradas inerentes ao sexo, baseando-se em teorias biológicas pretensamente neutras.

A noção de dois sexos biológicos surgiu no século XVIII, quando os órgãos reprodutivos foram distinguidos em termos linguísticos e ganharam centralidade na definição das diferenças entre homens e mulheres. No entender dos médicos da época, a mulher não passava de um mecanismo criado por Deus para servir à reprodução. Era só um instrumento passivo que servia ao seu dono. Reforçavam que a simples diferença anatômica, ou seja, o fato de nascer mulher, fazia os seres do sexo feminino mais frágeis e vulneráveis a todo tipo de influências, seja física, moral ou intelectual, graças à suposta sensibilidade que as tornaria prioritariamente aptas à maternidade (Aquino et al 2003; Del Priore, 2004).

Na tentativa de isolar os fins aos quais a natureza feminina deveria obedecer, os médicos reforçavam tão somente a ideia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) estaria ligado a outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos, etc (Del Priore, 2004, p. 83).

Ao definir que a natureza feminina era ordenada pela genitália e pela *madre* (o útero), os médicos da época definiam as mulheres como eternas doentes, sofredoras de melancolia, histeria, furor da *madre*, ninfomania. Todo o desconhecimento acerca do corpo da mulher abria espaço para que a ciência médica adotasse um discurso masculino cheio de desconfiança. Diante do controle exercido pelo médico, pai ou marido sobre a mulher, a gravidez era o remédio para todos os problemas femininos. Assim, o homem ocupava um papel essencial na vida da mulher (Del Priore, 2004).

Contra esse pano de fundo uma espécie de ternura patética tomou conta da pluma dos médicos, que procuraram descrever a mulher como um ser frágil, carente de vontade, amolengada por suas qualidades *naturais* que seriam a fraqueza, a minoridade intelectual, a falta de musculatura, a presença de menstruação (Del Priore, 2004, p. 105).

E desta maneira a medicina foi adquirindo a imagem de saber infalível que impunha normas para uma vida saudável e assumia o papel de vigilância social e moral.

[...] a maternidade teria de ser o ápice da vida da mulher [...]. Porém a mulher não poderia exercer sua maternidade em paz. Os médicos homens logo entravam em cena para diminuir o brilho do milagre e do mistério da fecundidade e para dizer à mulher que ela continuaria dependente do saber, e do poder, masculino. Eles procuravam entender, explicar e catalogar o que a mulher sabia e fazia com naturalidade, apoiada em uma experiência ancestral. Mapeavam o corpo feminino e, um tanto desnorreados e desastrados, inventavam interpretações para o funcionamento e para os males da vulva, da menstruação, do aleitamento, do útero, com respectivas prescrições. Era mais uma dominação a ser suportada. (Araújo, 2004, p. 52)

A categoria analítica gênero aparece no quartil final do século XX. O conceito de gênero, segundo Joan Scott, é dividido em duas partes “(1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significados às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86).

É possível dizer que, como elemento constitutivo das relações sociais, o gênero implica em quatro elementos inter-relacionados: 1) os símbolos culturalmente disponíveis que evocam as constituições simbólicas; 2) os conceitos normativos que expressam interpretações e significados dos símbolos que tentam limitar a conter as possibilidades metafóricas; 3) a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência atemporal na representação binária de gênero; 4) a identidade subjetiva (Scott, 1995).

A segunda parte do conceito considera o gênero como uma forma primária no interior do qual ou por meio do qual as relações de poder se articulam. É um dos campos que possibilita a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. O homem é socialmente poderoso, mas não existe um único eixo de imposição do poder, além de gênero pesam fatores como raça/etnia, classe social e idade. Mulheres, crianças, adolescentes e idosos estão em situações de menor poder, conseqüentemente são mais frágeis (Scott, 1995; Saffioti, 2004).

Para Roderick (2005):

Os conceitos de poder e gênero são bem mais complexos e fluidos em termos de significado. O exercício do poder ocorre quando um indivíduo ou grupo é capaz de levar outro a fazer algo que normalmente não faria, ou quando um indivíduo ou

grupo pode impedir outro de fazer o que quer. O poder é um processo e não uma qualidade pessoal inata. A chave de seu exercício está no acesso e no controle diferenciado dos indivíduos e dos grupos sobre os recursos, tanto materiais quanto humanos em sua forma. Vão desde metais preciosos e a força física até a tecnologia da computação e o domínio de línguas (Roderick, 2005, p. 18).

O conceito de gênero constituiu o grande legado feminista do final do século XX, para designar as diferenças sociais entre a construção da masculinidade e a feminilidade. O feminismo nasceu como um movimento social para defender a igualdade de direito e status entre mulheres e homens em todos os campos e remete à revolução francesa, quando Marie Gouze ou Olympe de Gouges publicou, em 1791, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, desafiando a conduta injusta da autoridade masculina sobre a mulher expressada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Mas foi nos EUA, a partir do século XX que as mulheres começaram a luta organizada por seus direitos (Fonseca, 2005).

No percurso histórico da construção do pensamento feminista identificam-se três fases: a primeira tenta explicar as origens do patriarcado; a segunda, de orientação marxista, tenta encontrar uma explicação material para o gênero, historicamente construído com base no patriarcado e no capitalismo; e terceira, mais recente, inspira-se nas várias escolas da psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero nos sujeitos sociais.

Assim, a concepção de gênero, da forma como é entendida neste trabalho, surgiu na década de 1980, em estudos feministas na tentativa de compreender as relações sociais, historicamente construídas entre homens e mulheres, que impõem papéis sociais diferenciados de acordo com o sexo bem como o poder masculino, o que repercute como desigualdade na vida pública e privada das pessoas de ambos os sexos. Atualmente amplia-se o uso da categoria gênero, também para a compreensão das relações estabelecidas entre mulheres ou entre homens, tentando romper, inclusive, com as amarras da heterossexualidade (Fonseca, 2007).

Existem estereótipos ligados à concepção de gênero. São um conjunto de crenças acerca dos comportamentos e características

particulares do homem e da mulher que funcionam como esquemas cognitivos, controlando o tratamento da informação recebida e sua organização, a interpretação que se faz dela e os comportamentos a serem adotados. Há estereótipos de dois tipos: de papéis de gênero e de traços de gênero. Os de papéis estereotipam as atividades que seriam adequadas aos homens e as que seriam adequadas às mulheres; e os estereótipos de traços de gênero que remetem a características psicológicas atribuídas distintamente a cada um dos gêneros. De acordo com esses estereótipos cabem ao homem tarefas e atividades relacionadas à esfera pública e ao trabalho remunerado, assim como a tomada de decisões referentes à manutenção socioeconômica da família; à mulher cabe a esfera privada, da família, ficando responsável por organizar o cotidiano familiar, as tarefas domésticas o cuidado com os filhos, com a saúde e com a educação (Fonseca, 2005).

Algumas passagens de livros e documentos podem bem exemplificar a afirmação de que esses estereótipos são social e historicamente construídos:

Quanto às mulheres, tenham elas roupas decentes, se enfeitem com pudor e modéstia; nem tranças, nem objetos de ouro, pérolas ou vestuário suntuoso; mas que se ornem, ao contrário, com boas obras, como convém a mulheres que se professam piedosas. Durante a instrução, a mulher conserve o silêncio, com toda submissão. Eu não permito que a mulher ensine ou doutrine o homem. Que ela conserve pois, o silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher, que seduzida caiu em transgressão. Entretanto, ela será salva pela maternidade, desde que, com modéstia, permaneça na fé, no amor e na santidade (Timóteo, 2: 9-15).

Estatutos elaborados para dois *recolhimentos* em Pernambuco pelo bispo Azeredo Coutinho e publicados em 1798, ambos davam instruções sobre a educação feminina. Por intermédio deste textos sabe-se que as mestras do *recolhimento* ensinavam às meninas o princípio da religião, a fim de protegê-las dos “defeitos ordinários do seu sexo”, pois segundo o bispo, as meninas já nascem propensas à sedução, enquanto os homens procuram as armas ou as letras para se conduzirem ao auge da autoridade, as mulheres procuram as formas de seduzir (Araújo, 2004). Outro registro sobre a

educação destinada às meninas, mostra bem a construção dos estereótipos de gênero pela educação:

O programa de estudos destinados às meninas era bem diferente do dirigido aos meninos, e mesmo nas matérias comuns, ministradas separadamente, o aprendizado delas limitava-se ao mínimo, de forma ligeira e leve [...]. No conjunto, o projeto educacional destacava a realização das mulheres pelo casamento, tornando-as afinal hábeis na “arte de prender a seus maridos e filhos como por encanto, sem que eles percebam a mão que os dirige nem a cadeia que os prende”. Em outras palavras devia-se aguçar seu *instinto feminino* na velha prática da sedução, do encanto (Araújo, 2004, p. 50-51).

E, em pleno século XXI, mulheres continuam sendo ensinadas a “aguçar o *instinto feminino*”. Reportagens de jornais do ano corrente mostram a criação de uma Escola de Princesas, destinada exclusivamente às meninas. Em oito meses já passaram por lá mais de 500 garotas de seis a quinze anos, que aprendem regras de etiqueta, moda, culinária, cuidados com a pele, cabelo e maquiagem (Nogueira, 2013).

E para as mulheres adultas existem cursos para se aprender qual o comportamento adequado para “prender bons partidos”, como mostra a reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo:

A professora diz: 'Não foi nossa culpa que elas fizeram isso [mostra a imagem de um sutiã queimado], mas precisamos resgatar a feminilidade e a tolerância se quisermos relacionamentos duradouros'. Nessa aula, as mulheres aprendem que não devem falar com o garçom durante um jantar romântico; que homens reparam se a pedicure está em dia e que é proibido comer muito em um primeiro encontro.

Para a psicóloga [...], o capítulo foi bastante proveitoso. Ela acredita que perdeu um partidão por ter feito um pedido diretamente para o garçom durante um jantar. 'Demonstrei ser independente demais.' O que se fala à mesa também é importante: nada de tagarelar sobre trabalho. 'Deixe esse assunto para eles, que já se sentem muito inferiorizados', ensina.

Um dos slides mostra que 50% das pessoas não querem parceiros acima do peso. [...] 'Sou carinhosa e assertiva, digo que se ela emagrecer aumentará seu leque de oportunidades', explica. Mas há gordos magnéticos, não? A reportagem pergunta. 'Não é o que dizem as pesquisas.'

Depois de um breve curso de maquiagem --porque cara lavada é sinal de desleixo--, Eliete volta com um guia prático do

magnetismo. Todas as participantes estão com caneta em punho. A primeira regra é a pontualidade. 'Qual o problema em deixar um pretendente com uma Mercedes esperando na porta da sua casa por 15 minutos?' 'Todos', responde a plateia. São Paulo é uma cidade perigosa, além de ser sinal de falta de respeito, segundo as participantes. Outro item elementar é o salto alto. 'Sei que rasteirinhas e sapatilhas estão na moda, mas para atrair devemos usar salto', diz Eliete. Ela mesma não descansou um segundo do seu salto 12. As magnéticas são maleáveis, 'batem cabelo' (jogo de cabeça para os lados), quebram os pulsos (sim, desmunhecar) e movem os quadris enquanto conversam.

Quem quer relacionamentos duradouros não deve transar na primeira noite, e o homem é quem paga o primeiro jantar. Mas a magnética também pode ser ousada e ligar no dia seguinte para agradecer o passeio, diz a professora, que informa estar há um ano e meio com um novo amor, após o divórcio.

Por volta das 15h acontece o segundo momento leve do curso, com dicas de como se vestir. Lembra a regra do salto? Então, ela vale também para praia ou piscina. 'Como você não usa sapato nessas ocasiões, deve andar na ponta dos pés. Além de chamar atenção e olhares, gordurinhas e celulites ficam disfarçadas', afirma Eliete. Nesse instante, ela demonstra como deve ser esse andar. As alunas a seguem com o pescoço (Piemonte, 2013).

O uso do gênero como categoria analítica, segundo Roderick (2005) leva ao questionamento de proposições estabelecidas há tempos, referentes à organização básica da sociedade, inclusive o conceito binário masculino-feminino:

Os próprios conceitos de homem e mulher se dissolvem. Mulheres e homens abrangem uma ampla gama de sexualidades identidades e características comportamentais e de temperamento. Existem “feminilidades”, não uma única feminilidade, e “masculinidades” e não uma única masculinidade. O resultado é um mundo relativo, fluido e descentralizado. Já não há normas (Roderick, 2005, p. 22).

Neste estudo, rejeitam-se as posições binárias por acreditar que não há justificativa óbvia, nem faz parte da natureza das coisas o posicionamento hierárquico entre homens e mulheres, onde homens dominam e mulheres submetem-se a esse domínio. A construção da masculinidade e da feminilidade se dá sob os homens e as mulheres, ou seja, corpos biológicos masculinos ou femininos que estão imersos num social que transforma e são transformados por estas pessoas, por isso as relações

sociais entre elas, inclusive as relações afetivas, vão se conformando legitimadas social e historicamente (Scott, 1995).

Por isso defende-se que a categoria gênero seja utilizada:

[...] como um instrumento, como uma lente de aumento que facilita a percepção das desigualdades sociais e econômicas entre mulheres e homens [...]. Esse instrumento oferece possibilidades mais amplas de estudo sobre a mulher, percebendo-a em sua relação dimensional com os homens e o poder. Com o uso desse instrumento, pode-se analisar o fenômeno da discriminação sexual e suas imbricações relativas à classe social, às questões étnico-raciais, intergeracionais e de orientação sexual (Teles e Melo, 2002, p. 17).

Como já dito anteriormente, no campo da saúde coletiva, por meio da linha de raciocínio da determinação social do processo saúde-doença, ter saúde e adoecer são faces da mesma moeda. Não há como negar características biológicas individuais, mas cada grupo social tem um potencial de desgaste ou potencialidades advindas das formas de produção e reprodução social vivenciadas. Dentro desse contexto a influência do gênero é inegável. Ao considerar a violência contra a mulher como um problema de saúde pública, se pode negar que é decorrente dos estereótipos de gênero, portanto, uma violência de gênero.

3.1.2 O homem pode não saber porque bate, mas a mulher sabe porque apanha... Será? O que é essa tal violência de gênero?

A violência é múltipla e se refere às noções de constrangimento e de uso da força física, psicológica ou intelectual sobre uma pessoa ou grupo para obrigá-la a fazer algo contra sua vontade, ofendendo-a física ou moralmente:

É constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem a seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano (Teles e Melo, 2002, p. 15).

Conflitos de autoridade, lutas pelo poder, vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro e de seus bens são exemplos de

manifestações de violência que podem ser aprovadas ou não, lícitas ou não, dependendo das normas sociais em uma determinada localidade em uma determinada época. Compreende-se que nunca existiu sociedade sem violência, mas sempre existiram sociedades mais violentas que outras. No entanto a percepção negativa de várias formas de violência é um passo positivo no desenvolvimento da humanidade, pois acompanha o progresso do espírito democrático onde, ao reconhecer cada pessoa como cidadã, a sociedade reconhece o direito à liberdade e à felicidade, passando a violência a ser o emprego ilegítimo da força, seja ela física, moral ou política, contra a vontade do outro (Minayo, 2006).

A violência pode ser adjetivada de acordo com os agentes que a exercem: policial, institucional, social, econômica, política, dentre outros; ou conforme a população que atinge (violência étnica ou racial). Também pode ser predicada de acordo com o local em que acontece. As mulheres experimentam vários tipos de violência: agressões e abusos físicos, verbais e sexuais que podem ser cometidos por parceiros ou ex-parceiros, familiares, amigos, desconhecidos, por instituições públicas e até mesmo pelo Estado (Teles, Melo, 2002).

De acordo com Schraiber et al (2005) os primeiros estudos sobre violência, em 1960, discutem a **violência intrafamiliar**, tratando principalmente da criança agredida. A mãe muitas vezes aparece como agressora sem que se contextualize a situação em que a mulher vive e as questões de gênero não são levadas em consideração. Uma década depois o movimento feminista internacional cria o termo **violência contra a mulher** e, a partir desse momento os estudos buscam apontar para a violência como uma violação dos direitos da pessoa, ganhando visibilidade nas áreas jurídica e policial. Na década de 1980 o campo da saúde adota a terminologia **violência doméstica**, apontando para a intersecção entre e violência intrafamiliar e contra a mulher. Nos anos 1990 surge a expressão **violência de gênero** que é aquela proveniente dos conflitos de gênero e da forma de lidar com eles. A violência de gênero pode ser compreendida como a radicalização entre as desigualdades existentes entre homens e mulheres.

Sobre a violência relacionada ao gênero, o Ministério da Saúde do Brasil reconhece que ela está relacionada com as desigualdades sociais, econômicas, políticas e estruturais entre homens e mulheres, com a diferenciação rígida de papéis entre os sexos e com as noções de virilidade ligadas ao domínio e à honra masculina, impactando não somente as mulheres mas implicando em perdas para o bem-estar, para a segurança da comunidade e para os direitos humanos (Brasil, 2005b).

Outros termos relacionados à violência de gênero são:

Violência doméstica: usado para caracterizar aquela que acontece dentro de casa, entre homens e mulheres, entre pais ou mães e filhos, entre jovens e idosos;

Violência intrafamiliar: utilizado para as relações violentas entre membros da própria família;

Violência conjugal: decorrente das relações entre marido e mulher ou entre pessoas que vivem em união estável, bem como entre namorados, noivos, ex-cônjuges, ou ex-conviventes, e pode ocorrer dentro ou fora do espaço doméstico (Izumino, 2003).

Aqueles que optam por usar dessas últimas expressões, consideram que a principal violência no âmbito familiar é a violência conjugal, e que existe uma neutralidade na distribuição do poder entre os gêneros sendo os membros adultos de uma família igualmente agressivos entre si (Izumino, 2003). Entretanto, sabe-se, por meio de dados policiais, da justiça e dos serviços de saúde, que independentemente da faixa etária, o principal alvo de opressões no espaço doméstico e nas relações intrafamiliares são as mulheres (Teles e Melo, 2002).

Entre as preocupações daqueles que utilizam a categoria violência contra a mulher está o medo de que a ênfase na família obscureça as reais causas da violência contra a mulher, a saber, a desigualdade e a dominação masculina (Izumino, 2003, p. 70).

A adoção de expressões como violência doméstica, ou intrafamiliar, ou conjugal, como sinônimos de violência contra a mulher, tem consequências para a concepção popular e acadêmica, para as políticas

sociais e para o grau de seriedade com que o problema será tratado. É preciso que a mulher seja vista como vítima para que essa violência se constitua um problema social.

Neste trabalho optou-se por aceitar o uso dos termos violência de gênero e violência contra a mulher como sinônimos, entendendo que o termo **violência contra a mulher** significa a violência praticada contra pessoa do sexo feminino simplesmente por sua condição de ser mulher, sendo a mulher a principal vítima da **violência de gênero**, o que não quer dizer que não aconteça violência de gênero também com homens, e não somente em relações heterossexuais (Teles, Melo, 2002).

A desigualdade de gênero constitui uma das grandes contradições da sociedade que se mantém ao longo da história da civilização e tem colocado as mulheres em um lugar social de subordinação. Essa desigualdade tem como uma de suas extremas formas de manifestação a violência contra as mulheres, que é resultado de uma assimetria de poder que se traduz em relações de força e dominação. Desse modo, a violência baseada no gênero tem se constituído em um fenômeno social que influencia sobremaneira o modo de viver, adoecer e morrer das mulheres (Guedes, Silva, Fonseca, 2009, p. 626).

3.1.3 Dormindo com o inimigo - para muitas mulheres o agressor não está nas ruas

Há tempos, o limite das relações humanas, no que se refere ao gênero, são fixadas por homens. Sendo assim, a desigualdade de poder traduz-se em forma de violência e o principal agressor, via de regra, é um homem com quem a mulher agredida tem ou teve relações próximas, afetivas ou íntimas.

Europeus que chegaram ao Brasil colonial relatavam a violência presente nas relações conjugais entre os nativos daqui:

As relações conjugais entre os nativos nem sempre eram cordiais. O frei Yves d'Evreux relatou as desavenças de um casal do Maranhão. Um "selvagem", conta o religioso, aborrecia-se muito com o mau gênio da esposa. Para conter as atitudes da mulher, o índio empunhou com a mão direita um cacete, enquanto segurava os cabelos de sua "amada" com a esquerda, "querendo experimentar se este óleo e bálsamo adoçariam o azedume de seu mal" (Raminelli, 2004, p. 19).

De acordo com as regras sociais dos tupinambás, a mulher era tratada como objeto de posse masculina. Isso fica bem evidente no tratamento dispensado às viúvas. Elas deveriam se casar com o irmão mais velho do falecido marido e a filha seria obrigada a se casar com o irmão de sua mãe, e caso o tio se recusasse a desposar a sobrinha, deveria escolher o futuro esposo da moça. O adultério feminino causava grande horror dando ao marido enganado o direito de repudiar a esposa que o traía, expulsá-la, ou em casos extremos matá-la. A criança fruto de uma relação extraconjugal era enterrada viva e a adúltera trucidada ou entregue aos rapazes da tribo, mas não havia vingança contra o homem que manteve relações com a esposa infiel para não ganhar a inimizade da parentela do outro, o que causaria um rompimento e uma guerra (Raminelli, 2004).

Isso não quer dizer que o “homem branco” fosse mais “civilizado”. A relação sexual da mulher, fora do casamento, constituía adultério – o que pelo livro V das *Ordenações Filipinas* permitia que o marido matasse a ambos. O Código Criminal de 1830 atenuava o homicídio praticado pelo marido quando houvesse adultério, mas se o marido mantivesse relação constante com outra mulher, esta situação constituía concubinato e não adultério. Posteriormente, o Código Civil de 1916 alterou estas disposições considerando o adultério de ambos os cônjuges razão para desquite (Blay, 2003). Entretanto, alterar a lei não modificou o costume de matar a esposa ou companheira, pois o crime passional continuou por muito tempo sendo encarado com complacência, já que era um direito superior do homem sobre a mulher “Quando os homens descobrem a traição por parte da companheira, transformam-se em juízes e executores” (Santiago, Coelho, 2010, p. 88)

Izumino (2003) observa que:

Circunscrito, na maior parte das vezes, às relações familiares e ao espaço da casa, seu transbordamento [do abuso físico] para o espaço público parece ter ocorrido em momentos nos quais os excessos cometidos pelos agressores pareciam comprometer os projetos de desenvolvimento de uma ordem social burguesa, moderna (Izumino, 2003, p.63).

Na década de 1950

[...] os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram responsáveis pelo sustento de esposa e dos filhos. A mulher ideal era definida a partir dos modelos femininos tradicionais – ocupações domésticas e cuidado dos filhos e do marido – das características próprias de “feminilidade” como instinto materno, pureza, resignação e doçura [...]. As aventuras extraconjugais das mulheres eram severamente punidas [...] (Del Priore, 2011, p. 160-161).

Mas a crescente urbanização ocorrida no século XX, o acesso ao trabalho e ao salário por parte das mulheres, gerou uma rápida mudança no comportamento feminino. A resposta às grandes mudanças veio através de grandes resistências. Crimes cometidos por maridos contra suas esposas eram justificados como legítima defesa da honra. “Fumar, usar biquíni e assistir Malu Mulher nesses tempos podia acabar em morte” (Del Priore, 2011, p. 209). Casos como o assassinato de Ângela Diniz, Jô Lobato e tantos outros explodiam na mídia e se tornavam símbolos de denúncia. Em comum, o fato de serem mulheres independentes.

O período que se estende do final dos anos 1970 aos primeiros anos da década de 1980 pode ser definido como marco na transformação no modo de entendimento da sociedade brasileira em relação à violência contra a mulher. O tema foi ganhando visibilidade, passou a ser objeto de denúncias e de campanhas para a prevenção e a punição; atingiu status de problema público estimulando a formulação de políticas para o atendimento das vítimas, seja no âmbito da saúde, seja da segurança e justiça, com a proposição de legislação que criminalizasse o assédio sexual, alimentado as tentativas de tipificação penal da violência doméstica (Izumino, 2003).

Num período de transição para a democracia, no qual os direitos da cidadania mal começavam a ser reconhecidos, inseridos numa sociedade civil que precariamente tentava se organizar após vinte anos de regime militar, um discurso que falasse em igualdade de direitos para homens e mulheres mostrava-se insuficiente para sensibilizar a todos – sociedade e governo – na luta pelo fim da discriminação contra a mulher. O movimento feminista conseguiu dar visibilidade à luta pela condenação de maridos

violentos e usou desse instrumento para buscar igualdade e pôr fim à discriminação das mulheres (Izumino, 2003).

[...] Os principais casos tinham a ver com espancamentos, bofetões, pontapés, uso de objetos contundentes, contatos íntimos com ou sem relação sexual, intimidações calúnias, raptos, injúrias e ameaças. O movimento passou a exigir que os crimes cometidos nas relações íntimas tivessem um tratamento equivalente ao dos crimes de igual natureza ocorridos entre desconhecidos. [...] O bordão “quem ama não mata” ecoava por toda parte. [...] A partir da década de 80 foram criadas as instituições de amparo às vítimas: S.O.S. Mulher, Conselhos da Condição Feminina, Delegacias de Defesa da Mulher (Del Priore, 2011, p. 212).

Como resposta às reivindicações, estudos e políticas públicas nacionais e internacionais voltadas para o problema foram desenvolvidos. Favorecidos pelo movimento de redemocratização política que se instalava na sociedade brasileira, grupos de mulheres articuladas de forma autônoma ou vinculadas à igreja católica, aos sindicatos ou partidos políticos, passaram a estabelecer um diálogo com o Estado, cobrando a urgência de políticas que pudessem dar respostas institucionais de prevenção e punição à violência praticada contra a mulher. Dentre as respostas oferecidas naquele momento, a criação de uma delegacia especializada no atendimento de mulheres se constituiu na mais importante (Izumino, 2003, p. 2).

O discurso inicialmente articulado em torno dos homicídios passou a revelar outras violências praticadas contra a mulher. Formas que eram socialmente aceitas e até mesmo justificáveis, a partir daquele momento podiam ser denunciadas e combatidas. Nesta esteira passam a ser denunciadas a violência sexual e a violência nas relações conjugais, especialmente os espancamentos, maus-tratos e ameaças. Utilizando a ideia de uma espiral, o movimento de mulheres alertava que os homicídios não eram atos isolados, motivados pelo descontrole da paixão, mas resultados de relações violentas que se desenvolviam em agressões, humilhações e ameaças frequentes e que assumiam sua forma mais cruel e dramática no assassinato (Izumino, 2003).

No contexto internacional, a construção histórica dos direitos das mulheres que havia se iniciado com a Década da Mulher (1975-1985)

conheceu grandes avanços nos anos 1990. A conferência mundial sobre direitos humanos de Viena (1993) enfatizou que os direitos das mulheres, como direitos humanos, são universais, inalienáveis, indivisíveis e reconheceu a violência contra a mulher como violação dos direitos humanos. Outras conferências – Cairo (1994), Beijing (1995) e Durban (2001) também contribuíram para os avanços nesse campo. A United Nations Development Fund for Women (UNIFEM), mobilizada pelas decisões de Beijing, desencadeou ampla campanha internacional para que os governos nacionais elaborassem planos com a adoção de medidas efetivas para a erradicação da violência contra a mulher (Declaração e Programa de Ação de Viena, 1993).

Contudo, ainda é considerado aceitável em muitos lugares, principalmente em sociedades mais tradicionais, como um direito do homem, surrar a esposa e, em vários países emergentes, mulheres concordam com a ideia de que os homens têm direito a disciplinar suas esposas pela força já que a prática da violência de gênero é transmitida de geração em geração, tanto por homens quanto por mulheres e é de tal forma arraigada no âmbito das relações que é vista como se fosse natural (Krug, 2002; Teles e Melo, 2002).

O ciclo da violência contra a mulher pode ser descrito de maneira sucinta em: tensão relacional, violência aberta, arrependimento e lua-de-mel e, de um modo geral a violência é praticada para dominar a mulher e não para eliminá-la. Pesquisas recentes em países industrializados indicam que existem pelo menos duas formas de violência de gênero que ocorrem entre os casais que vivenciam conflitos violentos: uma forma grave e crescente de violência, caracterizada por diversas formas de abuso, terror e ameaças, e um comportamento cada vez mais possessivo e controlador por parte de quem pratica o abuso; a segunda é uma forma mais moderada de violência no relacionamento, onde a frustração constante e a raiva ocasionalmente geram a agressão física (Teles, Melo, 2002; Brasil, 2005b).

Oliveira (2011) deixa explícito que a violência contra a mulher não se resume apenas na agressão física, aliás, a agressão é a expressão maior da

violência simbólica introjetada tanto em homens quanto em mulheres, naturalizada por um longo período em todos os espaços sociais e praticada constante e sutilmente por meio de torturas psicológicas, humilhação verbal, ameaça de abandono e/ou de agressão física, chantagem econômica, que provocam processos destrutivos tão ou mais graves que a agressão física.

A Organização Mundial da Saúde aponta que a resposta de uma mulher ao abuso é limitada pelas opções que lhe são disponíveis e fatores como: econômicos, preocupação com as crianças, dependência emocional, falta de apoio da família e de amigos e a esperança de que o homem vá mudar fazem com que ela opte por permanecer em uma relação violenta. Em países emergentes, as mulheres citam ainda a estigmatização associada ao fato de não ser casada como uma barreira adicional para abandonar o relacionamento abusivo. Estudos revelam que entre 20 a 70 % das mulheres que sofreram abuso nunca falaram com outra pessoa sobre o abuso sofrido. (Krug, 2002; Brasil, 2010).

Santiago e Coelho (2010) descrevem algumas características de homens envolvidos em violência de gênero que culminaram em crime passionai.

Tal como Narciso, ele toma a si mesmo como objeto de amor, amando-se por meio do outro (Kaufmann, 1996). Ele deseja a posse do objeto à sua imagem, portanto. [...] Sem ter meios para ressignificar a paixão, acaba por realizar atos criminosos que envolvem violência psicológica, lesão corporal, homicídio ou tentativa de homicídio contra a mulher amada, na fase de gestação ou não, quando o relacionamento está em vias de rompimento ou já acabado. Há casos em que a violência se dirige aos seus rivais e se estende aos filhos em tenra idade ou às pessoas mais próximas (Santiago, Coelho, 2010, p. 90).

A mulher é vista como objeto e não como pessoa munida de vontade própria que deve se submeter ao desejo do outro. Não se submetendo espontaneamente, entra em cena o abuso das relações de poder e o uso da força, que por vezes culmina no uso do poder físico gerando a morte. Neste sentido há mais detalhes sobre uma das principais características do agressor – o ciúme:

[...] o ciúme tem proporções epidêmicas, sendo a principal causa de assassinatos, violência doméstica, abuso conjugal e divórcio. [...] no ciúme há sempre um desequilíbrio entre o desejo e a posse, o sujeito e a realidade. A questão é que o ciumento, por não aceitar uma realidade insatisfatória, termina por recusá-la. A autocrítica e a capacidade de controle encontram-se alteradas e o sujeito não consegue lidar com seus afetos. O ciúme se manifesta por uma conduta de dominação regressiva, que tende a negar a existência e o valor do outro, a alteridade, para afirmar a existência do seu próprio valor. O ciúme masculino, quando manifesto, demonstra competição e extrema intolerância, levando à vivência de uma paixão ou de um amor obsessivo (Ferreira, 2002). No amor ciumento, verifica-se um enorme desejo de ser amado pelo outro, possuí-lo, conservá-lo, exigindo-se a sua presença total e contínua. O sujeito evita se confrontar com a falta que o amor provoca nele e deseja que o parceiro preencha este vazio (Santiago, Coelho, 2010, p. 91).

Os homens também são vítimas de vários tipos de violência e isso influencia a forma como convivem com ela, enfrentando-a ou perpetrando-a. Enquanto a violência contra a mulher é frequentemente praticada por um agressor homem, um conhecido, que pode ser o próprio parceiro ou um familiar e muitas vezes com superposição de formas (física, psicológica e sexual), os homens, via de regra, também são agredidos por outros homens, mas normalmente um desconhecido ou uma pessoa não íntima. Pessoas do sexo masculino são a maioria das vítimas de homicídio, enquanto as do sexo feminino são a maioria no grupo das vítimas de lesões, abusos e maus-tratos (Nolasco, 2001; Schraiber et al, 2005).

O impacto dessa realidade se materializa em números: eles são os agressores em mais de 80% de todas as situações; são cerca de 90% do contingente carcerário; têm expectativa de vida menor que as mulheres e morrem mais do que elas por causas externas, sejam acidentes de trânsito, homicídios, suicídios bem como por ingestão de álcool e outras drogas (Brasil, 2005; Brasil, 2010).

Comparados por faixa etária, em 2000, a proporção de homicídios masculinos no conjunto da mortalidade por acidentes e violências era de 5,0% na faixa de 0-4 anos de idade e seu maior percentual no grupo de 15-29 anos (56,1%). Já os femininos, dentro dos mesmos parâmetros, corresponderam a 5,5% e 33,7%. Tanto em 1991 quanto em 2000 mais meninas de 0 a 4 anos de idade foram assassinadas do que meninos nessa faixa etária, numa proporção de 4,9% para 4,5% e 5,5% para 5,0% respectivamente.

Nas relações entre autoria de homicídios e vítimas, também as diferenças de gêneros se destacam. Dados de 1995 e 1996 apontam que, nos homicídios masculinos, o percentual dos que demonstravam uma relação de afinidade entre vítima e acusado como agressor foi de 35,60% e 39,34%, respectivamente. Já em relação aos assassinatos de mulheres esse percentual foi bem superior, com 66,04% e 72,28%, respectivamente, durante o mesmo período (BARSTED, 1998).

Durante a década, em algumas capitais, os assassinatos de mulheres tiveram um sensível crescimento. As três que mais destacaram por esse tipo de crime foram Boa Vista, Cuiabá e Palmas, com elevação de 178,8%, 128,3% e 65,6%, respectivamente.

Em algumas capitais brasileiras o assassinato foi a primeira causa violenta de morte de mulheres. É o caso, em 2000, de Recife, onde os homicídios atingiram a taxa de 10,12 por cem mil mulheres; de São Paulo, 7,64 por cem mil; São Luís, 3,45 por cem mil e Salvador, 2,09 por cem mil (Gomes, Minayo, Silva, 2005, p. 123-124).

Por isso concorda-se com autores que defendem a necessidade de mais estudos sobre a violência masculina:

Estudos sobre a violência masculina têm focalizado mais a violência do homem contra a mulher ou a criança e bem menos a violência contra outro homem. Isso se deve em parte ao fato de que a violência entre homens é mais dispersa, ocorre entre estranho e em lugares públicos [...].

[...] a violência entre homens constitui um grande problema social, com repercussões não só para os homens mas também para toda sua família (Nolasco, 2001, p. 22).

É importante reforçar que, neste trabalho não se acredita que a violência seja um traço de personalidade relacionado aos sexos masculino ou feminino, muito menos que características genéticas determinem que os homens sejam mais violentos e mulheres mais frágeis e submissas. O que se acredita é que a característica violenta vai se conformando com a construção do gênero, que por sua vez está atrelada ao modo de viver e sobreviver em cada sociedade.

[...] Para entendermos esse fato [violência masculina] será, preciso apreender o modo como a violência participa da própria formação da identidade masculina, e participa ainda do modo de ser e fazer-se homem no dia-a-dia: é necessário compreendermos as relações entre masculinidades exercitadas e as práticas de violência na vida cotidiana (Schraiber et al, 2005, p. 40).

Como já foi dito, a violência é social e historicamente construída, portanto, naturalizá-la é negar que podem existir formas de intervenção eficientes.

3.1.4 Em briga de marido e mulher não se mete a colher – e as políticas públicas? Onde entram?

Para se viver é preciso satisfazer necessidades. Partindo de estudos sobre as teorias marxistas, Heller (1986) distingue os tipos de necessidades em: **naturais, necessárias ou existenciais** - relativas à conservação e à perpetuação da vida, sem as quais o indivíduo não pode viver, **radicais** - são aquelas que precisam ser satisfeitas para que um indivíduo se sinta inserido em um determinado meio social; **livres** - estão relacionadas, não ao consumo, mas à liberdade do indivíduo (necessidades morais, espirituais); **sociais** - produzidas no processo de socialização do indivíduo. Determinadas por grupos hegemônicos para que outras classes se submetam a suas necessidades particulares; de **luxo, refinadas ou de ostentação** – relacionadas à ostentação de bens e ao acúmulo de riquezas, estão fora do alcance da classe operária.

Nesse sentido, nem toda necessidade é carecimento. A construção e a geração das necessidades acontecem a partir da ordem micro (gênese) e a sua reprodução se dá no nível social ou macro (reprodução social).

No cotidiano dos indivíduos e suas famílias encontram-se os processos básicos que estão relacionados aos fenótipos, necessidades fisiológicas e psicológicas, essas são atendidas de acordo com as possibilidades e obstáculos que se tem para tal, em um espaço que é social e historicamente construído (Chaves, 2010, p. 34).

As necessidades em saúde são diferentes nos diferentes grupos e classes sociais, mas é fato que, em razão das condições sociais e a da ideologia vigentes nas sociedades, as necessidades de saúde podem ou não ser sentidas e, estas, por sua vez, ser expressas em demandas que podem ou não manifestar necessidades; a oferta de serviços pode ou não atender às

demandas e, por último, necessidades podem ser tecnicamente definidas sem que, por isto, sejam sentidas.

A violência constitui-se em uma violação dos direitos humanos e das liberdades essenciais atingindo o direito das mulheres à cidadania, por isso dificulta sobremaneira o atendimento das necessidades deste grupo específico.

§ 18. Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena participação das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação sexual são objetivos prioritários da comunidade internacional.

A violência de gênero e todas as formas de assédio e exploração sexual, inclusive as resultantes de preconceito cultural e o tráfico de pessoas, são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminadas. Pode-se conseguir isso por meio de medidas legislativas, ações nacionais e cooperação internacional nas áreas do desenvolvimento econômico e social, da educação, da maternidade segura e assistência de saúde e do apoio social (Conferência mundial sobre direitos humanos, 1993).

No Brasil, de acordo com a Constituição Federal (1988), o Estado tem obrigação de garantir a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Nesse sentido, o movimento de mulheres brasileiras conseguiu introduzir a questão da violência como tema de saúde e, em 1983 criou-se o PAISM, que incorporou a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos, além de trazer para lugar de destaque a reflexão sobre a violência de gênero, considerando a relevância do tema e oficializando um tipo de olhar específico para o problema em todo o serviço público. Em 2004, da Política Nacional de Direitos Sexuais e de Direitos Reprodutivos e um plano de ação que contempla o período de 2004 a 2007 aprofunda as proposições do PAISM (Minayo, 2007).

Posteriormente, em 2011, a portaria 104 do Ministério da Saúde inclui a violência doméstica/sexual e outras violências, na lista de agravos

de notificação compulsória. Porém, ainda existem grandes contradições a serem enfrentadas.

No âmbito da saúde coletiva, atender as necessidades de saúde identificadas deveria significar tomar o conceito da determinação social do processo saúde-doença para instaurar processos de trabalho que respondessem por elas no âmbito das raízes do problema. A violência de gênero constitui um fenômeno que tem interfaces com a Saúde Coletiva, pois desponta como uma contradição na vida das mulheres que resulta em processos destrutivos no processo saúde doença, portanto é essencial a ruptura com o modelo de assistência hegemônico que supere a realidade da atenção biologicista, e implique em transformações e enfrentamento no plano político, ideológico, técnico, cultural e social (Campos, Mishima, 2005; Oliveira, 2001).

Entretanto:

No que concerne à assistência específica à mulher, nos serviços de saúde há três aspectos que se cruzam, cujas intersecções potencializam os efeitos da violência e ampliam seu campo de atuação: o primeiro diz respeito ao da mulher não verbalizar a agressão sofrida, seja ela física ou psicológica, apresentando queixas vagas e recorrentes. Depois há o fato da predominância de uma qualidade tradicional da assistência do profissional de saúde pautada numa visão biologicista e medicalizada. Há, ainda, a influência do modo como foram construídas as identidades de gênero, impregnadas de estereótipos que designam, para as mulheres, obediência e submissão. Esses três aspectos inter-relacionados na dinâmica da realidade social produzem a invisibilidade do impacto da violência na saúde da mulher (Oliveira, 2011, p. 28).

Por isso, neste trabalho defende-se que as ações de prevenção primária não podem ser obscurecidas por programas que lidam com as consequências diretas da violência doméstica contra a mulher. As ações nesse sentido precisam facilitar o desenvolvimento de relações interpessoais mais justas, reconhecendo a contribuição feminina para a sociedade. Os profissionais de saúde precisam desenvolver técnicas de abordagem que ultrapassem o cuidado com as lesões, precisam conseguir perguntar sobre e dar respostas adequadas às situações de violência de gênero. As crianças devem ser o alvo das ações primárias de prevenção e não há como excluir os

serviços de saúde dessa responsabilidade, principalmente as equipes da Estratégia de Saúde da Família (Gomes, Minayo, Silva, 2005).

3.2 UM OUTRO JEITO DE TRABALHAR – sob a ótica da vulnerabilidade e das tecnologias leves

Voltando ao conceito de vulnerabilidade já apresentado na introdução deste trabalho, de acordo com Bertolozzi et al (2009):

A vulnerabilidade tem como propósito trazer os elementos abstratos associados e associáveis aos processos de adoecimento para planos de elaboração teórica mais concreta e particularizada, em que os nexos e mediações entre esses processos sejam o objeto de conhecimento. Diferentemente dos estudos de risco, as investigações conduzidas no marco teórico da vulnerabilidade buscam a universalidade e não a reprodutibilidade ampliada de sua fenomenologia e inferência (Bertolozzi et al, 2009, p. 1327).

A despeito de melhoria na qualidade de vida nos últimos anos, no Brasil, persistem desigualdades de gênero bastante sérias que acenam para a subalternidade de gênero. Um olhar mais apurado sobre a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Brasil, 2010) revela que as mulheres continuam ingressando no mundo do trabalho fora de casa, elevando sua escolaridade e tendo menos filhos, mas, a articulação entre os papéis feminino e masculino indica que há diferenças de inserção no mercado de trabalho entre os dois sexos, expressas pelas diferenças nas taxas de atividade e na de desocupação. Com relação ao mercado de trabalho, os principais indicadores de condição de atividade e de ocupação da população de 10 anos ou mais de idade para o Brasil em 2009 mostram que a taxa de atividade (percentagem da População Economicamente Ativa em relação ao total de pessoa) era de 52,7% para as mulheres e 72,3% para os homens. O nível de ocupação - (percentagem de pessoas ocupadas em relação ao total de pessoas) para as mulheres era de 46,8% e para os homens 67,8%. A taxa de desocupação também colocava as mulheres em situação de desigualdade, sendo 11,1% para as mulheres e 6,2% para os homens. A distribuição da PEA (pessoas ocupadas e desocupadas) era de 43,9% para as mulheres e 56,1% para os homens. Os indicadores mostram a realidade do mercado de

trabalho nacional: apesar do crescimento na década, as mulheres ainda têm um nível de ocupação menor que os homens. Ou seja, permanece a histórica taxa de desocupação mais alta para as mulheres, além de continuarem ganhando menos que os homens.

A diferença de rendimento entre os trabalhadores do sexo masculino e feminino continua evidente, com os homens representando 80% do total dos brasileiros com renda superior a 20 salários mínimos mensais. Além de ganharem menos, as mulheres têm o dobro de participação entre as pessoas sem renda no Brasil. Como resultado de toda essa situação e a conseqüente menor possibilidade de consumo de bens e serviços, persiste a relação positiva entre mulher e pobreza (Brasil, 2011).

O retrato das mulheres chefes de família (Brasil, 2010; IBGE, 2011) mostra que de 2001 a 2009, a proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil subiu de aproximadamente 27% para 35% do total. São mulheres solteiras, separadas ou viúvas que tem filhos, solteiras sem filhos, morando sozinhas, entre outras. A causa mais frequente do aumento de mulheres chefes de família, além do aumento no número de relações maritais desfeitas, é que os homens morrem mais por causas violentas na faixa de idade em que constituem família. Em 2008, continuou inalterada a marca de 92% de masculinidade nas vítimas de homicídio e 82% nas de transporte. A violência contra os homens obriga as mulheres a se responsabilizarem sozinhas pelas famílias, atingindo-as também, mesmo que indiretamente mas, também chama a atenção a quantidade de mulheres casadas chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa, com ou sem filhos.

A pobreza tem ligação com o contexto das relações de gênero, e desde 1990 vem se constatando que as mulheres constituem um grupo crescente entre os pobres das sociedades latino-americanas, o que não poderia ser diferente na sociedade brasileira. A precariedade da situação social das mulheres tem sido considerada como resultante da divisão sexual do trabalho, de menores oportunidades na educação, de situações de trabalho instáveis e com menor remuneração, de níveis inferiores de saúde e

bem-estar, de reduzida participação nas decisões (tanto no âmbito privado como no público, mas especialmente neste) e de limitada autonomia pessoal. Elas têm mais anos de estudo, se dividem entre o trabalho e os cuidados com a casa, ganham menos e trabalham mais (Fonseca, 2005).

Tudo o que foi exposto nos parágrafos anteriores pode ser sintetizado ao afirmar que na pós-modernidade vários processos destrutivos da vida das mulheres tem sido detectados: o aumento na proporção de mulheres chefes de família sem os suportes jurídicos e salariais vigentes para os homens; a agudização do processo de subvalorização do trabalho feminino (expansão do trabalho feminino de baixa qualificação; feminização e conseqüente desvalorização social de algumas profissões); agudização do peso da tripla carga de trabalho para possibilitar as condições de sobrevivência familiar (trabalho produtivo remunerado, trabalho doméstico de cuidado das crianças e dos trabalhadores, trabalho relativo à geração de novos sujeitos sociais sem a equidade da participação masculina); agudização da falta de bens de consumo e serviços, tanto gerais como específicos para dar suporte às atividades femininas.

Assim, com base nas concepções ampliadas de saúde sancionadas pelo SUS, responder a necessidades de saúde deveria significar um agir que incidisse em determinantes não só do adoecimento, mas nos que vão para além das ações curativas, no sentido de responder a necessidades cada vez mais ampliadas (Campos, Bataiero, 2007). Desse modo, a relação entre a violência e a saúde remete à Saúde Coletiva enquanto campo de saberes e práticas que busca compreender e enfrentar a violência como uma necessidade particular das mulheres, ao mesmo tempo em que sugere o repensar sobre a dinâmica de trabalho operacionalizado nas práticas de atenção à saúde (Oliveira, 2011, p 45-46).

Stotz (1991) alerta que o Estado tem pautado suas normatizações e intervenções na atenção à saúde, no sentido de manter as forças de trabalho, reduzindo as necessidades em saúde dos indivíduos ao que se expressa a partir do desgaste físico, no âmbito biológico, o que referenda a não conscientização dos sujeitos sobre os determinantes do processo saúde-doença a que estão submetidos. No que se refere aos processos de desgaste relacionados à violência doméstica e seus desdobramentos, não é diferente.

Concorda-se com Merhy e Feuerwerker (2009), que toda abordagem assistencial feita por um trabalhador de saúde junto à usuária deveria ser um trabalho vivo em ato, um processo de relações onde há um encontro entre duas “pessoas”, que atuam uma sobre a outra, e onde há um jogo de expectativas e produções, criando-se momentos muito importantes de falas, escutas e interpretações, podendo ou não haver uma acolhida das intenções que estas pessoas colocam neste encontro; momentos de cumplicidades, nos quais há a produção de uma responsabilização em torno do problema a ser enfrentado (neste caso a vulnerabilidade para a violência doméstica contra a mulher); momentos de confiabilidade e esperança, nos quais se produzem relações de vínculo e aceitação.

Chamamos de trabalho morto todos os produtos-meio que estão envolvidos no processo e que são resultados de um trabalho humano anterior (as ferramentas, por exemplo, que não existiam antes de serem produzidas, mas que num novo processo produtivo já estão dadas). O trabalho vivo em ato é o trabalho criador, que possibilita a fabricação de um novo produto. O homem, no processo produtivo, pode utilizar com uma certa autonomia os elementos que já estão dados e esse autogoverno está marcado pela ação do seu trabalho vivo em ato sobre o que lhe é ofertado como trabalho morto e às finalidades que persegue (Merhy e Feuerwerker; 2009).

Assim, entende-se que as práticas em saúde, tanto quanto qualquer outra prática humana, são atos produtivos, pois modificam alguma coisa, produzindo algo novo. As práticas em saúde são um trabalho porque visam produzir um efeito, alterar um estado de coisas estabelecido como uma necessidade, e além de serem orientadas por saberes científicos, tem toda uma parte com finalidade social, que foi historicamente construída. Por isso consideram-se as práticas de saúde um trabalho vivo (Merhy e Feuerwerker, 2009).

Para que as práticas saúde sejam realizadas como um trabalho vivo, há que se valorizar as diferentes dimensões tecnológicas agrupadas dentro do conjunto das ações de saúde. Existem três dimensões tecnológicas no conjunto das ações de saúde.

Seriam três tipos de caixas de ferramentas: uma vinculada à propedêutica e aos procedimentos (diagnósticos e terapêuticos), outra aos saberes e outra às relações trabalhador-usuário, cada uma delas expressando processos produtivos singulares implicados em certos tipos de produtos.

A primeira caixa de ferramentas é a que permite manusear o estetoscópio, o endoscópio e outros equipamentos que possibilitam perscrutar, acessar dados físicos, exames laboratoriais e imagens, necessários para alimentar o raciocínio clínico e também todos os outros equipamentos e medicamentos utilizados nas intervenções terapêuticas. Esses processos consomem trabalho morto (das máquinas) e trabalho vivo de seus operadores. A essas chamamos **tecnologias duras** [grifo nosso].

A segunda caixa de ferramentas permite processar o olhar do médico [ou do profissional de saúde] sobre o usuário, como objeto de sua intervenção, em um processo de apreensão de seu mundo e de suas necessidades a partir de um certo ponto de vista. Esse olhar é construído a partir de certos saberes bem definidos, como a clínica, a epidemiologia (trabalho morto, pois produzido anteriormente), mas no momento concreto do agir do médico [ou do profissional de saúde], mediante seu trabalho vivo em ato, em sua interação com o usuário (imprevisto, singular), há uma mediação imposta - pela incerteza e pela situação específica - ao raciocínio clínico do médico. Esse é sempre um território de tensão entre a dureza do olhar armado e do pensamento estruturado e a leveza exigida pelo usuário. É a partir deste terreno que os produtos da primeira caixa de ferramentas ganham significados como atos de saúde. E como não há um só modo de realizar o ato clínico, pode predominar a dureza (e os processos mais estruturados) ou pode predominar a leveza (e os processos mais maleáveis, mais permeáveis). Às tecnologias operantes nesse território chamamos **tecnologias leve-duras** [grifo nosso].

A terceira caixa de ferramentas é a que permite a produção de relações envolvidas no encontro trabalhador-usuário mediante a escuta, o interesse, a construção de vínculos, de confiança; é a que possibilita mais precisamente captar a singularidade, o contexto, o universo cultural, os modos específicos de viver determinadas situações por parte do usuário, enriquecendo e ampliando o raciocínio clínico do médico [ou do profissional de saúde]. Os processos produtivos nesse espaço só se realizam em ato e nas intercessões entre médico e usuário. É nesse território que a ética do exercício profissional e os saberes sobre a relação médico-paciente adquirem importância, evidenciando a relevância do trabalho vivo do médico [ou do profissional de saúde] nesse momento. É também neste território - das relações, do encontro, de trabalho vivo em ato - que o usuário tem maiores possibilidades de atuar, de interagir, de imprimir sua marca, de também afetar. Às tecnologias envolvidas na produção desse encontro chamamos [tecnologias] **leves** [grifo nosso] (Merhy e Feuerwerker; 2009).

Dependendo de como se combinam esses três tipos de tecnologias, configuram-se distintos modelos de atenção à saúde.

Sabemos, por experiência como profissionais e como consumidores, que quanto maior a composição das caixas de ferramentas (que, aqui, é entendida como o conjunto de saberes que se dispõe para a ação da produção dos atos de saúde), utilizadas para a conformação do cuidado pelos trabalhadores de saúde, individualmente ou em equipes, maior será a possibilidade de se compreender o problema de saúde enfrentado e maior a capacidade de enfrenta-lo de modo adequado, tanto para o usuário do serviço quanto para a própria composição dos processos de trabalho (Merhy, 1999).

A conformação tecnológica concreta operada nos serviços de saúde é produto de um processo de disputas entre os vários atores envolvidos na produção das ações de saúde, que numa disputa de forças tentam impor seus interesses nesse processo de produção.

Esses processos de definição em torno do “para que” se organizam os modos tecnológicos de atuar em saúde são sempre implicados social e politicamente por agrupamentos de forças que têm interesses no que se está produzindo, impondo suas finalidades neste processo de produção. Tendencialmente, pelo modo como operam as lógicas de poderes (políticos, técnicos e administrativos) na sociedade contemporânea, os núcleos vinculados às tecnologias duras e leve-duras encontram terreno favorável para se imporem sobre os outros núcleos (Merhy e Feuerwerker, 2009).

Para se superar atual conformação do cuidado prestado à mulher, vítima de violência ou não, é necessário se trabalhar com dispositivos que possibilitem redefinir os espaços de relações entre os vários atores envolvidos nestes processos - trabalhadores, usuárias, gestores dos serviços de saúde, comunidade e outros setores sociais envolvidos no cuidado integral à saúde da mulher - alterando a função dos estabelecimentos de saúde e ampliando os modos de produzir atos de saúde. São necessários novos arranjos e novas combinações tecnológicas dando maior valor às tecnologias leves e às necessidades das usuárias, de forma que estas necessidades ocupem um papel central no cuidado prestado por toda a equipe dos serviços de saúde, seja no nível de atenção básica, intermediário ou de alta complexidade tecnológica, já que o território das ações cuidadoras é de domínio não somente de todas as categorias de

trabalhadores que atuam na área da saúde, mas inclusive das usuárias e de suas famílias.

Assim, produzir atos de saúde cuidadores é tarefa a ser compartilhada por todos os trabalhadores de uma unidade de saúde. Todos podem acolher, escutar, interessar-se, contribuir para a construção de relações de confiança e conforto. E como cada qual faz esse movimento desde um determinado ponto de vista, mobilizando saberes específicos adquiridos a partir de vivências concretas, o compartilhamento desses olhares certamente amplia e enriquece as possibilidades de compreender e comunicar-se com os usuários dos serviços de saúde (Merhy e Feuerwerker, 2009).

Acreditando que a construção de relações se dá em ato e nas circunstâncias específicas de cada encontro, entende-se que não há, a priori, uma hierarquia na capacidade de estabelecer um bom contato, identificar um problema ou imaginar possibilidades para o seu enfrentamento, mas, de acordo com as circunstâncias, diferentes os membros da equipe de saúde podem desenvolver um papel mais ativo nesse processo.

Ampliar o olhar e a escuta, possibilitar que a complexidade da vida dos usuários invada as unidades e a maneira dos trabalhadores compreenderem o processo saúde-doença e os sofrimentos da vida implica também colocar o usuário em outro lugar, em outra posição: a de agente ativo na produção de sua saúde e no encontro com os trabalhadores de saúde. Bem diferente do lugar em que hegemonicamente se coloca o usuário, objeto das ações de saúde (Merhy e Feuerwerker, 2009).

A proposta deste trabalho, como já expôs-se anteriormente, é criar um instrumento para identificar a vulnerabilidade das mulheres à violência doméstica, partindo do princípio que a vulnerabilidade está relacionada com a subalternidade de gênero estabelecida nas relações familiares. Para alcançar tal finalidade, construiu-se um questionário alicerçado em falas de mulheres que já foram vítimas de violência. O desenvolvimento da proposta está detalhadamente descrito no capítulo a seguir.

4 O CAMINHO PERCORRIDO

4 O CAMINHO PERCORRIDO

Neste capítulo descreve-se detalhadamente o processo de construção deste trabalho.

4.1 TIPO DE PESQUISA

Por ser uma pesquisa focada na elaboração, avaliação e aperfeiçoamento de um instrumento, enquadra-se entre os estudos metodológicos, ou seja, aqueles voltados para a criação de instrumentos para a coleta de dados, com objetivo de melhorar a confiabilidade e validade destas ferramentas (Polit, Beck, Hungler, 2004).

De acordo com Lobiondo-Wood e Haber (2001) a criação de um instrumento é constituída de etapas: 1) definir o construto a ser medido, 2) formular os questionamentos, 3) avaliá-los para saber se há validade de conteúdo; 4) desenvolver orientações para as pessoas que respondem e os aplicadores/usuários; 5) pré-testar e aplicar teste piloto; 6) estimar a confiabilidade e validade do instrumento.

A construção de novos instrumentos para coleta de dados que tem confiabilidade e validade razoáveis [...] é a tarefa mais difícil. Às vezes, os pesquisadores decidem não estudar uma variável se não existir um instrumento de medição adequado; outras vezes o pesquisador pode decidir investir tempo e energia na criação de uma ferramenta (Lobiondo-Wood, Haber, 2001, p. 176).

4.2 ETAPAS DA PESQUISA

Para facilitar a compreensão do leitor, esquematizou-se a condução do trabalho em um quadro 1, que está exposto a seguir:

Quadro 1 – Cenário, critérios de seleção e composição da população em cada etapa da pesquisa

Etapa	Local	Seleção das participantes	Composição da população de estudo	Quantidade
1- Elaboração da versão do instrumento a ser validada por juízas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2- Validação da versão do instrumento por juízas	Não se aplica	Por conveniência	Docentes da área de saúde coletiva e saúde da mulher, pesquisadoras da área e enfermeiras que atuam no atendimento às mulheres	10
3. Construção do instrumento de acordo com as alterações sugeridas por juízas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
4- Aplicação do instrumento em usuárias de serviços de saúde	Unidades de Saúde de São José dos Pinhais	Aleatória	Usuárias da unidade de saúde que estejam buscando atendimento.	323
5- Validação estatística	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
6- Construção do instrumento final, com alterações de acordo com as análises	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: a autora

4.2.1 Elaboração da versão do instrumento a ser validada por juízas

A base para a formulação da **versão do instrumento a ser validada por juízas** foram os resultados obtidos por Okabe (2010), que, partindo da proposta de avaliação das (des)igualdades na família de Goldani (2002), encontrou a frequência relativa das práticas e representações dos indicadores de subalternidade de gênero na família, no cotidiano de mulheres agredidas por seus parceiros por meio de falas das entrevistadas.

[...] na articulação entre família e desigualdades de gênero tanto as informações a nível individual como por tipos de famílias deveriam ser considerados. No primeiro caso, estas quando cruzadas com os indicadores serviriam para identificar grupos e/ou segmentos de indivíduos com práticas e aspirações diferenciadas. No caso das famílias além de possibilitar um panorama das estruturas de família segundo sua forma de arranjo interno, serviriam para identificar as práticas diferenciadas com realidades familiares específicas. Entre as muitas áreas que ilustrariam o posicionamento de mulheres e homens na esfera familiar e poderiam indicar a discriminação de gênero destacamos as seguintes: a estrutura diferencial da divisão de trabalho de produção e reprodução na família, as formas de divisão do poder e tomadas de decisão pelos membros da família, a sexualidade e os comportamentos sexuais, redes de apoios sociais e familiares, representações de

casamento, filhos e família, conflitos interpessoais e violência doméstica (Goldani, 2002, p. 4).

Os indicadores de subalternidade de gênero na família utilizados por Okabe (2010) encontram-se divididos em quatro áreas (quadro 2):

Quadro 2 – Indicadores de subalternidade de gênero na família utilizados por Okabe (2010) de acordo com as áreas

Áreas	Indicadores
Produção interna ou esfera de reprodução	Responsabilidade sobre as tarefas domésticas
	Responsabilidade sobre o cuidado com os filhos
	Expectativas em relação à vida dos filhos
Produção externa ou esfera do trabalho remunerado	Responsabilidade pelo sustento da família
	Importância e significado atribuído pela mulher à vida profissional
	Conciliação família e trabalho
	Reorganização profissional em face da situação de estado civil e o fato de ter filho
Redes sociais e apoios familiares	Apoios familiares
	Relação homem mulher
	Significado de casamento (formal e informal)
	Significado de divórcio
	Significado de pessoa divorciada
	Significado de celibato
	Significado de família
	Significado de infidelidade
Poder de decisão	Decisão sobre o uso do tempo pessoal e gastos
	Poder de decisão sobre a educação dos filhos
	Poder de decisão sobre as despesas da casa

Fonte: a autora

A partir dos discursos das mulheres, Okabe (2010) encontrou para vários indicadores, uma ou mais frases temáticas que poderiam apontar para a reiteração da concepção hegemônica vigente ou para a superação dessa concepção. As frases foram selecionadas representando a íntegra da ideia formulada pela mulher a respeito da questão geradora da explicação para o indicador (apêndice A).

Esses grupos de frases foram analisados e foram escolhidas as mais claras e objetivas para compor um instrumento com questões fechadas para identificar a vulnerabilidade à violência doméstica contra a mulher. Não há frases para todos os grupos de indicadores, mas, entendeu-se que as frases

apontadas por Okabe (2010) mostravam claramente a subalternidade de gênero na família e eram suficientes para a construção de um instrumento que identificasse a vulnerabilidade para a violência doméstica.

Questões fechadas são as mais comuns e formam a base para a maioria das medições padronizadas na pesquisa clínica; são mais rápidas e mais fáceis de responder (por serem de entendimento mais simples) além de as respostas obtidas serem mais práticas de se tabular e analisar (Cummings, Hulley, Stewart, 2003), por isso optou-se por construir um instrumento de medição por escores gerados da organização das questões por escala do tipo Likert (comumente usada para quantificar atitudes, comportamentos e domínios de qualidade de vida relacionados à saúde).

4.2.2 Validação da versão do instrumento por juízas

Para verificar a validade do instrumento, utilizou-se o modelo proposto por Hino et al. (2009), submetendo o instrumento inicial (apêndice B) à apreciação de 20 *juízas* especialistas que foram convidadas a participar da pesquisa por e-mail com carta-convite (apêndice C). Destas, 10 aceitaram colaborar e responderam ao instrumento encaminhado.

“São *juízes* indivíduos considerados capacitados para analisar o conteúdo, a apresentação, a clareza e a compreensão do instrumento, conferindo-lhe validade” (Hino et al., 2009, p. 1157). A validade do conteúdo se refere ao domínio de um construto ou universo que fornece a base para formulação de questões que representam adequadamente o conteúdo. Os juízes podem checar se as questões contidas no instrumento são representativas do domínio do conteúdo que se pretende medir (Lobiondo-Wood, Haber, 2001)

Com base na experiência das juízas no trabalho junto a mulheres, pediu-se que elas analisassem cada frase que compõe o instrumento, apontando 1) se era realmente ilustrativa do indicador a que se referia; 2) se transmitia para a usuária a descrição explícita de uma realidade vivida por uma mulher cotidianamente e 3) que tivessem as seguintes características: conteúdo, apresentação, clareza e compreensão. A seguir deveriam

classificar cada frase em: totalmente adequada (TA) adequada (A), parcialmente adequada (PA) ou inadequada (I). Caso considerassem que a frase não estava totalmente adequada poderiam fazer sugestões para melhorá-la.

As respostas obtidas foram tabuladas em planilha Excel e considerados validados os itens que obtiveram concordância nas respostas (quando foram marcadas as opções TA ou A) superiores a 80% (quadro 3). Nas observações, as juízas também sugeriram junção de frases parecidas ou que complementavam a mesma ideia, troca de algumas palavras ou supressão de alguns trechos visando aumentar a clareza das frases. A maioria das sugestões foi acatada na produção do instrumento a ser usado na próxima etapa.

Quadro 3 – Índice de aprovação das frases analisadas por juízas para a composição do instrumento a ser aplicado em usuárias

Indicador 1: Responsabilidade sobre as tarefas domésticas	
FRASES	% Aprovação
1. Na minha casa é tudo eu. Cama pra arrumar, louça pra lavar, roupa pra lavar e passar, casa pra varrer... É muito estressante chegar cansada do trabalho e ver toda aquela bagunça	90,00%
2. A falta de colaboração dos homens nas tarefas domésticas já vem da educação que a própria mulher dá. Porque homem não chora, homem, não faz isso, homem não faz aquilo...	50,00%
3. Mulher trabalha dia e noite. Às vezes espera os filhos dormirem pra continuar fazendo as coisas e nem percebe que está trabalhando sem parar.	100,00%
4. Quando ele está inspirado ajuda em casa, mas quando desanima para. Não enxerga o que tem pra fazer dentro de casa.	80,00%
5. Nosso relacionamento é bom porque as tarefas da casa são divididas. Não pesa pra ninguém, e assim ele valoriza o meu serviço e vê que administrar a casa não é fácil.	80,00%
6. Quando os dois trabalham fora, os dois ajudam. Quando estou em casa, uma vez por semana, eu faço tudo.	70,00%
Indicador 2: Responsabilidade sobre o cuidado com os filhos	
FRASES	% Aprovação
1. Cuidar dos filhos sempre sobra pra mãe. Acho que é da natureza da mãe cobrar mais, exigir mais.	100,00%
2. O pai é o bonzinho da história, porque sempre passa a mão na cabeça. Se estamos separados, ele só vem no final de semana, leva pra passear e comprar presente. Não está aqui pra chamar a atenção, pra tomar uma atitude.	90,00%
3. Ele diz que não me mandou engravidar. Como se eu tivesse feito a filha sozinha. Eu sei que ele não vai ajudar na educação dela, mas precisa pelo menos honrar com o compromisso financeiro.	100,00%
4. Quando ele está, ajuda a cuidar das crianças. À noite nós revezamos porque não é justo. As crianças não querem saber se ele tem 30 ou 90 anos, é pai: tem que cuidar.	80,00%
5. Durante a semana sou eu quem cuido das crianças, mas no final de semana, como ele está em casa, ele dá banho, comida, faz tudo e eu tenho folga.	80,00%
Indicador 3: Responsabilidade pelo sustento da família	
FRASES	% Aprovação
1. Eu trabalhava fora mas parei. O pior erro que a mulher pode cometer é esse. Não vale a pena você estacionar a sua vida. Que seja um pouquinho, que seja sacrificado, vale pena você trabalhar fora e lutar por um emprego melhor, e estudar também. Me arrependo muito disso	80,00%
2. Coloquei meu filho menor na creche e fui trabalhar, porque se não fizesse isso, já teria perdido a guarda das crianças.	80,00%
3. Hoje sou a chefe da família. Se eu não trabalhar as coisas não andam. Talvez, antigamente fosse diferente e o chefe da família fosse o homem, mas a gente não pode voltar atrás.	80,00%
Indicador 4: Significado atribuído pela mulher à vida profissional	
FRASES	% Aprovação
1. O trabalho fora de casa significa satisfação, independência financeira, realização pessoal, porque você se sente útil em alguma coisa que não seja lavar e cozinhar.	100,00%
2. Eu trabalho fora porque cansei de ficar pedindo dinheiro e ouvir "mas eu já te dei tanto tal dia!". Então esse dinheiro é meu e sei como vou gastá-lo.	80,00%
Indicador 5: Conciliação família e trabalho	
FRASES	% Aprovação
1. Mesmo estando desempregado, meu marido não fica com as crianças para eu trabalhar. Por isso, quando vou trabalhar, fico com a consciência pesada.	100,00%
2. Conciliar família e trabalho é difícil. Às vezes a gente tem que se dividir em três pra ser boa mãe, boa dona-de-casa e ainda trabalhar fora.	100,00%
Indicador 6: Organização da vida profissional depois do casamento e dos filhos	
FRASES	% Aprovação
1. Minha vida profissional mudou completamente depois que casei. Quando a gente é solteira, tem mais liberdade, tem boa aparência. Depois que casa não tem mais aquele ânimo pra procurar emprego, só pensa nos filhos. Eles me prendem muito pra fazer as coisas, até mesmo pra eu crescer na vida.	90,00%
2. Eu trabalhava mas tive que sair do serviço porque as crianças estavam sentindo a minha falta. O pai nunca dá atenção igual a mãe. Eu podia estar trabalhando e ganhando bem, mas depois que a gente se casa e tem filhos tudo fica mais difícil.	100,00%
3. Como o nascimento dos filhos continuei trabalhando de dia e estudando de noite. Nem é pelo curso, mas pela coragem de enfrentar a vida. Eu fiz minhas escolhas.	90,00%
4. Ele acha que eu ganho pouco, queria que eu mudasse de emprego pra ganhar mais, mas eu não deixo ele decidir por mim. Eu vou trabalhar onde eu quiser.	80,00%
Indicador 7: Rede social de apoio	
FRASES	% Aprovação
1. Não tenho ajuda de ninguém prá nada. Ninguém.	90,00%
2. Ninguém da minha família mora nesta cidade, então ninguém pode me ajudar. Só posso contar com a minha madrinha, mas ela trabalha fora, não fica em casa.	90,00%
3. Para eu trabalhar outra pessoa precisa cuidar das crianças. Normalmente a minha mãe ou a minha sogra me ajudam.	90,00%
4. Recebemos ajuda da assistente social e da igreja com alimento e cesta básica.	100,00%
Indicador 8: Significado de casamento	
FRASES	% Aprovação
1. Casamento é bom desde que você encontre uma pessoa boa. Eu não encontrei uma pessoa que pense igual a mim	90,00%
2. No casamento, entre quatro paredes, o que influencia é a convivência entre os dois. Você tem que se dar bem com a pessoa que você escolheu pra dividir a vida, os seus sonhos. Se você se dá bem com essa pessoa, não importa se é um casamento formal ou informal.	80,00%
3. Casamento informal é normal. A lei garante os direitos de quem vive junto. Se eu tivesse me casado e mudado o meu nome, estava me incomodando agora que me divorciei.	80,00%
4. No casamento, em primeiro lugar tem que existir um sentimento entre os dois e depois respeito. Se não existem essas duas coisas, casado ou não, não adianta querer ficar junto.	80,00%

Fonte: a autora

4.2.3 Aplicação do instrumento em usuárias de serviços de saúde

Após adequar o instrumento às sugestões das juízas e submetê-lo a um teste piloto, foram entrevistadas 323 usuárias de serviços de saúde de Atenção Básica no município de São José dos Pinhais, estado do Paraná.

A quantidade de entrevistas a ser realizada foi definida segundo critérios estatísticos, considerando que para cada questão a ser validada era preciso entrevistar entre oito e dez mulheres, o que deveria totalizar entre 272 e 340 entrevistas realizadas. Esta etapa da coleta de dados aconteceu entre agosto/2012 e fevereiro/2013. A autorização da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais para realização da pesquisa nas unidades de saúde daquele município encontra-se no anexo 1.

Em cumprimento à resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (vigente à época da coleta), antes de iniciar a coleta de dados o projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, avaliado e aprovado sob número de registro 00898212.6.0000.5392 (anexo 2).

4.2.3.1 Local do estudo

A amostra foi composta de mulheres munícipes de São José dos Pinhais. O município faz parte da região metropolitana de Curitiba, distante 18,6 km da capital, tem a quinta maior área da Região Metropolitana de Curitiba (944,288 km²) (IPARDES, 2012; Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais).

É a segunda cidade mais populosa da região, com 264.210 habitantes, sendo 130.597 homens e 133.613 mulheres, na maioria crianças e adolescentes (33,99%) e adultos jovens (36,12%) que vivem predominantemente na área urbana (236.895 pessoas o que corresponde a 89,66%) (IPARDES, 2012).

Fazem parte da população economicamente ativa 146.612 pessoas (55,49%) das quais 26.327 (17,95%) trabalham na indústria, 23.383 (15,94%) no comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas,

11.525 (7,86%) no setor de transporte, armazenagem e correio, 10.882 (7,42%) na construção civil e 6.919 (4,71%) em serviços domésticos (IPARDES, 2012). O PIB per capita em 2009 foi de R\$41.217,00, e a renda per capita R\$ 311,29. Alguns coeficientes como mortalidade infantil em 2010 (11,87/1.000), mortalidade geral (5,79/1.000); esperança de vida ao nascer (70,85); Índice de GINI em 2000 (0,520) e IDH-M (0,796) ajudam a desenhar o retrato do município. Estes valores estão muito próximos da média brasileira, portanto, sem a intenção de desprezar as especificidades locais, pode-se afirmar que é um município que reflete bem as características nacionais.

De acordo com o IPARDES (2012) São José dos Pinhais é dividido em sete regiões administrativas e, no período da coleta de dados a Secretaria de Saúde dividia o município em seis Regionais de Saúde: Afonso Pena, Borda do Campo, Costeira, Guatupê / Ipê, São Marcos e Centro. Segundo o CNES havia 327 serviços de saúde, (59 serviços públicos e 268 privados). Dentre os serviços públicos de saúde, 58 faziam parte da rede municipal de saúde e um da rede estadual. À época, 25 serviços da rede municipal de saúde prestavam assistência nos moldes da Estratégia de Saúde da Família. A coleta de dados aconteceu em unidades de ESF.

O cálculo da distribuição da amostra foi proporcional à população residente na área de abrangência de cada Regional de Saúde como mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Divisão da população de São José dos Pinhais por regional de saúde, em números absolutos e percentuais

Regional	Unidades	Número	%
Afonso Pena	Afonso Pena	57846	21,9
Guatupê/Ipê	Cristal	6363	2,4
	Guatupê	13743	5,2
	Ipê	14437	5,5
	Agaraú	1984	0,7
	Braga	7186	2,7
	Cachoeira	611	0,2
	Campina do Taquaral	6866	2,6
Centro	Central	16368	6,2
	Cotia	789	0,3
	Marcelino	2169	0,8
	Trevisan	9944	3,8
	Cidade Jardim	12950	4,9
	Veneza	9811	3,7
	Campo Largo da Roseira	1071	0,4
	Contenda	2395	0,9
São Marcos	Castelhanos	2031	0,8
	Faxina	2018	0,8
	Malhada	3258	1,3
Borda do Campo	São Marcos	12999	4,9
	Borda	27087	10,3
	CAIC	8025	3,0
Costeira	Riacho Doce	24446	9,2
	Murici	2795	1,1
	Xingu	17018	6,4
Total		264210	100

Fonte: a autora

4.2.3.2 As mulheres que compuseram a amostra

Definiu-se que nessa etapa da pesquisa poderiam fazer parte da amostra mulheres com 18 anos ou mais, que estivessem vivendo uma relação afetiva ou tivessem passado por esta experiência ao menos uma vez na vida, que tivessem filhos e que estivessem procurando o serviço de saúde por qualquer motivo. Foram considerados critérios de exclusão: ser menor de idade e não ter filhos. O perfil detalhado dessas mulheres será exposto no capítulo 5 – Apresentação dos Resultados.

4.2.3.3 O processo de entrevista com as mulheres

Sobre testes psicométricos Weil (1967) observa que “são três os fatores a considerar na aplicação de qualquer teste, tanto como fim de experimentação quanto como fim prático. Esses fatores: o examinador, o ambiente do exame e o examinado” (Weil, 1967, p. 30). Entende-se que esta observação é cabível também na aplicação do instrumento a que se propõe elaborar nesta pesquisa.

No feminismo, a crítica partiu de uma *práxis* em grupos de reflexão (*consciousness-raising*) que antecedeu os estudos acadêmicos. Portanto, a preocupação sobre as condições de desigualdade entre entrevistador e entrevistado apresentadas por Weil (1967), vão ao encontro dos interesses da pesquisa feminista, que tem especial preocupação com o lugar do investigador na relação com os participantes e com o impacto da pesquisa para os participantes. Na investigação feminista, a relação desigual de poder entre o investigador e o investigado é trabalhada de forma a que a perspectiva do último seja validada e reconhecida como fundamental, considerando-se os participantes especialistas das suas próprias experiências (Giffin, 2006).

Para a coleta de dados, os entrevistadores (seis pessoas, incluindo a própria pesquisadora) foram orientados sobre como conduzir a entrevista. Em uma tentativa de padronizar ao máximo o preenchimento dos questionários, foi elaborado um roteiro detalhando o que significava cada opção a ser marcada e cada entrevistador recebeu uma cópia para que pudesse tirar dúvidas durante a coleta de dados (apêndice D).

Giffin (2006) explica com propriedade que não sendo possível isolar o sujeito do objeto, a separação ciência/sociedade e ciência/política também não se sustenta. Ao contrário, nessa nova visão da objetividade que reconhece os sujeitos do conhecimento como ativos, portadores de valores e situados em hierarquias sociais, a ética e a política são reveladas como inerentes à construção do conhecimento. Sendo assim, um cuidado tomado foi em relação às entrevistadas, para que se sentissem à vontade diante a entrevistadora (ou entrevistador). Antes de começar a entrevista

propriamente dita, as mulheres eram orientadas sobre o trabalho que estava sendo desenvolvido e recebiam os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice E), deixando explícito que colaborar ou não com o estudo era uma decisão individual, reforçando, principalmente que não seriam prejudicadas em seu tratamento no serviço de saúde. Recebendo resposta positiva por parte da usuária, a entrevistadora (ou entrevistador) começava a leitura cada questão e as possibilidades de resposta. A versão do instrumento utilizada nesta fase (apêndice F) foi dividida em três partes: parte 1 – sobre informações pessoais; parte 2 – questionário sobre vulnerabilidade a ser validado; parte 3 – versão validada para a língua portuguesa do instrumento Abuse Assessment Screen (AAS), que identifica mulheres que sofreram violência.

Só se começa a aplicação de um teste [neste caso entrevista] quando o examinado [entrevistado] está tranquilo, confiante, em estado psíquico normal, encarando com serenidade as explicações do examinador [entrevistador]. É de grande importância que o examinando [entrevistado] realize o teste com naturalidade, espontaneamente e jamais obrigado. Deve-se primeiro ganhar sua confiança, conduzindo-o, naturalmente, a interessar-se pela prova [...]. Uma das condições de bom rendimento é a aceitação da pesquisa pelo examinando, revelando-se como parte interessada. Deve-se estimulá-lo nos exemplos (quando houver) ou ao notar dificuldade de compreensão (Weil, 1967, p. 30-31).

Optou-se por ler o instrumento juntamente com a entrevistada para que mesmo as mulheres que não soubessem ler também pudessem participar da pesquisa. Apesar de ser um instrumento de questões fechadas, percebeu-se que a leitura de cada frase não gerava apenas uma resposta numérica dentro da escala, muitas vezes disparava uma reflexão acerca da própria vida, gerando um relato de experiência, um desabafo, um diálogo. Por ser uma tema bastante delicado, isso chegou a influenciar, algumas vezes, nas condições emocionais dos entrevistadores.

O examinador [ou o entrevistador] deve seguir rigorosamente, as instruções de aplicação do teste de tal maneira que as condições de aplicação sejam as mesmas para todos.

O examinador [entrevistador] deve ser uma pessoa calma, controlada nas suas reações, inspirando confiança. Deve-se

evitar que seja, por exemplo, um mestre a quem o examinando [entrevistado] teme ou aborrece. O teste pode ser muito influenciado pela relação psíquica entre examinando e examinador. (Weil, 1967, p. 30)

Alguns entrevistadores desistiram de continuar coletando dados, e as três pessoas que se dispuseram a coletar dados até o final da etapa, por vezes precisaram interromper a coleta por alguns dias até se sentirem mais confortáveis para retomarem a realização das entrevistas. Sendo assim, o tempo nesta etapa de coleta de dados, foi maior do que o imaginado inicialmente.

Outra dificuldade enfrentada nessa fase foi a (in)disponibilidade de espaço físico nas unidades de saúde. Era condição indispensável que houvesse um espaço reservado onde as mulheres pudessem falar sem se sentirem constrangidas.

Só deve se aplicar um teste num ambiente tranquilo, isolado, onde não haja ruído e onde não possam ocorrer fatos que afastem a atenção do examinando [entrevistado]. Antes de iniciar o trabalho, deve-se verificar se existe algum fator externo que possa influir no seu resultado.

O teste deve ser realizado, sempre que possível, a sós como examinando, e de maneira nenhuma com a presença dos pais, parentes, médicos de família, etc (Weil, 1967, p. 30).

Essa condição ideal descrita, nem sempre foi encontrada. O funcionamento das unidades de saúde hoje, é voltado para o atendimento médico, portanto o espaço físico também é organizado para a consulta médica, os consultórios são primeiramente ocupados por médicos e os demais profissionais montam suas escalas de acordo com os horários que os médicos deixam vagos. Diante deste quadro, o agendamento das entrevistas, em várias unidades, ficou na dependência de que um profissional médico entrasse de férias, o que também contribuiu para a demora na finalização desta etapa da coleta de dados. Em algumas unidades foi necessário realizar entrevistas em almoxarifado, sala da chefia ou refeitório. Ainda assim zelou-se para que a entrevistada tivesse a privacidade e o sigilo garantidos.

4.2.4 Validação estatística e construção da terceira versão

Os dados coletados em uma pesquisa não respondem por si só às questões nem testam as hipóteses propostas inicialmente. Precisam ser sistematicamente analisados. A análise quantitativa é importante, pois sem ela dados seriam apenas um amontoado de números. A estatística descritiva ajuda a descrever e sintetizar os achados. Já a análise qualitativa extrai o significado. Assim, entende-se que os dois tipos de análise não são excludentes, mas podem ser usados conjuntamente (Polit, Beck, Hungler, 2004; Minayo, Sanches, 1993). A análise quanti-qualitativa seria a mais completa para alcançar os objetivos deste trabalho, porém, entendeu-se que gravar e transcrever mais de 300 entrevistas para que se fizesse a análise de discurso, dentro dos padrões hoje adotados para a realização de uma tese (principalmente no que se refere ao tempo disponível) tornaria o trabalho inviável. Daí a escolha da análise quantitativa como a mais apropriada para a atual realidade.

A análise quantitativa aconteceu por realização da testagem e validação do instrumento de vulnerabilidade, com a transposição e configuração da base de dados em Excel para o *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

O SPSS é um pacote estatístico, composto de diferentes módulos, desenvolvido para o uso em ciências humanas, sociais, biológicas, entre outras área do conhecimento. Está baseado no ambiente Windows, sendo de fácil operação e muito abrangente, permite realizar uma grande amplitude de análises estatísticas e gráficas (análises descritivas, análises inferenciais multivariadas, módulos gráficos, entre outros) (Pilati e Porto, 20--, p. 2).

Primeiramente, fez-se a análise exploratória dos dados para verificar casos omissos, casos extremos e distribuição das variáveis. Em seguida, verificou-se a fatorabilidade da matriz, a análise dos componentes principais (exploratória) e a análise fatorial (confirmatória). Por fim, verificou-se a consistência interna do instrumento.

Com base nos escores obtidos, analisou-se os resultados dos escores fatoriais do instrumento desagregado por itens do AAS. Tabelas e gráficos

foram produzidos com o objetivo de comparar os escores fatoriais por grupos.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

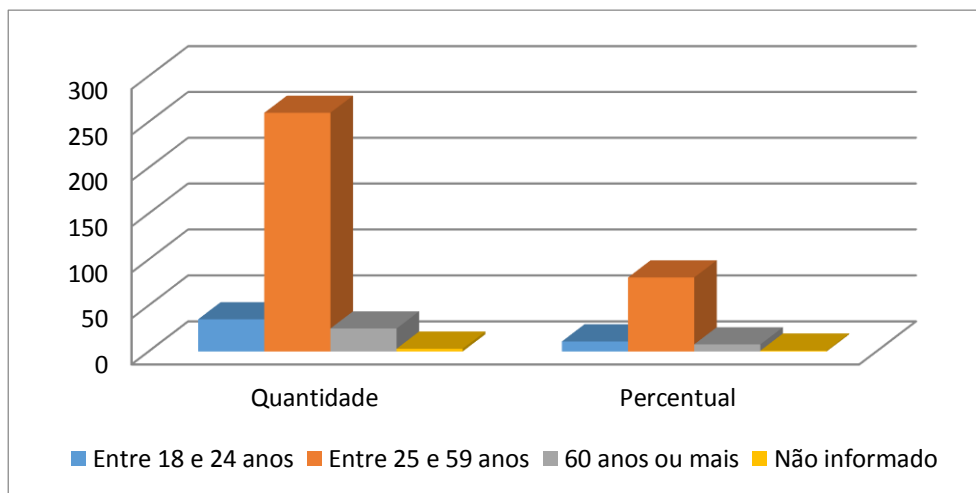
Por ser um trabalho de cunho metodológico, que se dispõe a construir e validar um novo instrumento, percebe-se que a apresentação da metodologia e dos resultados por vezes se confundem. Considerando que a construção da primeira versão do instrumento (que foi apreciada por juízas), o processo de validação por juízas e a construção da segunda versão do instrumento (que foi aplicada em usuárias) já foram detalhadamente descritos no capítulo anterior, neste capítulo serão apresentados os resultados referentes ao desdobramento da aplicação em usuárias da segunda versão do instrumento e a construção da terceira versão do instrumento.

5.1 QUEM SÃO? DE ONDE VIERAM? O QUE FAZEM ESSAS MULHERES?

Um retrato das 323 mulheres que compuseram a amostra poderia ser assim descrito: são adultas, com, em média, 39 anos (figura 1), migraram do interior do estado do Paraná para São José dos Pinhais ainda na infância (figura 2) e vivem no município, em média, há 20 anos. São casadas ou vivem em união estável (figura 3), cristãs (figura 4) e tem dois filhos em média. A maioria cursou apenas o ensino fundamental (figura 5). Trabalham em atividades relacionadas ao cuidado de casas ou estabelecimentos comerciais (faxineiras, diaristas, empregadas domésticas, auxiliares de serviços gerais) ou ligadas ao comércio (balconistas, caixas, vendedoras), porém, boa parte delas não exerce atividade remunerada (tabela 2). A maioria (57,94%) reconhece que já sofreu algum tipo de violência física ou psicológica pelo menos uma vez na vida. Os agressores citados foram: marido / namorado (31,57%), ex-marido / ex-namorado (24,1%), outros (8,04%), o que coaduna com todo o contexto apresentado no item 3.1.3 do capítulo 3 desta tese.

A maior parte das entrevistadas está na faixa etária entre 25 e 59 anos (80,5%), os grupos de mulheres entre 18 e 24 anos (10,9%) e com mais de 60 anos (7,7%) tiveram percentuais bem menores de participantes.

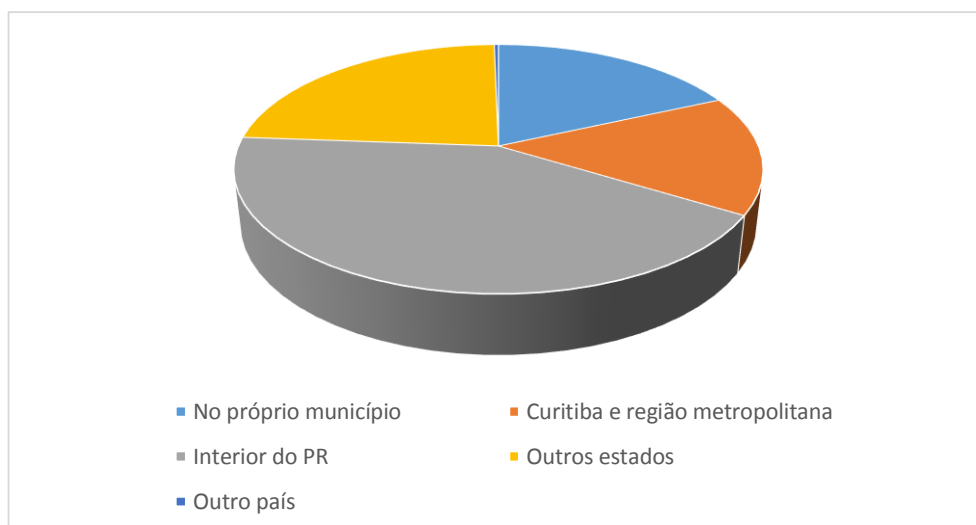
Figura 1– Distribuição das mulheres entrevistadas por faixa etária



Fonte: A autora

A maioria das entrevistadas migrou para São José dos Pinhais vinda do interior do estado (42,4%), de outros estados (23,5%) ou de Curitiba e região metropolitana (15,5%). Somente 18,3% das entrevistadas são nascidas no município.

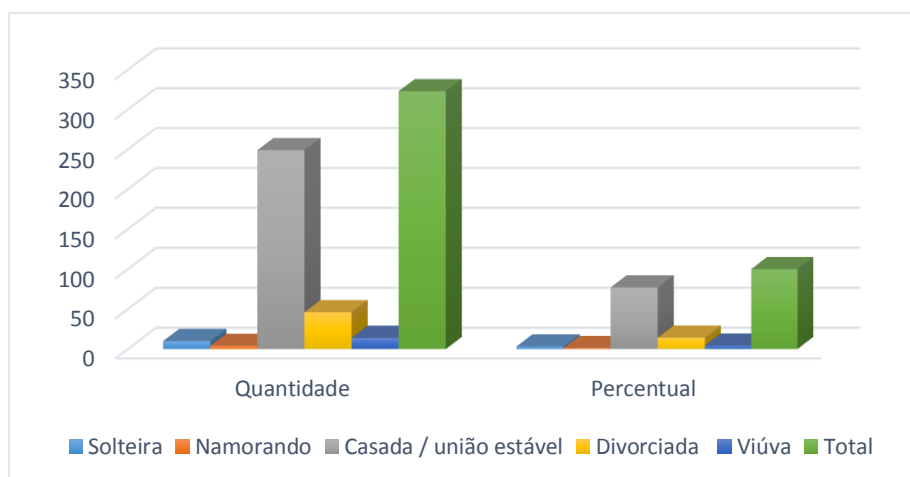
Figura 2 - Distribuição das mulheres entrevistadas por local de nascimento



Fonte: A autora

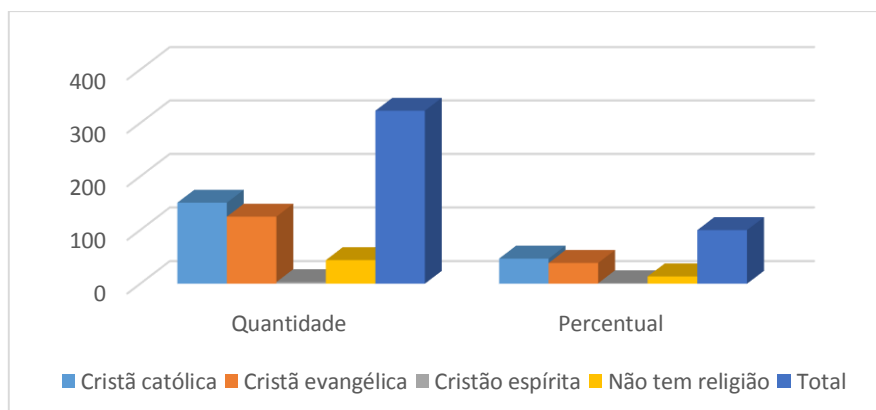
As entrevistadas que referiram estar casadas ou vivendo em união estável representam 77,1% da amostra, as que referiram estar divorciadas 14,2%, as viúvas 4,3%, as que disseram estar solteiras 3,2% e namorando 1,2%. Considerando que a pergunta era sobre o estado civil atual, dentre as que se disseram casadas ou em união estável, solteiras ou namorando existem mulheres que já passaram pela experiência da separação, e no decorrer das entrevistas foi possível perceber que as mulheres levaram as experiências dos relacionamentos anteriores em consideração ao responderem às perguntas.

Figura 3 - Distribuição das mulheres entrevistadas por estado civil



Fonte: A autora

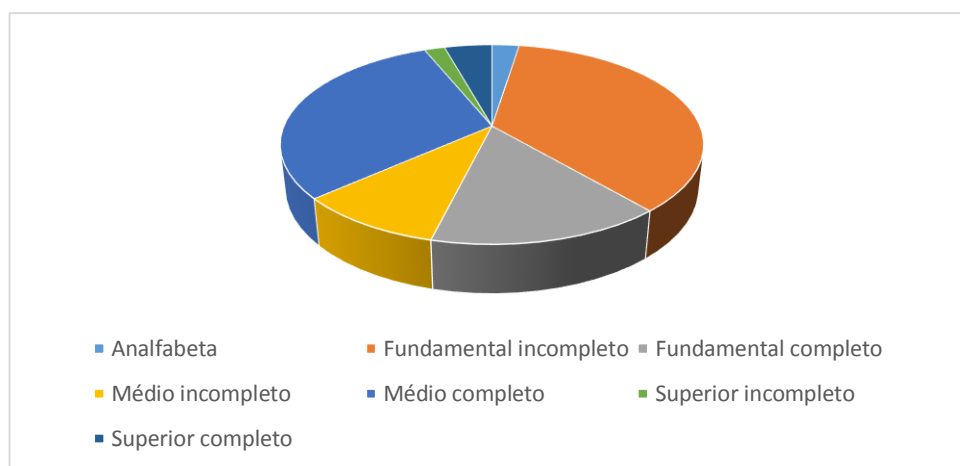
Figura 4 – Distribuição das mulheres entrevistadas por religião



Fonte: A autora

A soma das mulheres que não chegaram a completar o ensino médio é de 63,2% (2,5% analfabetas, 36,2% fundamental incompleto, 15,2% fundamental completo, 9,6% médio incompleto, 30,6% médio completo, 1,9% superior incompleto, 4,3% superior completo). O reflexo desses números (figura 5) aparece nitidamente na tabela 2, referente às profissões. O maior percentual é de mulheres desempregadas (38,7%), seguido por mulheres que trabalham com atividades relacionadas ao cuidado da casa ou estabelecimento comercial – faxineiras, diaristas, empregadas domésticas, auxiliares de serviços gerais (18,9%).

Figura 5 – Distribuição das mulheres entrevistadas por grau de instrução



Fonte: a autora

Tabela 2 – Divisão das mulheres que compuseram a amostra de acordo com tipo de ocupação

Ocupação	Quantidade	Percentual
Cuidado da casa ou de um estabelecimento	61	18,9
Comércio	39	12,1
Ensino / educação /saúde	8	2,5
Funcionária pública	25	7,7
Indústria ou construção civil	19	5,9
Profissional liberal	5	1,5
Prestação de serviço	12	3,7
Não exerce atividade remunerada ou está desempregada	125	38,7
Outras	29	9
Total	323	100

Fonte: a autora

5.2 VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

A análise fatorial foi o caminho escolhido para a validação dos dados.

A análise fatorial (AF) é uma técnica estatística multivariada desenvolvida no início do século XX por um psicólogo-estatístico chamado Spearman. Este pesquisador teve como objetivo estudar as capacidades humanas, por meio da identificação de construtos ou dimensões que são subjacentes à estas capacidades. Ele propôs que traços latentes determinam o desempenho de uma pessoa, por exemplo, a inteligência pode ser mensurada por meio de um conjunto de itens. A pressuposição é que existem habilidades correlacionadas que determinam uma dimensão subjacente, que permite que as pessoas desempenhem em situações que exijam o uso dessas habilidades. Diante desta pressuposição seria possível desenvolver um conjunto de itens para mensurar determinado traço latente. Se esses itens fizerem parte da mesma dimensão subjacente serão relacionados entre si e poderão ser considerados como indicadores de um determinado construto. Deve-se ressaltar que a construção de medidas deve respeitar alguns pressupostos da teoria psicométrica, como a elaboração de um número suficiente de itens (nem muito pouco, nem em exagero; cada habilidade ou atitude humana necessitam de diferentes números de itens) para mensuração de determinado traço latente (Pilati, Porto, 20--, p. 40).

Segundo Costa (2006)

Com a análise fatorial, o pesquisador pode primeiro identificar as dimensões separadas da estrutura e então determinar o grau em que cada variável é explicada por cada dimensão. Uma vez que essas dimensões e a explicação da cada variável estejam determinadas, os dois principais usos da análise fatorial, resumo e redução de dados - podem ser conseguidos. Ao resumir os dados, a análise fatorial obtém dimensões latentes que, quando interpretadas e compreendidas, descrevem os dados em um número muito menor de conceitos do que as variáveis individuais originais. A redução de dados pode ser conseguida calculando escores para cada dimensão latente e substituindo as variáveis originais pelos mesmos. [...]

Finalmente, se o número de variáveis é muito grande ou se há uma necessidade de representar melhor um número menor de conceitos, em vez das muitas facetas, a análise fatorial pode auxiliar na seleção de um subconjunto representativo de variáveis ou mesmo na criação de novas variáveis como substitutas das variáveis originais, e ainda mantendo seu caráter original.

[...] A análise fatorial é uma técnica de interdependência nas quais todas as variáveis são simultaneamente consideradas, cada uma relacionada com todas as outras, empregando ainda o conceito da variável estatística, a composição linear de variáveis. Na análise fatorial, as variáveis estatísticas (fatores) são formadas para maximizar seu poder de explicação do conjunto inteiro de variáveis (Costa, 2006, p. 22-23).

Neste trabalho, para a entrada de dados, primeiramente, fez-se a análise exploratória, pois ela é importante para o bom desenvolvimento da análise fatorial já que a segunda é sensível aos casos omissos e casos extremos, identificados na primeira. Os resultados estão expressos na tabela 3.

Tabela 3 - Percentual de casos válidos e omissos referentes aos itens do instrumento

Variáveis	Válidos		Casos omissos	
	N	%	N	%
Q10	321	99,4%	2	0,6%
Q11	321	99,4%	2	0,6%
Q12	321	99,4%	2	0,6%
Q13	321	99,4%	2	0,6%
Q14	321	99,4%	2	0,6%
Q15	321	99,4%	2	0,6%
Q16	321	99,4%	2	0,6%
Q17	321	99,4%	2	0,6%
Q18	321	99,4%	2	0,6%
Q19	321	99,4%	2	0,6%
Q20	321	99,4%	2	0,6%
Q21	321	99,4%	2	0,6%
Q22	321	99,4%	2	0,6%
Q23	321	99,4%	2	0,6%
Q24	321	99,4%	2	0,6%
Q25	321	99,4%	2	0,6%
Q26	321	99,4%	2	0,6%
Q27	321	99,4%	2	0,6%
Q28	321	99,4%	2	0,6%
Q29	321	99,4%	2	0,6%
Q30	321	99,4%	2	0,6%
Q31	321	99,4%	2	0,6%
Q32	321	99,4%	2	0,6%
Q33	321	99,4%	2	0,6%
Q34	321	99,4%	2	0,6%
Q35	321	99,4%	2	0,6%
Q36	321	99,4%	2	0,6%
Q37	321	99,4%	2	0,6%
Q38	321	99,4%	2	0,6%
Q39	321	99,4%	2	0,6%
Q40	321	99,4%	2	0,6%
Q41	321	99,4%	2	0,6%
Q42	321	99,4%	2	0,6%
Q43	321	99,4%	2	0,6%

Analisando-se os casos omissos, aqueles em faltaram alguma resposta, conforme aparece, verificou-se uma taxa de 0,6%. Em função desta taxa ser baixa, optou-se por eliminar os casos omissos no momento

das análises, pois a ausência deles não prejudicaria o resultado final. Portanto, após análise exploratória, a amostra apresentou um total de 321 respondentes cujas respostas foram utilizadas na análise fatorial.

Acerca da análise dos casos extremos (*outliers*) multivariados – que são aqueles casos onde as participantes responderam de forma muito variada das demais entrevistadas - identificou-se, por meio da Distância *Mahalanobis* ($\chi^2(34) > 65,75$, $p < 0,05$), três casos multivariados¹. Decidiu-se retirar os casos da amostra para que não houvesse interferência nos resultados.

A tabela 4 apresenta a distribuição dos itens segundo os resultados dos testes Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk ($p < 0,05$).

Tabela 4 - Análise da normalidade da distribuição dos itens do instrumento

Variáveis	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
Q10	0,25	321	0,00	0,78	321	0,00
Q11	0,28	321	0,00	0,72	321	0,00
Q12	0,42	321	0,00	0,61	321	0,00
Q13	0,45	321	0,00	0,55	321	0,00
Q14	0,50	321	0,00	0,43	321	0,00
Q15	0,40	321	0,00	0,64	321	0,00
Q16	0,47	321	0,00	0,51	321	0,00
Q17	0,38	321	0,00	0,65	321	0,00
Q18	0,49	321	0,00	0,47	321	0,00
Q19	0,40	321	0,00	0,63	321	0,00
Q20	0,32	321	0,00	0,72	321	0,00
Q21	0,33	321	0,00	0,70	321	0,00
Q22	0,39	321	0,00	0,65	321	0,00
Q23	0,39	321	0,00	0,64	321	0,00
Q24	0,50	321	0,00	0,40	321	0,00
Q25	0,41	321	0,00	0,61	321	0,00
Q26	0,48	321	0,00	0,49	321	0,00
Q27	0,45	321	0,00	0,55	321	0,00
Q28	0,37	321	0,00	0,64	321	0,00
Q29	0,33	321	0,00	0,70	321	0,00
Q30	0,48	321	0,00	0,48	321	0,00
Q31	0,47	321	0,00	0,51	321	0,00
Q32	0,50	321	0,00	0,41	321	0,00
Q33	0,42	321	0,00	0,60	321	0,00
Q34	0,40	321	0,00	0,63	321	0,00
Q35	0,47	321	0,00	0,51	321	0,00
Q36	0,48	321	0,00	0,48	321	0,00
Q37	0,29	321	0,00	0,70	321	0,00
Q38	0,35	321	0,00	0,68	321	0,00
Q39	0,32	321	0,00	0,70	321	0,00
Q40	0,38	321	0,00	0,65	321	0,00
Q41	0,47	321	0,00	0,51	321	0,00
Q42	0,48	321	0,00	0,47	321	0,00
Q43	0,52	321	0,00	0,32	321	0,00

¹ Casos nº 72, 83 e 195.

a. Correlação significativa de Lilliefors

[...] procedimento muito importante para testar a adequação dos dados para a emissão de relatórios é o estudo de normalidade das variáveis. A ausência de normalidade na distribuição de uma variável pode indicar muitas coisas, como ausência de variabilidade (a grande maioria das pessoas concordam e/ou discordam de uma afirmativa da escala *Likert*). Essa informação por si só já o resultado de um relatório de avaliação de treinamento e pode ser utilizada como subsídio de um relatório (Pilati, Porto, 20--, p. 27).

Quanto à distribuição dos itens do instrumento, por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, verificou-se que todos os itens apresentam uma distribuição não normal ($p > 0,05$). Contudo, felizmente, a análise de componentes é robusta a esse tipo de violação de pressuposto.

Pressupondo a existência da não violação dos pressupostos de multicolinearidade, singularidade e linearidade, passou-se à verificação da fatorabilidade da matriz.

5.2 1 Fatorabilidade da matriz e análise da consistência interna

A análise KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) de 0,85 mostrou que a matriz apresentava alta fatorabilidade.

A análise K1 (autovalor igual ou superior a 1) sugeriu a existência de até nove componentes, contudo a análise paralela, calculada pelo *software* Monde Carlo PCA, que simula números aleatórios com base no número de variáveis e tamanho da amostra, indicou a existência de, no máximo, quatro componentes (Tabela 5).

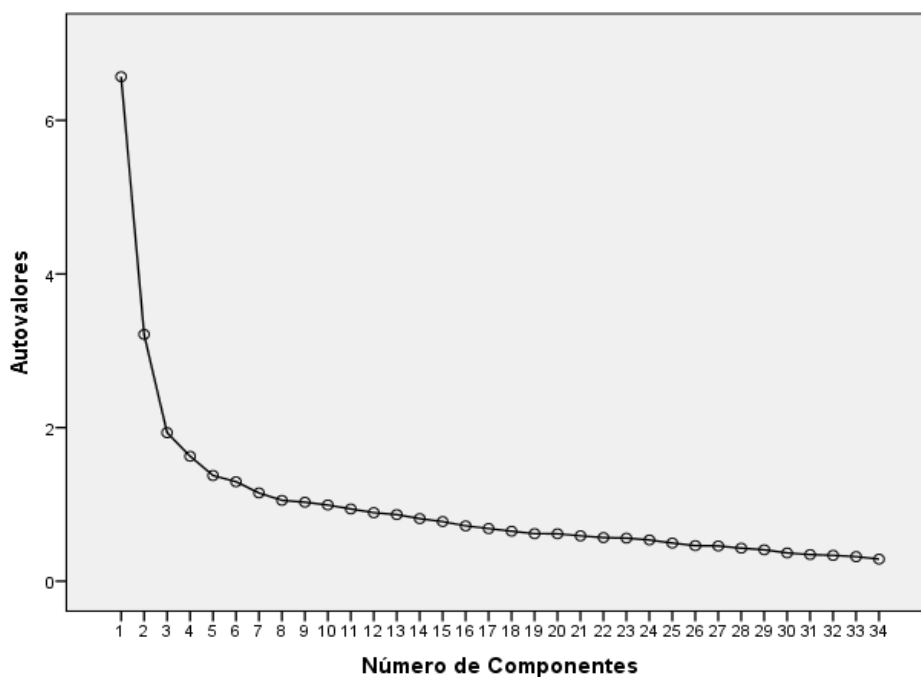
Tabela 5 - Autovalores empíricos e aleatórios

Componentes	Autovalores iniciais		
	Total	% de Variância	Nº Aleatório (a)
1	6,569	19,320	1,665
2	3,214	9,452	1,586
3	1,935	5,691	1,521
4	1,627	4,786	1,469
5	1,377	4,050	1,428
6	1,295	3,810	1,382
7	1,149	3,380	1,334
8	1,053	3,096	1,288
9	1,028	3,024	1,243
...
34	0,288	0,846	0,481

Método de Extração: Análise dos Componentes Principais.

(a) Análise paralela calculada pelo *software* Monte Carlo PCA.

Ademais, o diagrama de sedimentação (*screeplot*) indicou a presença de até três componentes (Figura 6).

Figura 6 - Análise do número de componentes pelo *screeplot*

Fonte: a autora

Assumindo o critério da análise paralela de até quatro componentes (tabela 6) e o resultado do diagrama de sedimentação (*screeplot*) de até três componentes, realizou-se a análise PAF (*Principal Axis Factoring* – Fatoração de eixo principal) do instrumento para extração de dois, três e quatro fatores para comparação dos resultados, com rotação *Oblimin*, normalização de Kaiser e exposição de cargas fatoriais acima de 0,30.

Tabela 6 - Matriz *Pattern(a)* do Instrumento com extração de quatro fatores

Itens	Fatores			
	1	2	3	4
Q14 - Coloquei meu filho menor na creche e fui trabalhar [...]	0,706			
Q15 - Hoje sou a chefe da família. Se eu não trabalhar as coisas não andam [...]	0,689			
Q25 - Casamento é bom desde que você encontre uma pessoa boa [...]	0,682			
Q18 - Mesmo estando desempregado, meu marido não fica com as crianças para eu trabalhar[...].	0,650			
Q43 - Sou eu quem pago todas as despesas da casa, inclusive as dele [...]	0,632			
Q13 - Ele diz que não me mandou engravidar. Como se eu tivesse feito a filha sozinha [...]	0,613			
Q41 - Os filhos não obedecem o pai porque não tem bons exemplos pra dar. [...]	0,553			
Q42 - Não tenho liberdade pra cuidar das contas da casa porque quando ele pega o dinheiro quer mandar[...].	0,547			
Q17 - Eu trabalho fora porque cansei de ficar pedindo dinheiro e ouvir “mas eu já te dei tanto tal dia” [...]	0,415			
Q30 - Depois do divórcio ou da separação, a pessoa tem que partir pra outra. [...]		0,775		
Q31 - Não dá para viver de aparência. Por isso acho normal querer ser feliz novamente, depois de uma separação ou divórcio.		0,720		
Q32 - Quem acha que mulher separada não presta, não sabe o que ela passou até ela se separar.		0,601		
Q27 - Às vezes o divórcio é bem-vindo, mas é aquela coisa: separou é pra sempre[...]		0,599		
Q35 - Na viuvez, quando o amor é grande a gente fica triste, mas tem que viver a vida porque a hora do companheiro chegou, mas a sua ainda não.		0,509		
Q29 - Às vezes você se casa pensando que a pessoa é de um jeito, mas na verdade ela é de outro. [...]	0,316(*)	0,508		
Q33 - Infidelidade não tem perdão nem para o homem nem para a mulher[...]		0,474		
Q26 - No casamento, em primeiro lugar tem que existir um sentimento entre os dois e depois respeito. [...]		0,443		
Q28 - Pra mim o divórcio foi a libertação, mas é triste, porque quando há uma união do pai com os filhos, as crianças sofrem com a separação.		0,439		
Q38 - Nas horas livres eu cuido da casa. Se saio é pra pagar alguma conta ou coisa desse tipo[...].			0,571	
Q37 - Na minha vida, não tenho liberdade pra nada. Pra mim todo dia é igual. Antes eu tinha mais contato com as amigas. [...]			0,516	
Q39 - Eu tento separar um pouquinho de tempo pra lazer. Gosto de ir ao cinema, ao baile, conversar com os amigos. [...]			0,346(**)	
Q20 - Minha vida profissional mudou completamente depois que eu me casei. Quando a gente é solteira, tem mais liberdade, tem boa aparência [...]			0,344	
Q34 - Infidelidade é muito relativa. A partir do momento em que o relacionamento não está dando certo e você se interessa por outra pessoa, tem que viver aquele momento.			0,324	
Q11 - Mulher trabalha dia e noite. Às vezes espera os filhos dormirem pra continuar fazendo as coisas e nem percebe que está trabalhando sem parar.				0,587
Q19 - Conciliar família e trabalho é difícil. Às vezes a gente tem que se dividir em três pra ser boa mãe, boa dona-de-casa e ainda trabalhar fora.				0,493

(Continuação)

Itens	Fatores			
	1	2	3	4
Q10 - Na minha casa é tudo eu. Cama pra arrumar, louça pra lavar, roupa pra lavar e passar, casa pra varrer... [...]				0,489
Autovalor	6,569	3,214	1,935	1,627
% da Variância total explicada	19,320	9,452	5,691	4,786
Número de Itens	9	9	5	3
Alfa de Cronbach	0,843	0,804	0,606	0,623
Média da Carga Fatorial	0,580	0,563	0,420	0,523

Método de Extração: Principal AxisFactoring. Método de rotação: Oblimin com Normalização de Kaiser. a. A rotação convergiu em 20 iterações. Os itens referentes aos fatores são: Fator 1 – Q13, Q14, Q15, Q17, Q18, Q25, Q41, Q42, Q43. Fator 2 – Q26, Q27, Q28, Q29, Q30, Q31, Q32, Q33, Q35. Fator 3 – Q20, Q34, Q37, Q38, Q39. Fator 4 – Q10, Q11, Q19. (*) O item Q29 foi alocado apenas no fator 2 por apresentar carga fatorial maior neste fator. (**) O item Q39 possui carga fatorial negativa.

Na análise fatorial confirmatória com extração de quatro fatores, os itens Q12, Q16, Q21, Q22, Q23, Q24, Q36 e Q40 foram suprimidos do instrumento por apresentarem cargas fatoriais abaixo de 0,30.

A análise da consistência interna dos itens, para a extração de quatro fatores, indicou que apenas os dois primeiros fatores apresentam alfa de Cronbach satisfatórios (valores acima de 0,80). O valor de alfa de Cronbach serve para demonstrar a consistência interna do item. Quanto mais próximo de 1, mais as dimensões que compõem o item estão fortemente ligadas, ou seja, maior a consistência interna daquilo que está sendo avaliado (Maroco e Garcia-Marques; 2006).

Na análise fatorial confirmatória com extração de três fatores (tabela 7), os itens Q12, Q16, Q19, Q21, Q22, Q23, Q24, Q34 e Q40 foram suprimidos do instrumento por apresentarem cargas fatoriais abaixo de 0,30.

A análise da consistência interna dos itens, para a extração de três fatores, indicou que o último fator apresenta alfa de Cronbach insatisfatório (valores abaixo de 0,80).

Tabela 7 - Matriz *Pattern(a)* do Instrumento com extração de três fatores

Itens	Fatores		
	1	2	3
Q14 - Coloquei meu filho menor na creche e fui trabalhar [...]	0,725		
Q18 - Mesmo estando desempregado, meu marido não fica com as crianças para eu trabalhar[...]	,0691		
Q15 - Hoje sou a chefe da família. Se eu não trabalhar as coisas não andam. Talvez, antigamente fosse diferente e o chefe da família fosse o homem, mas a gente não pode voltar atrás.	0,686		
Q43 - Sou eu quem pago todas as despesas da casa, inclusive as dele [...]	0,651		
Q25 - Casamento é bom desde que você encontre uma pessoa boa [...]	0,631		
Q13 Ele diz que não me mandou engravidar. Como se eu tivesse feito a filha sozinha [...].	0,595		
Q42 - Não tenho liberdade pra cuidar das contas da casa porque quando ele pega o dinheiro quer mandar[...]	0,543		
Q41 - Os filhos não obedecem o pai porque não tem bons exemplos pra dar. [...].	0,532		
Q17 - Eu trabalho fora porque cansei de ficar pedindo dinheiro e ouvir “mas eu já te dei tanto tal dia” [...]	0,444		
Q30 - Depois do divórcio ou da separação, a pessoa tem que partir pra outra. [...]		0,791	
Q31 - Não dá para viver de aparência. Por isso acho normal querer ser feliz novamente, depois de uma separação ou divórcio.		0,735	
Q32 - Quem acha que mulher separada não presta, não sabe o que ela passou até ela se separar.		0,625	
Q27 - Às vezes o divórcio é bem-vindo, mas é aquela coisa: separou é pra sempre [...].		0,607	
Q35 - Na viuvez, quando o amor é grande a gente fica triste, mas tem que viver a vida porque a hora do companheiro chegou, mas a sua ainda não.		0,528	
Q33 - Infidelidade não tem perdão nem para o homem nem para a mulher[...]		0,472	
Q26 - No casamento, em primeiro lugar tem que existir um sentimento entre os dois e depois respeito. [...].		0,462	
Q29 - Às vezes você se casa pensando que a pessoa é de um jeito, mas na verdade ela é de outro. [...]		0,459	
Q28 - Pra mim o divórcio foi a libertação, mas é triste, porque quando há uma união do pai com os filhos, as crianças sofrem com a separação.		0,412	
Q36 - As viúvas são mais independentes, acabam ficando sozinhas. Os viúvos são mais dependentes, logo se casam de novo.		0,315	
Q38 - Nas horas livres eu cuido da casa. Se saio é pra pagar alguma conta ou coisa desse tipo [...].			0,631
Q37 - Na minha vida, não tenho liberdade pra nada. Pra mim todo dia é igual. Antes eu tinha mais contato com as amigas. [...]			0,620
Q20 - Minha vida profissional mudou completamente depois que eu me casei. Quando a gente é solteira, tem mais liberdade, tem boa aparência [...].			0,463
Q10 - Na minha casa é tudo eu. Cama pra arrumar, louça pra lavar, roupa pra lavar e passar, casa pra varrer... [...].			0,433

(Continuação)

Itens	Fatores		
	1	2	3
Q11 - Mulher trabalha dia e noite. Às vezes espera os filhos dormirem pra continuar fazendo as coisas e nem percebe que está trabalhando sem parar.			0,377
Q39 - Eu tento separar um pouquinho de tempo pra lazer. Gosto de ir ao cinema, ao baile, conversar com os amigos. [...]			-0,304(*)
Autovalor	6,569	3,214	1,935
% da Variância total explicada	19,320	9,452	5,691
Número de Itens	9	10	6
Alfa de Cronbach	0,843	0,803	0,709
Média da Carga Fatorial	0,611	0,541	0,471

Método de Extração: Principal Axis Factoring. Método de rotação: Oblimin com Normalização de Kaiser. a. A rotação convergiu em 9 iterações. Os itens referentes aos fatores são: Fator 1 – Q13, Q14, Q15, Q17, Q18, Q25, Q41, Q42, Q43. Fator 2 – Q26, Q27, Q28, Q29, Q30, Q31, Q32, Q33, Q35, Q36. Fator 3 – Q10, Q11, Q20, Q37, Q38, Q39. (*) O item Q39 possui carga fatorial negativa.

Na análise fatorial confirmatória com extração de dois fatores, os itens Q16, Q21, Q22, Q23, Q24, Q34, Q36, Q39, Q40 foram suprimidos do instrumento por apresentarem cargas fatoriais abaixo de 0,30.

Tabela 8 - Matriz *Pattern(a)* do Instrumento com extração de dois fatores

Itens	Fatores	
	1	2
Q18 - Mesmo estando desempregado, meu marido não fica com as crianças para eu trabalhar. Por isso, quando vou trabalhar, fico com a consciência pesada.	0,677	
Q25 - Casamento é bom desde que você encontre uma pessoa boa. Eu não encontrei uma pessoa que pense igual a mim.	0,614	
Q42 - Não tenho liberdade pra cuidar das contas da casa porque quando ele pega o dinheiro quer mandar. Quando quero uma coisa tenho que comprar escondido, mesmo sendo com o meu dinheiro.	0,613	
Q17 - Eu trabalho fora porque cansei de ficar pedindo dinheiro e ouvir “mas eu já te dei tanto tal dia!”. Então esse dinheiro é meu e sei como vou gastá-lo.	0,611	
Q14 - Coloquei meu filho menor na creche e fui trabalhar, porque se não fizesse isso, já teria perdido a guarda das crianças.	0,609	
Q43 - Sou eu quem pago todas as despesas da casa, inclusive as dele, porque quando ele trabalha todo o dinheiro vai para o vício (álcool, drogas).	0,581	
Q41 - Os filhos não obedecem o pai porque não tem bons exemplos pra dar. Ou está bêbado, ou drogado e brigando com todos.	0,570	
Q15 - Hoje sou a chefe da família. Se eu não trabalhar as coisas não andam. Talvez, antigamente fosse diferente e o chefe da família fosse o homem, mas a gente não pode voltar atrás.	0,560	
Q38 - Nas horas livres eu cuido da casa. Se saio é pra pagar alguma conta ou coisa desse tipo. Não tenho liberdade pra sair com uma amiga. Acho que nunca vou ter.	0,539	
Q37 - Na minha vida, não tenho liberdade pra nada. Pra mim todo dia é igual. Antes eu tinha mais contato com as amigas. Hoje o máximo que faço é ir na casa de algum parente.	0,513	
Q13 - Ele diz que não me mandou engravidar. Como se eu tivesse feito a filha sozinha. Eu sei que ele não vai ajudar na educação dela, mas precisa pelo menos honrar com o compromisso financeiro.	0,478	

(Continuação)

Itens	Fatores	
	1	2
Q11 - Mulher trabalha dia e noite. Às vezes espera os filhos dormirem pra continuar fazendo as coisas e nem percebe que está trabalhando sem parar.	0,440	
Q10 - Na minha casa é tudo eu. Cama pra arrumar, louça pra lavar, roupa pra lavar e passar, casa pra varrer... É muito estressante chegar cansada do trabalho e ver toda aquela bagunça.	0,433	
Q20 - Minha vida profissional mudou completamente depois que eu me casei. Quando a gente é solteira, tem mais liberdade, tem boa aparência. Depois que casa não tem mais ânimo pra procurar emprego, só pensa nos filhos. Eu podia estar ganhando bem, mas depois que a gente se casa e tem filhos tudo fica mais difícil. Às vezes penso que é melhor deixar de trabalhar.	0,430	
Q19 - Conciliar família e trabalho é difícil. Às vezes a gente tem que se dividir em três pra ser boa mãe, boa dona-de-casa e ainda trabalhar fora.	0,346	
Q12 - Cuidar dos filhos sempre sobra pra mãe. Acho que é da natureza da mãe cobrar mais, exigir mais.	0,302	
Q30 - Depois do divórcio ou da separação, a pessoa tem que partir pra outra. Cada um tem que fazer aquilo que deseja, sem interferir ou prejudicar o outro		0,778
Q31 - Não dá para viver de aparência. Por isso acho normal querer ser feliz novamente, depois de uma separação ou divórcio.		0,730
Q32 - Quem acha que mulher separada não presta, não sabe o que ela passou até ela se separar.		0,626
Q27 - Às vezes o divórcio é bem-vindo, mas é aquela coisa: separou é pra sempre! Ficar indo e voltando é sem-vergonhice. Ou você entra num acordo de que vai separar, ou fica do jeito que está.		0,603
Q35 - Na viuvez, quando o amor é grande a gente fica triste, mas tem que viver a vida porque a hora do companheiro chegou, mas a sua ainda não.		0,531
Q26 - No casamento, em primeiro lugar tem que existir um sentimento entre os dois e depois respeito. Se não existem essas duas coisas, casado ou não, não adianta querer ficar junto.		0,472
Q33 - Infidelidade não tem perdão nem para o homem nem para a mulher. Porque se a companheira for boa não tem motivo para o homem trair e se for ruim pede o divórcio. Isso vale para os dois. Tanto pra um lado quanto pra outro não tem perdão.		0,458
Q29 - Às vezes você se casa pensando que a pessoa é de um jeito, mas na verdade ela é de outro. E isso pode acontecer tanto com o marido quanto com a mulher... O divórcio é um jeito de resolver esse problema.		0,457
Q28 - Pra mim o divórcio foi a libertação, mas é triste, porque quando há uma união do pai com os filhos, as crianças sofrem com a separação.		0,401
Autovalor	6,569	3,214
% da Variância total explicada	19,320	9,452
Número de Itens	16	9
Alfa de Cronbach	0,856	0,804
Média da Carga Fatorial	0,519	0,561

Método de Extração: Principal AxisFactoring. Método de rotação: Oblimin com Normalização de Kaiser. a. A rotação convergiu em 6 iterações. Os itens referentes aos fatores são: Fator 1 – Q10, Q11, Q12, Q13, Q14, Q15, Q17, Q18, Q19, Q20, Q25, Q37, Q38, Q41, Q42, Q43. Fator 2 – Q26, Q27, Q28, Q29, Q30, Q31, Q32, Q33, Q35.

Na comparação entre os resultados da análise fatorial confirmatória com extração de dois, três e quatro fatores, verifica-se claramente a existência de dois fatores nas três análises realizadas. Do ponto de vista empírico, a análise PAF, com extração de dois fatores, indica melhor

agrupamento dos itens e valores de alfa acima de 0,80 sugerindo haver consistência interna dos itens.

No agrupamento das frases em dois Fatores percebem-se critérios de afinidade entre elas. No Fator 1 permaneceram questões relacionadas a manutenção da casa e da estrutura familiar, independentemente de estarem relacionadas às áreas de produção interna ou externa – conciliação família e trabalho; reorganização profissional pós-casamento ou nascimento dos filhos; poder de decisão sobre as despesas da casa, sobre o uso do tempo pessoal e dos gastos, sobre a educação dos filhos; responsabilidade sobre o sustento da família, sobre as tarefas domésticas e sobre os filhos. Há uma exceção neste grupo, Q25, que se refere ao significado de casamento, porém, ao observar o conteúdo da frase “Casamento é bom desde que você encontre uma pessoa boa. Eu não encontrei alguém que pense igual a mim.”, é possível perceber que ela está intimamente ligada com as demais questões, no sentido quão pesada é essa estrutura familiar para a mulher. No Fator 2 ficaram reunidas questões intrínsecas à relação entre o casal – significado de casamento, viuvez, infidelidade, divórcio e pessoa divorciada.

Das 16 frases agrupadas no Fator 1 três representam a superação da subalternidade enquanto as outras treze reiteram a subalternidade das mulheres em relação aos homens. Das nove frases que compõem o Fator 2 duas reiteram a subalternidade e as outras sete superam a subalternidade.

Das nove frases que não se encaixaram em nenhum dos dois Fatores, conforme mostra o quadro 4, sete frases afirmavam a superação da subalternidade, tanto no que se refere à esfera de produção externa, quanto à rede social e apoios familiares e ao poder de decisão (as exceções foram as frases 22 e 40). Cinco das nove frases que não se encaixaram em nenhum dos Fatores estão relacionadas à rede social e apoios familiares.

Quadro 4 - Frases excluídas após análise fatorial

Frases Excluídas
16. O trabalho fora de casa significa satisfação, independência financeira, realização pessoal, porque você se sente útil em alguma coisa que não seja lavar e cozinhar
21. Com o nascimento dos filhos continuei trabalhando de dia e estudando de noite. Nem é pelo curso, mas pela coragem de enfrentar a vida. Eu fiz minhas escolhas.
22. Não tenho ajuda de ninguém para nada. Ninguém da minha família mora nesta cidade, então ninguém pode me ajudar. Tem só uma pessoa que eu conheço mas ela não pode me ajudar o tempo todo.
23. Para eu trabalhar outra pessoa precisa cuidar das crianças. Normalmente a minha mãe ou a minha sogra me ajudam.
24. Recebemos ajuda da assistente social e da igreja com alimento e cesta básica.
34. Infidelidade é muito relativa. A partir do momento em que o relacionamento não dá mais e você se interessa por outra pessoa, tem que viver aquele momento.
39. Eu tento separar um pouquinho de tempo pra lazer. Gosto de ir ao cinema, ao bailinho, conversar com os amigos. Tem que ter tempo pra estudar também. Não dá pra ficar só trabalhando, trabalhando...
40. Quando tem que dar uma bronca nas crianças eu chamo o pai porque elas respeitam mais. A mãe dá aquela briguinha todo dia, mas o pai fala uma vez e eles já respeitam.

Fonte: a autora

Aceitando os resultados estatísticos como definidores da estrutura do instrumento, as frases que comporiam a versão final seriam as expostas no quadro 5.

Quadro 5 - Frases a compor o instrumento final após análise fatorial

Frases
Na minha casa é tudo eu. Cama pra arrumar, louça pra lavar, roupa pra lavar e passar, casa pra varrer... É muito estressante chegar cansada do trabalho e ver toda aquela bagunça.
Mulher trabalha dia e noite. Às vezes espera os filhos dormirem pra continuar fazendo as coisas e nem percebe que está trabalhando sem parar.
Cuidar dos filhos sempre sobra pra mãe. Acho que é da natureza da mãe cobrar mais, exigir mais.
Ele diz que não me mandou engravidar. Como se eu tivesse feito a filha sozinha. Eu sei que ele não vai ajudar na educação dela, mas precisa pelo menos honrar com o compromisso financeiro.
Coloquei meu filho menor na creche e fui trabalhar, porque se não fizesse isso, já teria perdido a guarda das crianças.
Hoje sou a chefe da família. Se eu não trabalhar as coisas não andam. Talvez, antigamente fosse diferente e o chefe da família fosse o homem, mas a gente não pode voltar atrás.
Eu trabalho fora porque cansei de ficar pedindo dinheiro e ouvir “mas eu já te dei tanto tal dia!”. Então esse dinheiro é meu e sei como vou gastá-lo.
Mesmo estando desempregado, meu marido não fica com as crianças para eu trabalhar. Por isso, quando vou trabalhar, fico com a consciência pesada.
Conciliar família e trabalho é difícil. Às vezes a gente tem que se dividir em três pra ser boa mãe, boa dona-de-casa e ainda trabalhar fora.
Minha vida profissional mudou completamente depois que eu me casei. Quando a gente é solteira, tem mais liberdade, tem boa aparência. Depois que casa não tem mais ânimo pra procurar emprego, só pensa nos filhos. Eu podia estar ganhando bem, mas depois que a gente se casa e tem filhos tudo fica mais difícil. Às vezes penso que é melhor deixar de trabalhar.
Casamento é bom desde que você encontre uma pessoa boa. Eu não encontrei uma pessoa que pense igual a mim.
No casamento, em primeiro lugar tem que existir um sentimento entre os dois e depois respeito. Se não existem essas duas coisas, casado ou não, não adianta querer ficar junto.
Às vezes o divórcio é bem-vindo, mas é aquela coisa: separou é pra sempre! Ficar indo e voltando é sem-vergonhice. Ou você entra num acordo de que vai separar, ou fica do jeito que está.
Pra mim o divórcio foi a libertação, mas é triste, porque quando há uma união do pai com os filhos, as crianças sofrem com a separação.
Às vezes você se casa pensando que a pessoa é de um jeito, mas na verdade ela é de outro. E isso pode acontecer tanto com o marido quanto com o mulher... O divórcio é um jeito de resolver esse problema.

<p>Depois do divórcio ou da separação, a pessoa tem que partir pra outra. Cada um tem que fazer aquilo que deseja, sem interferir ou prejudicar o outro</p>
<p>Não dá para viver de aparência. Por isso acho normal querer ser feliz novamente, depois de uma separação ou divórcio.</p>
<p>Quem acha que mulher separada não presta, não sabe o que ela passou até ela se separar.</p>
<p>Infidelidade não tem perdão. Porque se a mulher for boa não tem motivo para o homem trair e se a mulher for ruim pede o divórcio. Com a mulher é a mesma coisa. Tanto pra um lado quanto pra outro não tem perdão.</p>
<p>Na viuvez, quando o amor é grande a gente fica triste, mas tem que viver a vida porque a hora do companheiro chegou, mas a sua ainda não.</p>
<p>Na minha vida, não tenho liberdade pra nada. Pra mim todo dia é igual. Antes eu tinha mais contato com as amigas. Hoje o máximo que faço é ir na casa de algum parente.</p>
<p>Nas horas livres eu cuido da casa. Se saio é pra pagar alguma conta ou coisa desse tipo. Não tenho liberdade pra sair com uma amiga. Acho que nunca vou ter.</p>
<p>Os filhos não obedecem o pai porque não tem bons exemplos pra dar. Ou está bêbado, ou drogado e brigando com todos.</p>
<p>Não tenho liberdade pra cuidar das contas da casa porque quando ele pega o dinheiro quer mandar. Quando quero uma coisa tenho que comprar escondido, mesmo sendo com o meu dinheiro.</p>
<p>Sou eu quem pago todas as despesas da casa, inclusive as dele, porque quando ele trabalha todo o dinheiro vai para o vício (álcool, drogas).</p>

Fonte: a autora

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 ANÁLISE ESTATÍSTICA - sensibilidade do instrumento

Por meio da análise estatística buscou-se uma resposta objetiva para a questão: O instrumento criado é sensível para identificar a vulnerabilidade das mulheres para a violência doméstica?

Após a separação do instrumento em fatores, extraiu-se a média fatorial dos Fatores 1, 2 e do Fator Geral, composto pela junção dos Fatores 1 e 2, para dois grupos: um grupo que respondeu SIM às questões que buscavam identificar vítimas de violência e um grupo que respondeu NÃO. O instrumento usado para identificar se a mulher já havia sido vítima de violência, como já mencionado, foi o AAS.

É importante ressaltar que os grupos dicotômicos costumam apresentar mínimos e máximos diferentes. Entretanto, neste trabalho, como fica visível nas tabelas e gráficos a seguir, esses valores são praticamente iguais em ambos os grupos, o que está relacionado como grande número de respondentes que optaram por respostas extremas (1 ou 4). Isso sinaliza a possibilidade de transformar as frases em perguntas objetivas, com resposta SIM ou NÃO. Já as médias são diferentes para cada grupo, o que merece análise detalhada.

6.1.1 Análise da média dos fatores desagregada por ocorrência de maus-tratos

Separando as respondentes de acordo com a resposta dada à primeira pergunta do AAS (Você já foi alguma vez maltratada emocionalmente ou fisicamente pelo seu parceiro ou alguém importante para você?), fica nítido que a maior parte reconhece que já foi agredida ao menos uma vez na vida.

No que se refere à validação do instrumento para detecção da vulnerabilidade para violência doméstica, as médias mais altas estão ligadas ao grupo de respondentes que afirma ter sofrido violência ao menos uma vez

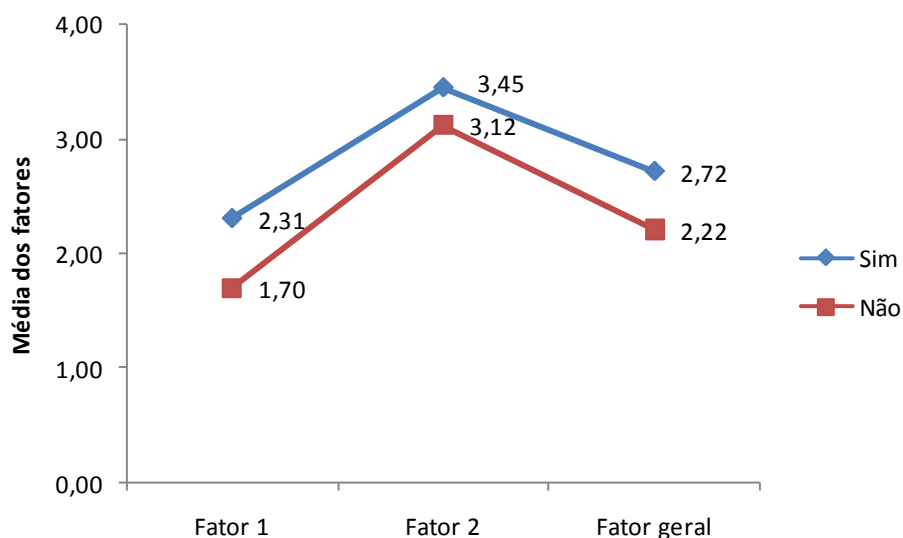
na vida, lembrando que quanto mais próximo de 4, maior o grau de concordância (tabela 9 e figura 7).

Tabela 9 - Média dos fatores desagregada por ocorrência de maus-tratos ao menos uma vez na vida

Ocorrência de maus-tratos emocional ou fisicamente pelo seu parceiro ou alguém importante		N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Sim	Fator 1	186	1,00	4,00	2,31	0,70
	Fator 2	186	1,00	4,00	3,45	0,61
	Fator geral	186	1,16	4,00	2,72	0,56
Não	Fator 1	134	1,00	3,13	1,70	0,46
	Fator 2	134	1,00	4,00	3,12	0,83
	Fator geral	134	1,00	3,24	2,22	0,46

Fonte: a autora

Figura 7 - Média dos fatores desagregada por ocorrência de maus-tratos



Fonte: a autora

No gráfico fica bem evidente diferença entre os valores dos Fatores 1 e 2, bem como a diferença de valores entre o grupo que respondeu SIM e o grupo que respondeu NÃO. Enquanto a média do Fator 1 para o grupo que refere não ter sofrido violência é inferior a 2, no grupo que afirma ter sofrido violência a média do Fator 1 sobe para 2,31. Também há diferença na média do Fator 2 (3,12 para o grupo que respondeu NÃO e 3,45 para o

grupo que respondeu SIM), o que reflete na diferença da média do Fator Geral.

6.1.2 Análise da média dos fatores desagregada por ocorrência de agressão física nos últimos doze meses

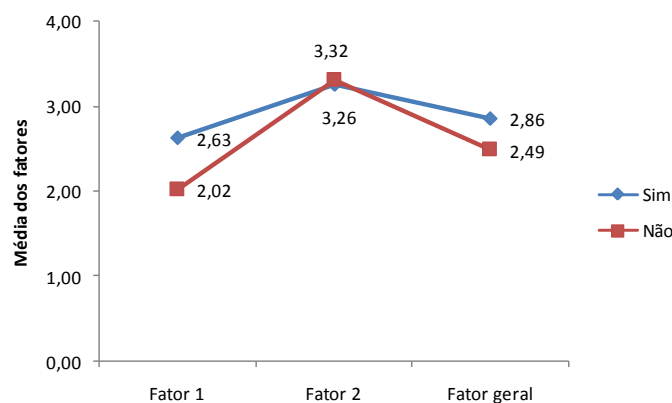
Há uma diferença grande entre os grupos amostrais (2,2% das mulheres estão no grupo que afirma ter sofrido agressão física no ano; 5,6% afirmam ter sofrido violência sexual no último ano e 17,6% afirmam que têm medo do companheiro ou de algum conhecido). Essa variação é proporcional ao número de mulheres agredidas encontrado em outras pesquisas (CEDEFES, 2013) Mesmo com essa diferença amostral, ainda assim entende-se que os significados dos resultados têm valor (tabela 10).

Tabela 10 - Média dos fatores desagregada por ocorrência de agressão nos últimos doze meses

Ocorrência de agressão nos últimos doze meses		N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Sim	Fator 1	18	1,06	4,00	2,63	0,75
	Fator 2	18	1,44	4,00	3,26	0,67
	Fator geral	18	1,20	3,96	2,86	0,69
Não	Fator 1	302	1,00	4,00	2,02	0,66
	Fator 2	302	1,00	4,00	3,32	0,73
	Fator geral	302	1,00	4,00	2,49	0,57

Fonte: a autora

Figura 8 - Média dos fatores desagregada por ocorrência de agressão nos últimos doze meses



Fonte: a autora

Dentre as mulheres que reconhecem ter sofrido agressão física nos últimos doze meses, as médias do Fator 1 e do Fator geral são mais altas, porém, entre as mulheres que não sofreram violência, a média do Fator 2 é um pouco mais alta. Esta é a única vez em que a média para o grupo que respondeu negativamente sobre ter sofrido agressão é maior do que para o grupo que respondeu positivamente.

Enquanto as frases que compõem o Fator 1 se referem a acontecimentos cotidianos (“Mesmo estando desempregado meu marido não fica com as crianças...”; “Eu trabalho fora porque cansei de ficar pedindo dinheiro...”; “Nas horas livres eu cuido da casa...”), as frases que compõem o Fator 2 refletem a opinião das mulheres sobre determinados assuntos (“Não dá pra viver de aparência...”; às vezes o divórcio é bem-vindo...”; “Infidelidade não tem perdão...”; Na viuvez quando o amor é grande a gente fica triste...”), portanto, o fato de concordar com as frases do Fator 2 não quer dizer que as atitudes tomadas por uma entrevistada são condizentes com o que foi respondido, mas considerando que no Fator 2 a maioria das frases se referem à superação da subalternidade da mulher em relação ao homem, é possível inferir que as mulheres que sofrem violência física, além de estarem mais submissas nas ações cotidianas expostas no Fator 1, também têm mais dificuldade em aceitar ou desenvolver ideias de superação da subalternidade.

6.1.3 Análise da média dos fatores desagregada por ocorrência de violência sexual nos últimos doze meses

Separando a amostra entre as que responderam SIM ou NÃO à pergunta: “Neste último ano (12 meses), alguém forçou você a ter atividades ou relações sexuais?” os desenhos das curvas com os valores das médias fatoriais fica visivelmente diferente, tanto entre os dois grupos, quanto das curvas dos outros gráficos. No grupo das mulheres que responderam afirmativamente para ocorrência de violência sexual nos últimos doze meses, as médias dos Fatores 1 e 2 são bem próximas, indicando que para este grupo de mulheres a subalternidade é maior e se reflete tanto nas

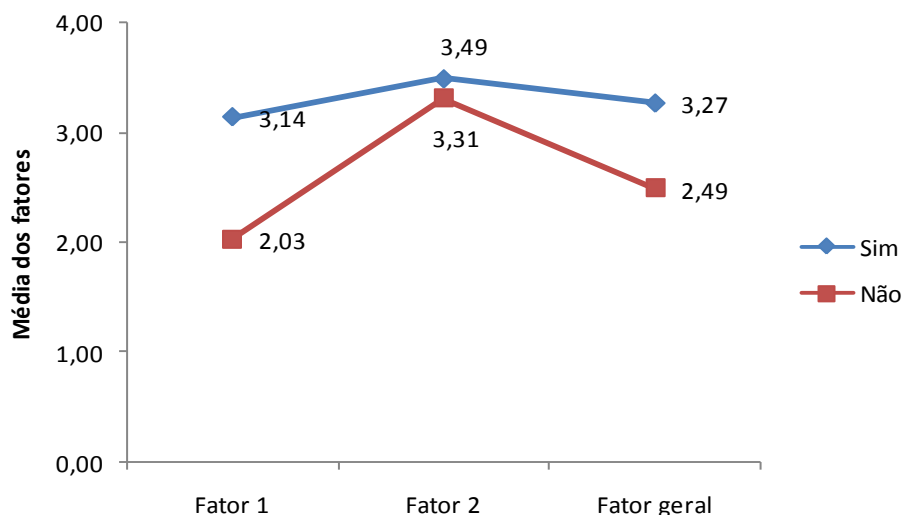
relações de organização e manutenção da família (Fator 1) quanto nas relações conjugais (Fator 2) (tabela 11 e figura 9).

Tabela 11 - Média dos fatores desagregada por ocorrência de relações sexuais forçadas nos últimos doze meses

No último ano, alguém forçou você a ter atividades ou relações sexuais		N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Sim	Fator 1	7	2,56	3,94	3,14	0,49
	Fator 2	7	2,89	4,00	3,49	0,44
	Fator geral	7	2,68	3,80	3,27	0,42
Não	Fator 1	313	1,00	4,00	2,03	0,66
	Fator 2	313	1,00	4,00	3,31	0,73
	Fator geral	313	1,00	4,00	2,49	0,57

Fonte: a autora

Figura 9 - Média dos fatores desagregada por ocorrência de relações sexuais forçadas nos últimos 12 meses



Fonte: a autora

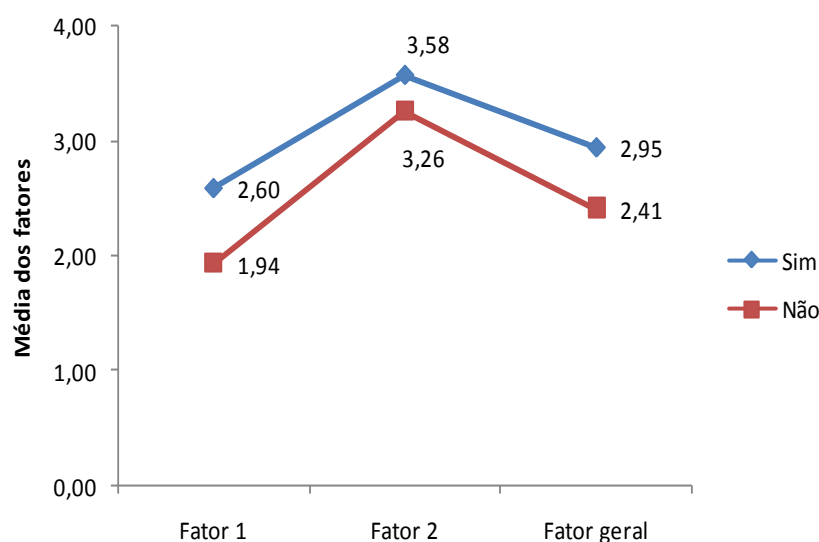
6.1.4 Análise da média dos fatores desagregada por presença de medo

Agrupando as respondentes entre as que responderam SIM ou NÃO à pergunta: “Você tem medo do seu parceiro ou de alguém listado acima?” (Tabela 12 e figura 10), a média também fica mais alta entre as que responderam SIM e as curvas ficam parecidas com as da figura 7.

Tabela 12 - Média dos fatores desagregada por presença de medo

Possui medo do seu parceiro ou de alguém listado		N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Sim	Fator 1	57	1,06	4,00	2,60	0,75
	Fator 2	57	1,44	4,00	3,58	0,54
	Fator geral	57	1,20	3,96	2,95	0,56
Não	Fator 1	263	1,00	4,00	1,94	0,60
	Fator 2	263	1,00	4,00	3,26	0,75
	Fator geral	263	1,00	4,00	2,41	0,54

Fonte: a autora

Figura 10 - Média dos fatores desagregada por presença de medo

Fonte: a autora

Após a análise fatorial do instrumento, foi possível encontrar a forma mais adequada de analisar o conjunto das respostas de cada mulher no momento do uso desta ferramenta no serviço de saúde.

Também no instrumento as questões podem aparecer divididas em dois grupos, porém, parece mais prático separá-las entre as que reiteram a subalternidade (grupo 1) e as que superam a subalternidade de gênero (grupo 2). Assim, quanto maior a média das respostas para as questões do grupo 1, maior a vulnerabilidade para a violência doméstica; quanto maior a média para as questões do grupo 2 maior o reconhecimento ou o interesse na superação da subalternidade de gênero.

O produto final, utilizando os resultados e as análises apresentadas anteriormente para criação de instrumento a ser apresentado aos trabalhadores para o uso nas unidades de saúde com a finalidade de identificar a vulnerabilidade das mulheres para a violência doméstica, fica assim disposto:

Questionário para identificação da vulnerabilidade

Orientação a / ao aplicador (a): Este é um instrumento para identificar a vulnerabilidade da mulher para a violência doméstica. A proposta é que você leia com a usuária as frases a seguir, para que ela responda em na escala de 1 a 4 a resposta que mais faz sentido na vida dela. Explique que ela não deve se preocupar em dar a resposta “certa”, mas apenas em responder da forma que mais se aproxima com a realidade da vida dela. Procure não influenciá-la e deixe-a a vontade para que possa responder ao questionário com sinceridade. As questões estão divididas em dois grupos: quanto maior a quantidade de respostas 3 ou 4 no grupo 1, maiores os indícios de que a pessoa está vulnerável à violência doméstica; quanto mais respostas 3 ou 4 nas questões do grupo 2, maior o reconhecimento da mulher para a necessidade de enfrentamento da subalternidade no lar. Este questionário NÃO SERVE para identificar casos de violência doméstica, mas para apontar a vulnerabilidade para a violência, portanto, ele serve de apoio para que a equipe de saúde identifique as mulheres / famílias onde ações de prevenção se fazem mais necessárias.

Orientação para a mulher que vai responder o questionário: Este questionário tem o objetivo de identificar algumas características da sua vida em casa e na família. São frases que foram ditas por mulheres ao serem perguntadas sobre várias situações da vida delas. Peço que você responda com sinceridade às perguntas. Se não entender alguma coisa, me pergunte. Para cada frase que eu for falando você dá uma resposta numa escala que varia de 1 a 4. Quando você falar o número 1 quer dizer que você não identifica nada da frase com a sua própria vida, ou seja, aquilo que a frase diz nunca acontece com você. O número 2 quer dizer que o que foi dito acontece na sua vida muito raramente, de vez em quando, ou é só um pouco parecido com o que acontece na sua vida ou com o que você pensa. Se você escolher o número 3 quer dizer que aquilo acontece na sua vida com uma certa regularidade ou que é bem parecido com o que acontece com você e sua família ou com o que você pensa e se você se escolher o número 4 quer dizer que você se identifica completamente com a situação da frase na sua própria vida, ou que aquilo acontece praticamente todos os dias da sua vida, acontece com muita frequência.

Quando você responde:

Número 1	Nunca acontece com você, não tem nada a ver com a sua vida ou com o que você pensa.
Número 2	Acontece muito raramente, ou é um pouco parecido com o que acontece com você ou com o que você pensa.
Numero 3	Acontece com uma certa regularidade, ou é bem parecido com o que acontece com você ou com o que você pensa.
Número 4	Acontece sempre, com muita frequência, ou é exatamente igual ao que acontece com você ou com o que você pensa.

Escolha uma opção de 1 a 4 para cada uma das frases a seguir:

GRUPO 1				
Frases	Grau de concordância			
1. Na minha casa é tudo eu. Cama pra arrumar, louça pra lavar, roupa pra lavar e passar, casa pra varrer... É muito estressante chegar cansada do trabalho e ver toda aquela bagunça.	1	2	3	4
2. Mulher trabalha dia e noite. Às vezes espera os filhos dormirem pra continuar fazendo as coisas e nem percebe que está trabalhando sem parar.	1	2	3	4
3. Cuidar dos filhos sempre sobra pra mãe. Acho que é da natureza da mãe cobrar mais, exigir mais.	1	2	3	4
4. Ele diz que não me mandou engravidar. Como se eu tivesse feito a filha sozinha. Eu sei que ele não vai ajudar na educação dela, mas precisa pelo menos honrar com o compromisso financeiro.	1	2	3	4
5. Mesmo estando desempregado, meu marido não fica com as crianças para eu trabalhar. Por isso, quando vou trabalhar, fico com a consciência pesada.	1	2	3	4
6. Conciliar família e trabalho é difícil. Às vezes a gente tem que se dividir em três pra ser boa mãe, boa dona-de-casa e ainda trabalhar fora.	1	2	3	4
7. Minha vida profissional mudou completamente depois que eu me casei. Quando a gente é solteira, tem mais liberdade, tem boa aparência. Depois que casa não tem mais ânimo pra procurar emprego, só pensa nos filhos. Eu podia estar ganhando bem, mas depois que a gente se casa e tem filhos tudo fica mais difícil. Às vezes penso que é melhor deixar de trabalhar.	1	2	3	4
8. Casamento é bom desde que você encontre uma pessoa boa. Eu não encontrei uma pessoa que pense igual a mim.	1	2	3	4
9. Às vezes o divórcio é bem-vindo, mas é aquela coisa: separou é pra sempre! Ficar indo e voltando é sem-vergonhice. Ou você entra num acordo de que vai separar, ou fica do jeito que está.	1	2	3	4
10. Infidelidade não tem perdão. Porque se a mulher for boa não tem motivo para o homem trair e se a mulher for ruim pede o divórcio. Com a mulher é a mesma coisa. Tanto pra um lado quanto pra outro não tem perdão.	1	2	3	4
11. Na minha vida, não tenho liberdade pra nada. Pra mim todo dia é igual. Antes eu tinha mais contato com as amigas. Hoje o máximo que faço é ir na casa de algum parente.	1	2	3	4
12. Nas horas livres eu cuido da casa. Se saio é pra pagar alguma conta ou coisa desse tipo. Não tenho liberdade pra sair com uma amiga. Acho que nunca vou ter.	1	2	3	4
13. Os filhos não obedecem o pai porque não tem bons exemplos pra dar. Ou está bêbado, ou drogado e brigando com todos.	1	2	3	4
14. Não tenho liberdade pra cuidar das contas da casa porque quando ele pega o dinheiro quer mandar. Quando quero uma coisa tenho que comprar escondido, mesmo sendo com o meu dinheiro.	1	2	3	4
15. Sou eu quem pago todas as despesas da casa, inclusive as dele, porque quando ele trabalha todo o dinheiro vai para o vício (álcool, drogas).	1	2	3	4

MÉDIA DOS RESULTADOS Grupo 1	
GRUPO 2	
Frases	Grau de concordância
16. Eu trabalho fora porque cansei de ficar pedindo dinheiro e ouvir “mas eu já te dei tanto tal dia!”. Então esse dinheiro é meu e sei como vou gastá-lo.	1 2 3 4
17. Hoje sou a chefe da família. Se eu não trabalhar as coisas não andam. Talvez, antigamente fosse diferente e o chefe da família fosse o homem, mas a gente não pode voltar atrás.	1 2 3 4
18. Coloquei meu filho menor na creche e fui trabalhar, porque se não fizesse isso, já teria perdido a guarda das crianças.	1 2 3 4
19. No casamento, em primeiro lugar tem que existir um sentimento entre os dois e depois respeito. Se não existem essas duas coisas, casado ou não, não adianta querer ficar junto.	1 2 3 4
20. Pra mim o divórcio foi a libertação, mas é triste, porque quando há uma união do pai com os filhos, as crianças sofrem com a separação.	1 2 3 4
21. Às vezes você se casa pensando que a pessoa é de um jeito, mas na verdade ela é de outro. E isso pode acontecer tanto com o marido quanto com o mulher... O divórcio é um jeito de resolver esse problema.	1 2 3 4
22. Depois do divórcio ou da separação, a pessoa tem que partir pra outra. Cada um tem que fazer aquilo que deseja, sem interferir ou prejudicar o outro	1 2 3 4
23. Não dá para viver de aparência. Por isso acho normal querer ser feliz novamente, depois de uma separação ou divórcio.	1 2 3 4
24. Quem acha que mulher separada não presta, não sabe o que ela passou até ela se separar.	1 2 3 4
25. Na viuvez, quando o amor é grande a gente fica triste, mas tem que viver a vida porque a hora do companheiro chegou, mas a sua ainda não.	1 2 3 4
MÉDIA DOS RESULTADOS Grupo 2	

6.2 ANÁLISE CRÍTICA - além do que os números dizem

Observando que os valores das médias do Fator 1 (composto por frases que exemplificam acontecimentos cotidianos) são sempre mais altos para os grupos de mulheres que reconhecem ter sofrido violência, é possível relacionar a subalternidade de gênero à ocorrência da violência doméstica contra a mulher, ou seja, **as que sofreram mais violência são as mais subalternas**. Assim sendo, conclui-se que o instrumento criado dentro dos resultados estatísticos é sensível para captar a vulnerabilidade para violência de gênero na família.

Porém, além de checar se aquilo que foi proposto teoricamente no início deste trabalho – a criação de um instrumento para identificação da vulnerabilidade para a violência doméstica contra a mulher, a partir de falas de mulheres que sofreram violência - era passível de aplicação prática, também é fundamental contrapor os resultados ao embasamento teórico adquirido no decorrer desta experiência para compreender o que mais pode estar escondido entre os resultados numéricos.

No que se refere à vida das mulheres e ao enfrentamento das condições que impõem a subalternidade de gênero na família, considerando que no Fator 2 estão agregadas as frases relacionadas à opinião pessoal sobre questões relacionadas à relação conjugal, frases essas que em sua maioria defendem a superação da subalternidade entre os gêneros, e que a média para este fator sempre foi mais alta do que para o Fator 1, é possível inferir que *existe ao menos uma intenção, ou um reconhecimento da necessidade de superar a subalternidade*. Entretanto, na prática isso se torna mais difícil.

Retomando o que foi exposto no capítulo 3, pesquisas indicam que existem pelo menos duas formas de violência de gênero que ocorrem entre os casais que vivenciam conflitos violentos: uma forma grave e crescente de violência, caracterizada por diversas formas de abuso, terror e ameaças, e um comportamento cada vez mais possessivo e controlador por parte de quem pratica o abuso; a segunda é uma forma mais moderada de violência no relacionamento, onde a frustração constante e a raiva ocasionalmente geram a agressão física (Teles, Melo, 2002; Brasil, 2005b), mas Oliveira (2011) deixa bem explicitado que a violência contra a mulher não se resume apenas à agressão física, aliás, esta é a expressão maior da violência simbólica introjetada tanto em homens quanto em mulheres, naturalizada por um longo período em todos os espaços sociais e praticada constante e sutilmente por meio de torturas psicológicas, humilhação verbal, ameaça de abandono, ameaça de agressão física, chantagem econômica, que provocam processos destrutivos tão ou mais graves que a agressão física.

Os estereótipos de gênero, como foi explicado anteriormente, são um conjunto de crenças acerca dos comportamentos e características particulares do homem e da mulher que funcionam como esquemas cognitivos, controlando o tratamento da informação recebida e sua organização, a interpretação que se faz dela e os comportamentos a serem adotados. Há estereótipos de dois tipos: de papéis de gênero e de traços de gênero. Os de papéis estereotipam as atividades que seriam adequadas aos homens e as que seriam adequadas às mulheres; e os estereótipos de traços de gênero que remetem a características psicológicas atribuídas distintamente a cada um dos gêneros. De acordo com esses estereótipos cabem ao homem tarefas e atividades relacionadas à esfera pública e ao trabalho remunerado, assim como a tomada de decisões referentes à manutenção socioeconômica da família; à mulher cabe a esfera privada, da família, ficando responsável por organizar o cotidiano familiar, as tarefas domésticas o cuidado com os filhos, com a saúde e com a educação (Fonseca, 2005). A análise dos resultados reforça o acúmulo de funções das mulheres. Elas assumiram funções que antes eram masculinas (como mostra a frase “Sou eu quem pago todas as contas da casa, inclusive as dele...”), mas os homens ainda não absorveram as funções estereotipadas como femininas (“Mesmo estando desempregado meu marido não fica com as crianças pra eu trabalhar...”).

Mesmo assim, romper uma relação onde existe insatisfação é difícil. Dados expostos em relatórios da OMS sinalizam a dificuldade do rompimento das relações íntimas devido à falta de opções disponíveis às mulheres, bem como o peso de fatores econômicos, preocupação com as crianças, dependência emocional, falta de apoio da família e de amigos e a esperança de que o homem vá mudar. Em países emergentes, o peso da estigmatização associada ao fato de não ser casada é mais uma dificuldade para abandonar o relacionamento abusivo (Krug, 2002).

A criação de um instrumento nos moldes aqui propostos pode ser um recurso para a reestruturação do trabalho em saúde, no que se refere ao cuidado prestado à mulher. Correlacionando com o referencial de

tecnologias de Merhy (já apresentado no capítulo 3), passa a ser perfeitamente compreensível a importância de se identificar a vulnerabilidade para a subalternidade de gênero, para que o trabalhador faça melhor uso das tecnologias leves.

[...] o trabalhador, para atuar, utiliza três tipos de valises: uma que está vinculada a sua mão e na qual cabe, por exemplo, um estetoscópio, bem como uma caneta, papéis, entre vários outros tipos que expressam uma caixa de ferramentas tecnológicas formada por “tecnologias duras”; outra que está na sua cabeça e na qual cabem saberes bem estruturados como a clínica ou a epidemiologia ou a pedagogia, que expressam uma caixa formada por “tecnologias leve-duras”; e, finalmente, uma outra que está presente no espaço relacional trabalhador-usuário e que contém “tecnologias leves” implicadas com a produção das relações entre dois sujeitos, que só tem existência em ato (Merhy, 1999).

Porém, é preciso considerar as diversas variáveis envolvidas na reestruturação do trabalho em saúde, que não está ligada simplesmente à criação de um novo instrumento.

A reestruturação produtiva é a resultante de mudanças no modo de produzir o cuidado, geradas a partir de inovações nos sistemas produtivos da saúde, que impactam o modo de fabricar os produtos da saúde e na sua forma de assistir e cuidar das pessoas e dos coletivos populacionais. Nem sempre, novas formas de organizar o processo de trabalho resultam em modos radicalmente novos de produzir o cuidado, que sejam capazes de impactar os processos de produção da saúde. As determinações para que uma reestruturação produtiva se realize são diversas. Os vários sujeitos, que estão ligados à área da saúde, disputam, nos lugares onde se decide sobre a organização da política e dos serviços de saúde, seus interesses distintos, como os: corporativos, burocráticos, políticos e de mercado. (Merhy; Franco, 2005)

Diante dessas disputas, o modelo tecnológico de produção da saúde, pode se caracterizar a partir de diversos dispositivos de mudança do modo de produzir saúde, sem no entanto mudar seu núcleo tecnológico, isto é, a mudança não é tão profunda no sentido de alterar a lógica da produção de saúde centrada no trabalho morto, centrados mais em procedimentos profissionais de cuidado do que nas necessidades dos usuários, para outra centrada no trabalho vivo em ato, que se direciona pela centralidade do ato de cuidar do outro. Merhy e Franco (2005) exemplificam esta situação com

a atuação do Programa Saúde da Família, quando este não consegue alterar os processos de trabalho medicocentrados, estruturados a partir dos atos prescritivo. Muda-se a forma de produzir saúde a partir de núcleos familiares e da referência no território, mas o núcleo tecnológico onde se processa o cuidado continua centrado no trabalho morto, operando nuclearmente um modelo produtor de procedimentos. É possível observar mudanças nos processos de trabalho e na forma de produzir o cuidado, mas não a ponto de alterar a lógica produtiva e formar uma outra maneira de cuidar.

É a contradição em si do sistema público de saúde que busca a mudança na prática sanitária e referenda nos seus serviços uma prática local conformada a padrões preestabelecidos e técnicas de intervenção que são universais. Toma o “coletivo” como “individual” e impõe práticas sanitárias que não consideram as necessidades percebidas. Assim, referenda uma prática sanitária com acentuada divisão social do trabalho, sem discutir qual é a relação entre o sujeito e o objeto desta prática. A compreensão de que o indivíduo é responsável por suas escolhas e condições de vida é encontrada em muitos programas de saúde, e acredita-se que essa é uma das estratégias para se negar a construção de um projeto coletivo de transformação social para de fato modificar a determinação da realidade local (Chaves, 2010, p. 41).

Portanto, alerta-se que a proposta de criar um instrumento para identificar a vulnerabilidade das mulheres para a violência não significa tentar capturar um trabalho vivo de escuta, acolhimento e empatia com a realidade das usuárias dos serviços de saúde e transforma-lo em um trabalho morto, prescritivo, centrado em mais uma intervenção que em nada contribui para a transformação social.

As mudanças, dos processos produtivos na saúde, podem ser verificadas se olharmos a partir da incorporação de novas tecnologias de cuidado, nos processos produtivos, nas outras maneiras de organização o processo de trabalho e, até mesmo, nas mudanças das atitudes dos profissionais, no modo de cuidar do outro. Isto é, processos de subjetivação dos profissionais, também, podem determinar uma certa **reestruturação produtiva**, desde que impactam o modo de se produzir o cuidado. A **reestruturação produtiva**, como é processo, pode ocorrer de forma desigual e em diversos graus de mudança, no interior dos processos de trabalho (Merhy e Franco, 2005).

Diante da complexa configuração tecnológica do trabalho em saúde, defende-se que só uma conformação adequada da relação entre os três tipos de tecnologias em saúde – duras, leve-duras e leves - poderá produzir qualidade, expressa em termos de resultados, como: maior defesa possível da vida do usuário, maior controle dos seus riscos de adoecer ou agravar seu problema, e desenvolvimento de ações que permitam a produção de um maior grau de autonomia da relação do usuário no seu modo de estar no mundo (Merhy, 1999).

No caso específico da vulnerabilidade para a violência doméstica, hoje há um uso intenso de tecnologias duras (pílula para contracepção de emergência, vacina contra hepatite, medicamentos antirretrovirais, imunoglobulinas, exames) e leve-duras (protocolos de atendimentos) quando a mulher já foi agredida, reforçando um empobrecimento da caixa de ferramentas das tecnologias leves, deslocando-se o arranjo tecnológico para uma articulação especial entre as tecnologias duras e leve-duras, a ponto de o trabalhador de saúde reduzir-se a uma unidade de produção de procedimentos, que passa a ser o ato de saúde pretendido.

Com a criação deste instrumento espera-se que as equipes de Saúde da Família usem da tecnologia leve para identificar, dentre as famílias sob sua responsabilidade, as mais vulneráveis ao acontecimento da violência doméstica contra a mulher e, com isso, trabalhar no sentido de construir vínculo e resgatar a confiança da usuária para dividir com o trabalhador as suas reais necessidades de cuidado.

Durante todo o texto usamos o termo trabalhador, porque este instrumento não foi criado para o uso específico de uma categoria de profissionais de saúde, mas de todos os trabalhadores da saúde.

Ora, território das ações cuidadoras, informado pelas tecnologias relacionais, é de domínio não somente de todos os tipos de trabalhadores que atuam na área da saúde, mas inclusive dos usuários e de suas famílias. Assim, produzir atos de saúde cuidadores é tarefa a ser compartilhada por todos os trabalhadores de uma unidade de saúde. Todos podem acolher, escutar, interessar-se, contribuir para a construção de relações de confiança e conforto. E como cada qual faz esse movimento desde um determinado ponto de vista, mobilizando saberes específicos adquiridos a partir de vivências concretas, o

compartilhamento desses olhares certamente amplia e enriquece as possibilidades de compreender e comunicar-se com os usuários dos serviços de saúde. E como a construção de relações se dá em ato e nas circunstâncias específicas de cada encontro, não há, a priori, uma hierarquia na capacidade de estabelecer um bom contato, identificar um problema ou imaginar possibilidades para o seu enfrentamento. Aliás, em geral, de acordo com as circunstâncias, são diferentes os membros da equipe de saúde que cumprem um papel mais ativo nesse processo. Ampliar o olhar e a escuta, possibilitar que a complexidade da vida dos usuários invada as unidades e a maneira dos trabalhadores compreenderem o processo saúde-doença e os sofrimentos da vida implica também colocar o usuário em outro lugar, em outra posição: a de agente ativo na produção de sua saúde e no encontro com os trabalhadores de saúde. Bem diferente do lugar em que hegemonicamente se coloca o usuário, objeto das ações de saúde (Merhy e Feuerwerker, 2009).

7 CONCLUSÕES

7 CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho, todo o embasamento teórico-metodológico, bem como os resultados encontrados ajudaram a construir um retrato, não só da realidade enfrentada por mulheres, mas do que elas pensam sobre várias questões cotidianas e sobre as formas de enfrentamento para situações da vida que refletem a subalternidade de gênero. Também comprovou-se a relação direta entre a subalternidade de gênero e a vulnerabilidade para a violência doméstica contra a mulher.

O conjunto dos trabalhos em saúde produz um produto, os atos de saúde, considerados como capazes de intervir diretamente nas necessidades de saúde, representadas em grande parte como problema de saúde. No senso comum, supõe-se que todo trabalho em saúde produz saúde, o que não é necessariamente verdadeiro, pois nem sempre impacta em formas de se construir e qualificar o viver, e muito menos em ganhos de graus de autonomia no modo do usuário andar na sua vida gerando mais vida, que é o que entendo como saúde, em última instância. Isto acontece quando o trabalho em saúde, conforme viu-se na discussão desta tese pode estar centrado no próprio procedimento e não na usuária.

Buscou-se neste trabalho, com a criação de um instrumento para verificar a vulnerabilidade para a violência doméstica contra a mulher, aproximar trabalhador e usuária por meio da compreensão de como certas formas de agir, reagir e pensar (que sempre são social e historicamente determinadas) podem influenciar na mulher que procura o serviço de saúde, às vezes com queixas vagas, mas que podem ter como pano de fundo essa vulnerabilidade.

Ao concluir este trabalho, encerra-se uma etapa de uma proposta de pesquisa muito maior do que esta tese. Outras ações se fazem necessárias para dar continuidade à proposta de implantação na rede básica de saúde, do instrumento produzido durante a construção desta tese. Principalmente a discussão do questionário com os trabalhadores e a capacitação deles para

que o usem a favor de um trabalho emancipador e que produza saúde para a mulher, a família e a comunidade.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- Aquino EML et al. Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva: a constituição de um novo campo na saúde coletiva. *Cad. Saúde Pública*. 2003; 48 Sup 2: 198-99.
- Araújo E. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: Del Priore M, organizadora. *História das mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto; 2004. p. 45-76.
- Bertolozzi MR et al. Os conceitos de vulnerabilidade e a adesão na saúde coletiva. *Rev. Esc. Enferm – USP*. 2009; 43 (N esp2): 1326-30.
- Bíblia. Português. Bíblia Sagrada. Trad. Centro Bíblico católico. 12ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; 1982. Timóteo, 2: 9-15.
- Blay EA. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*. 2003; 17 (49): 87-98.
- Brasil. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado; 1988.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Prevenção e Tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica. 2ª ed. Brasília; 2005a.
- _____. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília; 2005b.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2011. Brasília; 2011.
- Campos CMS, Mishima S. Necessidades de saúde pela voz da sociedade civil e do Estado. *Cad Saúde Pública*. 2005; 21 (4): 1260-8.
- CEDEFES. Dados sobre a violência contra a mulher [página da internet]. 2013 [citado em 2013 set]. Disponível em: http://www.cedefes.org.br/?p=direitos_detalhe&id_afro=3785
- Chaves MMN. Competência avaliativa do enfermeiro para o reconhecimento das necessidades em saúde das famílias [tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2010.

Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196 de 10 de outubro de 1996. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. *Bioética*. 1996; 4 Supl 2: 15-25.

Costa GGO. Um procedimento inferencial para análise fatorial utilizando as técnicas Bootstrap e Jackknife: construção de intervalos de confiança e testes de hipóteses [tese]. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, Departamento de Engenharia Elétrica; 2006.

Cummings SR, Hulley SB, Stewart AL. Elaboração de questionário e instrumento de coleta de dados. In: Hulley SB et al. *Delineando a pesquisa clínica: uma abordagem epidemiológica*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2003. p. 265-81.

Declaração e Programa de Ação de Viena: conferência mundial sobre direitos humanos. 1993 [documento na internet] [citado em 2013 jan.]. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/declaracao_viena.htm

Del Priore M. *História das mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto; 2004. p. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino; p. 78-114.

_____. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; 2011.

Fonseca RMGS. Equidade de gênero e saúde das mulheres. *Rev. Esc. Enferm. USP*. 2005; 39 (4): 450-9.

Fonseca RMGS. Gênero e saúde da mulher: uma releitura do processo saúde doença das mulheres. In: Fernandes RAQ; Narchi NZ, organizadoras. *Enfermagem e saúde da mulher*. São Paulo: Manole; 2007. p. 30-61.

Giffin K. Produção do conhecimento em um mundo “problemático”: contribuições de um feminismo dialético e relacional. *Estudos Feministas*. 2006; 14 (3): 635-53.

Goldani, AM. Famílias e gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades. In: Algranti LM organizadora. *A prática feminista e conceito de gênero*. Campinas: Unicamp; 2002. p. 43-62.

Gomes R, Minayo MCS, Silva CFR. Violência contra a mulher e a questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2005.

Guedes RN, Silva ATMC, Fonseca RMGS. A violência de gênero e o processo saúde-doença nas mulheres. *Esc. Anna Nery*. 2009; 13 (3): 625-31.

Heller Á. Teoria de las necesidades em Marx. 2ª ed. Barcelona: Península; 1986.

Hino P, et al. Necessidades em saúde e atenção básica: validação de instrumentos de captação. *Rev. Esc. Enferm. USP*. 2009; 43 (esp. 2): 1156-67.

IBGE. Aumento da escolaridade feminina reduz fecundidade e mortalidade infantil [notícia na internet]. 2011 [citado em 2011 jan.]. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=580&id_pagina=1

IPARDES. Caderno Estatístico Município de São José dos Pinhais [documento na internet]. 2012 [citado em 2012 ago]. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/>

Izumino WP. Justiça para todos: os juizados especiais criminais e a violência de gênero [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2003.

Krug EG et al. World report on violence and health. Geneva: World Health Organization; 2002.

Lobiondo-Wood G, Haber J. Pesquisa em enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan; 2001. p. 186-99.

Maroco J, Garcia-Marques T. Qual a fiabilidade do Alfa de Cronbach? Questões antigas soluções modernas? *Laboratório de Psicologia*. 2006; 4 (1): 65-90.

Merhy EE. O ato de cuidar como um dos nós críticos “chaves” dos serviços de saúde. [texto na internet]. 1999 [citado em 2013 jun.]. Disponível em:
<http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/artigos-04.pdf>

Merhy EE, Feuerwerker LCM. Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea [capítulo de livro disponível na internet]. 2009 [citado em 2013 set.]. Disponível em:
<http://www.esp.rs.gov.br/img2/novo.pdf>

Merhy EE; Franco TB. Trabalho em Saúde [documento na internet]. 2005 [citado 2013 set.]. Disponível em:
http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Trabalho_em_Saude_ts.pdf

Minayo MCS. *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2006.

Minayo MCS. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2007; 11 Sup: 1259-1267.

Minayo MCS e Sanches O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cad. Saúde Públ.* 1993; 9 (3): 239-62.

Ministério da Saúde (Brasil). Portaria 104 de 25 de janeiro de 2011. Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde [legislação na internet]. 2011 [citado em 2011 fev.]. Disponível em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html

Munhoz-Sanchez AI, Bertolozzi MR. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção da conhecimento em saúde coletiva? *Ciência e Saúde Coletiva*. 2007; 12 (2): 319-24.

Narvaz MG, Koller SH. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*. 2006; 11 (3): 647-654.

Nolasco S. De Tarzan a Homer Simpson. A banalização da violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. Rio de Janeiro: Rocco; 2001.

Nogueira D. Escola em Uberlândia ensina modos de princesas a meninas: conheça a história. *Correio de Uberlândia* [internet]. 2013 [citado em 2013 set.]. Disponível em:
<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/escola-em-uberlandia-ensina-modos-de-princesas-a-meninas/>

Okabe I. *Violência contra a mulher: uma proposta de indicadores de subalternidade de gênero na família* [tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2010.

Oliveira RNG. *Violência de gênero e necessidades em saúde: limites e possibilidades da estratégia de saúde da família*[tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem. Universidade de São Paulo; 2011.

Piemonte M. Mulheres aprendem a ‘desmunhecar’ em curso para ‘atrair partidão’. *Folha.com* [internet].2013 [citado em 2013 jun.]

Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2013/06/1289169-mulheres-aprendem-a-desmunhecar-em-curso-para-atrair-partidao.shtml>

Pilati R e Porto JB. Apostila para tratamento de dados via SPSS [documento na internet]. 20-- [citado em 2013 set.] Disponível em: <http://social.stoa.usp.br/fabiomidia/apostila-spss-porto-.pdf>

Polit DF, Beck CT, Hungler BP. Fundamentos da Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. 5ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 2004.

Raminelli R. Eva Tupinambá. In: Del Priore M, organizadora. História das Mulheres no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Contexto; 2004. p. 11-44.

Roderick JB. Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XX. Tradução de Luiz Antônio Oliveira Araújo. São Paulo: Editora UNESP; 2005.

Rosa AC et al. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. Saúde Soc. 2008; 17 (3): 152-160.

Saffioti HIB. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: políticas Públicas e Igualdade de Gênero. Tatau Godinho, Maria Lucia Silveira, organizadora. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher; 2004.

Santiago RA, Coelho MTAD. O crime passionnal na perspectiva de infratores presos: um estudo qualitativo. Psicologia em Estudo. 2010; 15 (1): 87-95.

São José dos Pinhais. Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais. 2012 [citado em 2012 out.]. Disponível em: <http://www.sjp.pr.gov.br/>

Schraiber LB et al. Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Editora UNESP; 2005.

Scott JW. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Educação e Realidade; 1995; 20 (2): 71-99.

Severino AJ. Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. São Paulo: Cortez; 2007.

Stotz EN. Necessidades de saúde: mediações de um conceito. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública; 1991.

Teles MAA, Melo M. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense; 2002.

Trindade E. "Ela era tudo pra gente", diz pai de Sandra Góme. Folha.com [Internet]. 2011 [citado em 2011 nov.] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/922142-ela-era-tudo-para-gente-diz-pai-de-sandra-gomide.shtml>

Weil P. Manual de psicologia aplicada. Belo Horizonte: Itatiaia; 1967.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Frases que poderiam ser usadas para reconhecimento da vulnerabilidade da mulher à violência doméstica, de acordo com indicadores de subalternidade de gênero segundo Okabe (2010).

Área – produção interna ou esfera de reprodução		
Indicadores	Frases	
	Reiteram a subalternidade	Superam a subalternidade
Responsabilidade sobre as tarefas domésticas	Tudo eu. Chego em casa cansada e me estressa ver aquela bagunça. Cama pra arrumar, louça pra lavar, roupa pra lavar e passar, casa pra varrer. É muito estressante.	Nosso relacionamento é bom porque as tarefas são divididas. Não pesa pra ninguém, e assim ele valoriza o meu serviço e vê que administrar a casa não é fácil.
	A falta de colaboração dos homens nas tarefas domésticas já vem da educação que a própria mulher dá. Porque home não chora, homem, não faz isso, homem não faz aquilo...	Quando os dois trabalham fora, os dois ajudam. Quando estou em casa, uma vez por semana eu faço tudo.
	Mulher trabalha dia e noite sem parar. Parece que faz no “automático”. Às vezes espera os filhos dormirem pra continuar fazendo as coisas.	
	Quando ele está inspirado ajuda, mas quando desanima para. Não enxerga o que tem pra fazer dentro de casa.	
Responsabilidade sobre o cuidado com os filhos	Sempre sobra pra mãe. Acho que é da natureza da mãe. Cobra mais, exige mais.	Quando ele está, ajuda a cuidar das crianças. À noite nos revezamos porque não é justo. As crianças não querem saber se ele tem 30 ou 90 anos, é pai: tem que cuidar.
	O pai é o bonzinho da história, porque sempre passa a mão na cabeça. Se estamos separados, ele só vem no final de semana e leva pra passear e comprar presente. Não está aqui pra chamar a atenção, pra tomar uma atitude.	Durante a semana sou eu quem cuido, mas no final de semana, como ele está em casa, ele dá banho, comida, faz tudo e eu tenho folga.
	Ele diz que não me mandou engravidar. Como se eu tivesse feito a filha sozinha. Eu sei que ele não vai ajudar na educação dela, mas precisa pelo menos honrar com o compromisso financeiro.	

Área – produção externa ou esfera do trabalho remunerado		
Indicadores	Frases	
	Reiteram a subalternidade	Superam a subalternidade
Responsabilidade pelo sustento da família	Trabalhava mas parei. O pior erro que a mulher pode cometer é esse. Não vale a pena você estacionar a sua vida. Que seja um pouquinho, que seja sacrificado, vale pena você trabalhar fora e lutar por um emprego melhor, e estudar também. Me arrependo muito disso.	Coloquei meu filho na creche e fui trabalhar, porque se não tivesse feito isso, não estaria com todos eles aqui.
		Hoje sou a chefe da família. Se eu não trabalhar não anda. Talvez nos casamento antigos fosse diferente, mas a lei tem dado igualdade para as mulheres e a gente não pode voltar atrás.
Importância e significado atribuído pela mulher à vida profissional		Não tem satisfação maior que trabalhar. Você faz o que quer com o dinheiro que é seu.
		O trabalho externo significa a satisfação, a independência financeira, a realização pessoal, porque você se sente útil em alguma coisa que não seja lavar e cozinhar
		Eu trabalho fora porque cansei de ficar pedindo dinheiro e ouvir “mas eu já te dei tanto tal dia!”. Então eu sei que esse dinheiro é meu e sei o que vou fazer com ele.
Conciliação família e trabalho	Meu marido não fica com as crianças, mesmo estando desempregado. Não tem muita paciência. Então, quando vou trabalhar fico com a consciência pesada.	
	É difícil. Às vezes a gente tem que se dividir em três pra ser boa, boa dona-de-casa e ainda trabalhar fora. A vida da gente muda completamente.	
Reorganização profissional em face da situação de estado civil e o fato de ter filho	Mudou completamente depois que casei. Quando a gente é solteira, tem mais liberdade, tem boa aparência. Depois que casa não tem mais aquele ânimo pra procurar emprego, só pensa nos filhos. Eles me prendem muito pra fazer as coisas, até mesmo pra eu crescer na vida.	Com o nascimento dos filhos continuei trabalhando de dia e estudando de noite. Nem é pelo curso, mas pela coragem de enfrentar. Eu fiz minhas escolhas.
	Eu tive que sair do serviço porque as crianças estavam sentindo a minha falta. O pai nunca dá atenção igual a mãe. Eu podia estar trabalhando e ganhando bem, mas depois que a gente se casa e tem filhos tudo fica mais difícil.	Ele acha que eu ganho pouco, queria que eu mudasse de emprego pra ganhar mais, mas eu não deixo ele decidir por mim. Eu vou trabalhar onde eu quiser.

Área – redes sociais e apoios familiares		
Indicadores	Frases	
	Reiteram a subalternidade	Superam a subalternidade
Apoios familiares e sociais	Não tenho ajuda de ninguém. Ninguém.	Ou minha mãe, minha sogra ou alguém da família fica com as crianças pra eu trabalhar.
	Ninguém da minha família mora nesta cidade. Só posso contar com a madrinha, mas ela trabalha fora, não fica em casa.	Tem ajuda da assistente social e da igreja com alimento e cesta básica.
Significado de casamento (formal e informal)	Casamento é bom desde que você encontre uma pessoa boa. Eu não encontrei uma pessoa que pense igual a mim.	Entre quatro paredes, o que influencia é a convivência entre os dois. Você tem que se dar bem com a pessoa que você escolheu pra dividir a vida, os teus sonhos. Se você se dá bem com essa pessoa, não importa se é um casamento formal ou informal.
		Casamento informal é normal. A lei garante os direitos de quem vive junto. Se eu tivesse me casado e mudado o meu nome, estava me incomodando agora que me divorciei.
		Em primeiro lugar tem existir um sentimento entre os dois, e depois respeito. Se não existe, casado ou não, não adianta querer ficar junto
Significado de divórcio	É complicado, principalmente quando tem filhos no meio. A gente viveu por anos uma união estável e não consegue chegar a um acordo. O pai e a mãe se separam mas a família continua.	Significa que acabou o amor entre o homem e a mulher. A separação é melhor pra não ter mais agressões dentro do casamento.
	Às vezes o divórcio é bem-vindo, mas é aquela coisa: separou é pra sempre! Ficar indo e voltando é sem-vergonhice. Ou você entra num acordo de que vai separar, ou fica do jeito que está.	Pra mim o divórcio foi a libertação, mas é triste, porque quando há uma união do pai com os filhos, as crianças sofrem com a separação.
		Às vezes você se casa pensando que a pessoa é de um jeito, mas na verdade ela é de outro. Pode acontecer com os dois... O divórcio é um jeito de você se defender.
Significado de pessoa divorciada		Eles estão tentando seguir a vida. Não deu certo com a pessoa com quem viviam e eles resolveram tentar uma coisa nova.
		A pessoa tem que partir pra outra. Cada um tem que fazer aquilo que deseja sem interferir ou prejudicar o outro
		Não adianta viver de aparência. Acho normal querer ser feliz de novo.
		Quem acha que mulher separada não presta, não sabe o que ela passou até ela se separar.

(Continuação)

Área – redes sociais e apoios familiares		
Indicadores	Frases	
	Reiteram a subalternidade	Superam a subalternidade
Significado de infidelidade	Não tem perdão. Porque se a mulher for boa não tem motivo pra trair e se a mulher for ruim pede o divórcio. Tanto pra um lado quanto pra outro não tem perdão.	É muito relativo. A partir do momento em que o relacionamento não dá mais e você se interessa por outra pessoa, tem que viver o momento.
	Traição é o que mais tem. Hoje em dia mulher mora com mulher, homem mora com homem. É o fim do mundo!	
	Isso é um problema. Acho que não deve acontecer de nenhuma das partes. É melhor separar e depois assumir a outra pessoa. Sou totalmente contra essa vida dupla.	
Significado de viuvez		Quando o amor é grande a gente fica triste, mas tem que viver a vida porque a hora do companheiro chegou, mas a sua ainda não.
		As viúvas são mais independentes, acabam ficando sozinhas. Os viúvos são mais dependentes, logo se casam de novo.
		Eu acho que dá uma sensação de missão cumprida. Às vezes a vida te dá uma chance de recomeçar.

Área – redes sociais e apoios familiares		
Indicadores	Frases	
	Reiteram a subalternidade	Superam a subalternidade
Decisão sobre o uso do tempo pessoal e gastos	Não tenho liberdade pra nada. Pra mim todo dia é igual. Antes eu tinha mais contato com as amigas, agora o máximo que faço é ir na casa de algum parente.	Vou à casa dos amigos, da minha mãe. Às vezes faço um churrasco com os filhos. Com meu dinheiro, eu faço minhas contas e sei quanto posso gastar pra não depender de ninguém.
	Nas horas livres eu cuido da casa. Se saio é pra pagar alguma conta ou coisa desse tipo. Não tenho liberdade pra sair com uma amiga. Acho que nunca vou ter.	Eu tento separar um pouquinho de tempo pra lazer. Gosto de ir ao cinema, ao bailinho, conversar com os amigos. Tem que ter tempo pra estudar também. Não dá pra ficar só trabalhando, trabalhando...
	Eu saio muito pouco. Quase não tenho amigas. Meu trabalho não me permite. Minha única distração são os filhos (ou os netos). Fico feliz porque pelo menos posso administrar meu dinheiro.	Eu me dou vários tempos. Gosto de ler, tocar, violão, ir ao shopping. Eu até faço o que não gosto (coisas da casa), mas não fico prisioneira do serviço doméstico o tempo todo.
Poder de decisão sobre a educação dos filhos	Quando tem que dar uma bronca eu chamo o pai porque as crianças respeitam mais. A mãe dá aquela briguinha todo dia, mas o pai fala uma vez e eles já respeitam.	Nós tentamos corrigir os dois juntos. Sentamos e falamos.
	Eles não respeitam o pai porque o pai não os respeita. Então eu grito pra calarem a boca. Se o pai falar não adianta.	
	Os filhos não obedecem o pai porque ele não tem bons exemplos pra dar. Ou está bêbado, ou drogado, e brigando com todos.	
	O pai é bem mais autoritário e agressivo também, então eles respeitam mais. Mas eu também chamo atenção às vezes.	
Poder de decisão sobre as despesas da casa	Não tenho liberdade pra cuidar das contas porque quando ele pega o dinheiro quer mandar. Quando quero uma coisa tenho que comprar escondido, mesmo com o meu dinheiro.	Eu acho que as despesas têm que ser divididas, mas se ele não quer, então o dinheiro dele é dele e o meu é meu.
	Eu também colaboro com as despesas quando estou trabalhando, mas já vem dos tempos da minha mãe esse conceito de que o homem é que toma conta do dinheiro.	
	Sou eu quem faço todas as despesas da casa, inclusive as dele, porque quando ele trabalha todo o dinheiro vai para o vício (álcool, drogas).	

APÊNDICE B
INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DAS JUÍZAS

1. Aprecie o texto a seguir referente à orientação a ser dada às mulheres, usuárias de unidades básicas de saúde, que vão responder o questionário.

Orientação para as mulheres que vão responder o questionário: Este questionário é composto por frases que foram ditas por mulheres ao serem perguntadas sobre várias situações de suas vidas. Assinale na escala de 1 a 5 um número como a resposta que mais corresponde à sua própria realidade, ao que acontece com você na sua casa e na sua família. Na escala, o número 1 quer dizer que você não identifica nada da frase na sua própria vida, ou seja, aquilo que a frase diz nunca acontece com você. Os números 2, 3 e 4 são intermediários e correspondem à frequência que acontecem aquelas coisas na sua vida (muito raramente, de vez em quando, frequentemente). O número 5 quer dizer que você identifica completamente a situação da frase na sua própria vida, ou seja, aquilo acontece praticamente todos os dias da sua vida, com muita frequência.

Frases	Grau de concordância
1. Na minha casa é tudo eu. Chego em casa cansada e me estressa ver aquela bagunça. Cama pra arrumar, louça pra lavar, roupa pra lavar e passar, casa pra varrer. É muito estressante.	1 2 3 4 5
2. A falta de colaboração dos homens nas tarefas domésticas já vem da educação que a própria mulher dá. Porque homem não chora, homem, não faz isso, homem não faz aquilo...	1 2 3 4 5
3. Mulher trabalha dia e noite sem parar. Parece que faz no “automático”. Às vezes espera os filhos dormirem pra continuar fazendo as coisas.	1 2 3 4 5

Assinale o que achou deste texto de orientação:

(Totalmente Adequado) (Adequado) (Parcialmente Adequado) (Inadequado)

1.2 Teça comentários a respeito do texto de orientação para as mulheres, explicando sua escolha anterior:

*Cada conjunto de frases a seguir corresponde a um indicador de subalternidade de gênero da mulher na família. Considerando as seguintes características: conteúdo, apresentação, clareza e compreensão, analise cada frase e, com base em sua experiência junto às mulheres, classifique as frases em: **totalmente adequada (TA)** **adequada (A)**, **parcialmente adequada (PA)** ou **inadequada (I)**. Na coluna ao lado, você pode escrever sugestões para melhorar as frases.*

Indicador 1: Responsabilidade sobre as tarefas domésticas

Frases	Avaliação
1.1. Na minha casa é tudo eu. Chego em casa cansada e me estressa ver aquela bagunça. Cama pra arrumar, louça pra lavar, roupa pra lavar e passar, casa pra varrer. É muito estressante.	(TA) (A) (PA) (I)
1.2. A falta de colaboração dos homens nas tarefas domésticas já vem da educação que a própria mulher dá. Porque homem não chora, homem, não faz isso, homem não faz aquilo...	(TA) (A) (PA) (I)
1.3. Mulher trabalha dia e noite sem parar. Parece que faz no “automático”. Às vezes espera os filhos dormirem pra continuar fazendo as coisas.	(TA) (A) (PA) (I)
1.4. Quando ele está inspirado ajuda em casa, mas quando desanima para. Não enxerga o que tem pra fazer dentro de casa.	(TA) (A) (PA) (I)
1.5. Nosso relacionamento é bom porque as tarefas da casa são divididas. Não pesa pra ninguém, e assim ele valoriza o meu serviço e vê que administrar a casa não é fácil.	(TA) (A) (PA) (I)
1.6. Quando os dois trabalham fora, os dois ajudam. Quando estou em casa, uma vez por semana, eu faço tudo.	(TA) (A) (PA) (I)

Indicador 2: Responsabilidade sobre o cuidado com os filhos

Frases	Avaliação
2.1 Cuidar dos filhos sempre sobra pra mãe. Acho que é da natureza da mãe. Cobra mais, exige mais.	(TA) (A) (PA) (I)
2.2 O pai é o bonzinho da história, porque sempre passa a mão na cabeça. Se estamos separados, ele só vem no final de semana, leva pra passear e comprar presente. Não está aqui pra chamar a atenção, pra tomar uma atitude.	(TA) (A) (PA) (I)
2.3 Ele diz que não me mandou engravidar. Como se eu tivesse feito a filha sozinha. Eu sei que ele não vai ajudar na educação dela, mas precisa pelo menos honrar com o compromisso financeiro.	(TA) (A) (PA) (I)
2.4 Quando ele está, ajuda a cuidar das crianças. À noite nós revezamos porque não é justo. As crianças não querem saber se ele tem 30 ou 90 anos, é pai: tem que cuidar.	(TA) (A) (PA) (I)
2.5 Durante a semana sou eu quem cuido das crianças, mas no final de semana, como ele está em casa, ele dá banho, comida, faz tudo e eu tenho folga.	(TA) (A) (PA) (I)

Indicador 3: Responsabilidade pelo sustento da família

Frases	Avaliação
3.1 Eu trabalhava fora mas parei. O pior erro que a mulher pode cometer é esse. Não vale a pena você estacionar a sua vida. Que seja um pouquinho, que seja sacrificado, vale a pena você trabalhar fora e lutar por um emprego melhor, e estudar também. Me arrependo muito disso.	(TA) (A) (PA) (I)
3.2 Coloquei meu filho na creche e fui trabalhar, porque se não tivesse feito isso, não estaria com todos eles aqui.	(TA) (A) (PA) (I)

<p>3.3 Hoje sou a chefe da família. Se eu não trabalhar não anda. Talvez nos casamento antigos fosse diferente, mas a lei tem dado igualdade para as mulheres e a gente não pode voltar atrás.</p>	<p>(TA) (A) (PA) (I)</p>
---	--------------------------

Indicador 4: Significado atribuído pela mulher à vida profissional

Frases	Avaliação
<p>4.1. O trabalho fora significa a satisfação, a independência financeira, a realização pessoal, porque você se sente útil em alguma coisa que não seja lavar e cozinhar</p>	<p>(TA) (A) (PA) (I)</p>
<p>4.2 Eu trabalho fora porque cansei de ficar pedindo dinheiro e ouvir “mas eu já te dei tanto tal dia!”. Então eu sei que esse dinheiro é meu e sei o que vou fazer com ele.</p>	<p>(TA) (A) (PA) (I)</p>

Indicador 5: Conciliação família e trabalho

Frases	Avaliação
<p>5.1 Meu marido não fica com as crianças para eu ir trabalhar, mesmo estando desempregado. Não tem muita paciência. Então, quando vou trabalhar, fico com a consciência pesada.</p>	<p>(TA) (A) (PA) (I)</p>
<p>5.2 Conciliar família e trabalho é difícil. Às vezes a gente tem que se dividir em três pra ser boa, boa dona-de-casa e ainda trabalhar fora.</p>	<p>(TA) (A) (PA) (I)</p>

Indicador 6: Organização da vida profissional depois do casamento e dos filhos

Frases	Avaliação
<p>6.1 Minha vida profissional mudou completamente depois que casei. Quando a gente é solteira, tem mais liberdade, tem boa aparência. Depois que casa não tem mais aquele ânimo pra</p>	<p>(TA) (A) (PA) (I)</p>

procurar emprego, só pensa nos filhos. Eles me prendem muito pra fazer as coisas, até mesmo pra eu crescer na vida.	
6.2 Eu trabalhava mas tive que sair do serviço porque as crianças estavam sentindo a minha falta. O pai nunca dá atenção igual a mãe. Eu podia estar trabalhando e ganhando bem, mas depois que a gente se casa e tem filhos tudo fica mais difícil.	(TA) (A) (PA) (I)
6.3 Com o nascimento dos filhos continuei trabalhando de dia e estudando de noite. Nem é pelo curso, mas pela coragem de enfrentar a vida. Eu fiz minhas escolhas.	(TA) (A) (PA) (I)
6.4 Ele acha que eu ganho pouco, queria que eu mudasse de emprego pra ganhar mais, mas eu não deixo ele decidir por mim. Eu vou trabalhar onde eu quiser.	(TA) (A) (PA) (I)

Indicador 7: Rede social de apoio

Frases	Avaliação
7.1. Não tenho ajuda de ninguém pra nada. Ninguém.	(TA) (A) (PA) (I)
7.2. Ninguém da minha família mora nesta cidade, então ninguém pode me ajudar. Só posso contar com a minha madrinha, mas ela trabalha fora, não fica em casa.	(TA) (A) (PA) (I)
7.3. Ou minha mãe, minha sogra ou alguém da família fica com as crianças pra eu trabalhar.	(TA) (A) (PA) (I)
7.4. Tenho ajuda da assistente social e da igreja com alimento e cesta básica.	(TA) (A) (PA) (I)

Indicador 8: Significado de casamento

Frases	Avaliação
8.1. Casamento é bom desde que você encontre uma pessoa boa. Eu não encontrei uma pessoa que pense igual a mim.	(TA) (A) (PA) (I)

8.2. No casamento, entre quatro paredes, o que influencia é a convivência entre os dois. Você tem que se dar bem com a pessoa que você escolheu pra dividir a vida, os teus sonhos. Se você se dá bem com essa pessoa, não importa se é um casamento formal ou informal.	(TA) (A) (PA) (I)
8.3. Casamento informal é normal. A lei garante os direitos de quem vive junto. Se eu tivesse me casado e mudado o meu nome, estava me incomodando agora que me divorciei.	(TA) (A) (PA) (I)
8.4. No casamento, em primeiro lugar tem que existir um sentimento entre os dois, e depois respeito. Se não existe, casado ou não, não adianta querer ficar junto	(TA) (A) (PA) (I)

Indicador 9: Significado de divórcio ou separação

Frases	Avaliação
9.1. Separar é complicado, principalmente quando tem filhos no meio. A gente vive por anos uma união estável e não consegue chegar a um acordo. O pai e a mãe se separam, mas a família continua.	(TA) (A) (PA) (I)
9.2. Às vezes o divórcio é bem vindo, mas é aquela coisa: separou é pra sempre! Ficar indo e voltando é sem-vergonhice. Ou você entra num acordo de que vai separar, ou fica do jeito que está.	(TA) (A) (PA) (I)
9.3. Na separação significa que acabou o amor entre o homem e a mulher. A separação é melhor pra não ter mais agressões dentro do casamento.	(TA) (A) (PA) (I)
9.4. Pra mim o divórcio foi a libertação, mas é triste, porque quando há uma união do pai com os filhos, as crianças sofrem com a separação.	(TA) (A) (PA) (I)
9.5. Às vezes você se casa pensando que a pessoa é de um jeito, mas na verdade ela é de outro. Pode acontecer com os dois... O divórcio é um jeito de você se defender.	(TA) (A) (PA) (I)

Indicador 10: Significado de pessoa divorciada ou separada

Frases	Avaliação
10.1. As pessoas separadas ou divorciadas estão tentando seguir a vida. Não deu certo com a pessoa com quem viviam e eles resolveram tentar uma coisa nova.	(TA) (A) (PA) (I)
10.2. Depois do divórcio ou da separação, a pessoa tem que partir pra outra. Cada um tem que fazer aquilo que deseja, sem interferir ou prejudicar o outro	(TA) (A) (PA) (I)
10.3. Não adianta viver de aparência. Acho normal querer ser feliz de novo depois de uma separação ou divórcio.	(TA) (A) (PA) (I)
10.4. Quem acha que mulher separada não presta, não sabe o que ela passou até ela se separar.	(TA) (A) (PA) (I)

Indicador 11: Significado de infidelidade

Frases	Avaliação
11.1. Infidelidade não tem perdão. Porque se a mulher for boa não tem motivo para o homem trair e se a mulher for ruim pede o divórcio. Com a mulher é a mesma coisa, tanto pra um lado quanto pra outro não tem perdão.	(TA) (A) (PA) (I)
11.2. Traição é o que mais tem. Hoje em dia mulher mora com mulher, homem mora com homem. É o fim do mundo!	(TA) (A) (PA) (I)
11.3 Infidelidade é um problema. Acho que não deve acontecer de nenhuma das partes. É melhor separar e depois assumir a outra pessoa. Sou totalmente contra essa vida dupla.	(TA) (A) (PA) (I)
11.4. Infidelidade é muito relativa. A partir do momento em que o relacionamento não dá mais e você se interessa por outra pessoa, tem que viver aquele momento.	(TA) (A) (PA) (I)

Indicador 12: Significado de viuvez

Frases	Avaliação
12.1. Na viuvez, quando o amor é grande a gente fica triste, mas tem que viver a vida porque a hora do companheiro chegou, mas a sua ainda não.	(TA) (A) (PA) (I)
12.2. As viúvas são mais independentes, acabam ficando sozinhas. Os viúvos são mais dependentes, logo se casam de novo.	(TA) (A) (PA) (I)
12.3. Na viuvez, eu acho que dá uma sensação de missão cumprida. Às vezes a vida te dá uma chance de recomeçar.	(TA) (A) (PA) (I)

Indicador 13: Decisão sobre o uso do tempo pessoal e gastos

Frases	Avaliação
13.1. Na minha vida, não tenho liberdade pra nada. Pra mim todo dia é igual. Antes eu tinha mais contato com as amigas. Hoje o máximo que faço é ir na casa de algum parente.	(TA) (A) (PA) (I)
13.2. Nas horas livres eu cuido da casa. Se saio é pra pagar alguma conta ou coisa desse tipo. Não tenho liberdade pra sair com uma amiga. Acho que nunca vou ter.	(TA) (A) (PA) (I)
13.3. Eu saio muito pouco. Quase não tenho amigas. Meu trabalho não me permite. Minha única distração são os filhos (ou os netos). Fico feliz porque pelo menos posso administrar meu dinheiro.	(TA) (A) (PA) (I)
13.4. Vou à casa dos amigos, da minha mãe. Às vezes faço um churrasco com os filhos. Com meu dinheiro, eu faço minhas contas e sei quanto posso gastar pra não depender de ninguém.	(TA) (A) (PA) (I)
13.5. Eu tento separar um pouquinho de tempo pra lazer. Gosto de ir ao cinema, ao bailinho, conversar com os amigos. Tem que ter tempo pra estudar	(TA) (A) (PA) (I)

também. Não dá pra ficar só trabalhando, trabalhando...	
13.6. Eu me dou vários tempos. Gosto de ler, tocar violão, ir ao shopping. Eu até faço o que não gosto (coisas da casa), mas não fico prisioneira do serviço doméstico o tempo todo.	(TA) (A) (PA) (I)

Indicador 14: Poder de decisão sobre a educação dos filhos

Frases	Avaliação
14.1. Quando tem que dar uma bronca nas crianças eu chamo o pai porque as crianças respeitam mais ele. A mãe dá aquela briguinha todo dia, mas o pai fala uma vez e eles já respeitam.	(TA) (A) (PA) (I)
14.2. As crianças não respeitam o pai porque o pai não os respeita. Então eu grito pra calarem a boca. Se o pai falar não adianta nada.	(TA) (A) (PA) (I)
14.3. Os filhos não obedecem o pai porque ele não tem bons exemplos pra dar. Ou está bêbado, ou drogado, e brigando com todos.	(TA) (A) (PA) (I)
14.4. O pai é bem mais autoritário e agressivo também, então eles respeitam mais ele. Mas eu também chamo atenção às vezes.	(TA) (A) (PA) (I)
14.5. Nós tentamos corrigir os dois juntos. Sentamos e falamos com as crianças.	(TA) (A) (PA) (I)

]

Indicador 15: Poder de decisão sobre as despesas da casa

Frases	Avaliação
15.1. Não tenho liberdade pra cuidar das contas da casa porque quando ele pega o dinheiro quer mandar. Quando quero uma coisa tenho que comprar escondido, mesmo com o meu dinheiro.	(TA) (A) (PA) (I)
15.2. Eu também colaboro com as despesas da casa quando estou trabalhando, mas já vem dos tempos da minha mãe esse conceito de que o homem é que toma	(TA) (A) (PA) (I)

conta do dinheiro.	
15.3. Sou eu quem faço todas as despesas da casa, inclusive as dele, porque quando ele trabalha todo o dinheiro vai para o vício (álcool, drogas).	(TA) (A) (PA) (I)
15.4. Eu acho que as despesas da casa têm que ser divididas, mas se ele não quer, então o dinheiro dele é dele e o meu é meu...	(TA) (A) (PA) (I)

APÊNDICE C

Carta-convite para participação das juízas

Cara colega pesquisadora de gênero,

Vimos convidá-la para participar, na qualidade de juíza, do estudo "*Avaliação da vulnerabilidade de mulheres à violência doméstica: uma proposta de instrumento utilizando indicadores de subalternidade de gênero na família*". Trata-se de uma pesquisa para elaboração da minha tese de doutorado, orientada pela Profa. Dra. Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca, pesquisadora e docente da Escola de Enfermagem da USP. Tem como objetivo geral "analisar a vulnerabilidade das mulheres para violência doméstica em relação à subalternidade de gênero na família" e específicos: "criar um instrumento para avaliação da subalternidade de gênero na família; testar e validar o conteúdo desse instrumento; verificar a relação entre a subalternidade de gênero na família e a ocorrência de violência doméstica, por meio do instrumento criado".

O instrumento foi elaborado a partir dos achados da tese de doutorado "*Violência contra a mulher: uma proposta de indicadores de gênero na família*", da autoria de Irene Okabe, defendida em 2010 e orientada pela mesma professora. Dele constam 15 indicadores de subalternidade de gênero na família e, para cada indicador, um grupo de frases sobre situações cotidianas ou posicionamentos descritos pelas mulheres entrevistadas por Okabe, que reforçam ou superam a subalternidade de gênero na família. Depois de devidamente analisado por juízas, o instrumento será aplicado junto a profissionais e mulheres vinculados a unidades básicas de saúde, visando testar sua validade.

Assim, para esta primeira fase, estamos convidando especialistas e pesquisadoras vinculadas ao tema para que, com base na sua experiência,

participem do estudo na qualidade de juízas, analisando o referido instrumento, conforme as instruções constantes nele.

Sua participação é extremamente importante, porém voluntária. Sinta-se à vontade para aceitar ou recusar este convite. No caso de aceitar, o instrumento lhe foi enviado por e-mail juntamente com esta carta.

Agradecemos sua colaboração e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Cordialmente,

Laura Christina Macedo Piosiadlo

E-mail: lmacedopiosiadlo@usp.br

Telefones: (41) 3209-5560 ou (41)9685-4580)

Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca

Orientadora

E-mail: rmgsfon@usp.br

APÊNDICE D

ROTEIRO COM ORIENTAÇÕES PARA COLETA DE DADOS

Avaliação da vulnerabilidade de mulheres à violência doméstica: uma proposta de instrumento utilizando indicadores de subalternidade de gênero na família

Caro colega, você está sendo convidado a colaborar na coleta de dados da pesquisa intitulada **Avaliação da vulnerabilidade de mulheres à violência doméstica: uma proposta de instrumento utilizando indicadores de subalternidade de gênero na família**. Sua ajuda é muito importante para que possamos alcançar a meta quanto ao número de mulheres da amostra, com dados de qualidade. O resultado final será a validação de um instrumento que identifica as mulheres mais vulneráveis à violência doméstica. Isto poderá ser importante que as equipes de saúde planejem e desenvolvam ações para evitar a violência e seus desdobramentos, que chegam aos serviços de saúde sob forma de traumas, lesões e mortes. Esta pesquisa é parte do meu doutorado, em desenvolvimento na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca. O projeto foi submetido à apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa daquela escola aprovado sob o número 00898212.6.0000.5392.

O objetivo geral da pesquisa é a

Analisar a vulnerabilidade das mulheres para violência doméstica em relação à subalternidade de gênero na família. Os objetivos específicos são: criar um instrumento para avaliação da subalternidade de gênero na família; testar e validar o conteúdo desse instrumento;

verificar a relação entre a subalternidade de gênero na família e a ocorrência de violência doméstica por meio do instrumento criado.

Para alcançarmos os objetivos descritos acima precisamos entrevistar 340 mulheres usando o instrumento de pesquisa que você receberá a seguir. Ele é composto de 3 partes: a primeira contém informações gerais, para que

possamos traçar um perfil das mulheres entrevistadas; a segunda é a parte a ser validada, que consta de frases sobre subalternidade de gênero na família; a terceira foi elaborada com base em um instrumento usado para identificação da violência, o Abuse Assessment Screen - AAS, que já foi validado por outros pesquisadores e servirá para saber quais das mulheres entrevistadas já sofreram violência. Será feita também uma comparação dos resultados da terceira com a segunda parte.

A confiabilidade da pesquisa depende de colhermos as informações, as mais exatas possíveis. Sendo assim, elaboramos um roteiro com orientações que podem ser úteis no momento em que você entrevistar as mulheres, para que todos falemos a mesma língua. Neste guia, as colunas centrais são as perguntas para as quais procuramos respostas; entre parênteses está a forma mais fácil de você perguntar isso à entrevistada; na coluna à sua esquerda aparecem opções de respostas para as perguntas que você vai fazer; e na coluna à sua direita, encontram-se explicações sobre o que se encaixa melhor na opção a ser marcada ou o que queremos saber ao fazer a pergunta. Caso você ainda tenha alguma dificuldade, dúvida ou imprevisto, a qualquer momento estou à disposição para ajudar a resolvê-las. Meu telefone celular é (041)9685-4580. Não hesite em telefonar solicitando ajuda. Meu e-mail: lc Macedopiosiadlo@usp.br. Lembre-se que é também da qualidade dos dados coletados que dependerá a qualidade dos resultados da pesquisa.

Espero que possamos desenvolver um bom trabalho e agradeço imensamente a sua disposição em colaborar com este estudo.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

(A ser preenchido e assinado por todas as mulheres que responderão ao questionário)

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa chamada “Avaliação da vulnerabilidade de mulheres à violência doméstica: uma proposta utilizando indicadores de subalternidade de gênero na família”. É através da pesquisa que ocorrem os avanços importantes em todas as áreas e sua participação é fundamental. O objetivo desta pesquisa é ver se existe relação entre a vida que as mulheres têm em família e a violência doméstica.

Participar ou não desta pesquisa não envolve nenhum tipo de risco pra você e o benefício esperado melhorar a maneira dos profissionais atenderem as mulheres que sofrem violência em casa.

A pesquisadora responsável é Laura Christina Macedo Piosiadlo, enfermeira, professora na Universidade Federal do Paraná, doutoranda na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Se você quiser esclarecer algumas dúvidas com ela pode ser por telefone (41)9685-4580 ou por e-mail lmacedopiosiadlo@usp.br. Caso continue com dúvidas que não tenham sido esclarecidas pela pesquisadora, você pode entrar em contato com o comitê de ética que aprovou esta pesquisa. O e-mail é cometica@ee.usp.br. Se você quiser mais alguma informação sobre a pesquisa, poderá tê-las antes durante e depois do estudo.

A sua participação é voluntária. Na hora que você não quiser mais fazer parte da pesquisa, poderá solicitar de volta este documento que você está assinando agora. Se você não quiser participar, isto não implicará na interrupção de seu atendimento e/ou tratamento neste ou em qualquer outro serviço de saúde.

As informações relacionadas ao estudo poderão ser inspecionadas por autoridades legais. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada (seu nome não

aparecerá em nenhum documento ou publicação, somente um código), para que a confidencialidade seja mantida.

Todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não são da sua responsabilidade.

Por sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro.

Eu, _____
_____ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem que esta decisão me afete de qualquer maneira. Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

São José dos Pinhais, ___/___/ 2012

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO TCLE

1. Essa é a primeira etapa do trabalho;
2. Você deve explicar que o preenchimento desse termo é a garantia para que a mulher possa participar da pesquisa, mas que isso não a impede de mudar de ideia a qualquer momento, sem nenhum prejuízo no atendimento;
3. Entregue uma cópia e pergunte se ela gostaria que você lesse junto com ela para sanar dúvidas;
4. Esclareça as dúvidas que ela possa ter quanto ao conteúdo;
5. Caso concorde com o TCLE a participante assina duas vias. Uma deve ser entregue a ela e outra deve ser guardada com o número do questionário que ela preencheu.

No _____

(Este número virá preenchido)

Você tem ou já teve um companheiro /marido/ namorado? Sim () Não ()

Tem filhos? Sim () Não () (Estas duas perguntas são critérios para inclusão, caso a entrevistada responda negativamente a estas perguntas, suspender a entrevista. Agradeça e explique que neste momento queremos entrevistar mulheres que tem ou tiveram um companheiro e que tem filhos)

Parte 1 – Identificação

Unidade de Saúde: _____ Data: ___/___/___

(A ser preenchido pelo pesquisador no momento da entrevista)

Nome (iniciais) _____ Data de nascimento: ___/___/___

(Qual seu nome completo e sua data de nascimento ou o dia do seu aniversário?)

Local de nascimento _____

(Em que cidade você nasceu?)

Há quanto tempo vive em SJ dos Pinhais? _____

(Marcar há quantos dias, meses ou anos a entrevistada vive em São José dos Pinhais)

1) Escolaridade (Entrevistador: por favor, marque na coluna ao lado apenas uma opção com um X) (Até que série você estudou ou em que série está estudando?)	
1. Analfabeta	Não sabe ler e escrever.
2. Fundamental incompleto	Não chegou a concluir a antiga 8ª série ou ainda está cursando o ensino fundamental (1ª a 9ª série).
3. Fundamental completo	Concluiu a 8ª série do ensino primário
4. Médio incompleto	Não chegou a concluir o antigo 3º colegial ou está cursando o ensino médio.
5. Médio completo	Concluiu o antigo 3º colegial

6. Superior incompleto	Não chegou a concluir ou está cursando um curso de graduação.
7. Superior completo	Concluiu um curso de graduação
2) Seu estado civil é: (Entrevistador: por favor, marque na coluna ao lado apenas uma opção com um X) (Qual é a sua situação em relação à convivência com outra pessoa?)	
1. Solteira	Não tem um companheiro com quem divide uma casa ou forma uma família
2. Solteira com namorado	Tem um companheiro mas ainda não vivem na mesma casa nem dividem despesas ou constituem família
3. Casada/união estável	Vive com um companheiro com quem divide uma casa ou formam uma família, independente da oficialização por meio de documento
4. Divorciada/separada	Viveu com um companheiro com quem dividia uma casa ou formava uma família, mas se separou desta pessoa
5. Viúva	Viveu com um companheiro com quem dividia uma casa / formam uma família, mas esta pessoa faleceu
6. Outro	Qualquer outra situação que não se encaixe nas anteriores (caso escolha essa opção, descreva a que se refere)
3) Você pratica alguma religião? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
3.1) Em caso afirmativo, qual ou quais? (Pode ter mais de uma resposta)	
1. Cristã católica	Qualquer expressão que se referir católica (católica apostólica romana, católica apostólica brasileira, ortodoxa grega etc.)
2. Cristã evangélica	Todas religiões cristãs protestantes, pentecostais e neopentecostais (luterana, batista, presbiteriana, quadrangular, universal.)

3. Cristã espírita	Que pratica espiritismo ou espiritismo kardecista
4. Religiões afro-brasileiras	Todas as religiões de origem africana (umbanda, candomblé, quimbanda)
5. Outra	Ao marcar essa opção especificar
4) Você exerce alguma atividade remunerada? Qual?	
1. Não exerce atividade remunerada	
2. Cuidado da casa ou de um estabelecimento (empregada doméstica, cozinheira, faxineira, copeira, zeladora etc.)	Qualquer atividade remunerada relacionada ao trabalho braçal de limpeza e manutenção
3. Comércio (vendedora, caixa, balconista, etc.)	Qualquer atividade remunerada realizada no comércio formal ou informal
4. Ensino / educação ou cuidado (professora, educadora, recreacionista, cuidadora de idosos, auxiliar de enfermagem, etc.)	Qualquer atividade relacionada ao ensino formal ou cursos livres (línguas, música, esportes...) ou ao cuidado de crianças ou adultos
5. Funcionária pública	Trabalhadora em repartição pública, concursada
6. Trabalha na indústria (como operária)	Qualquer função exercida em fábrica (que não esteja no item 1)
7. Profissional liberal (médica, dentista, advogada, ou outra profissão com formação de terceiro grau em que exerça uma atividade autônoma)	Profissional liberal autônoma
8. Prestação de serviço	Proprietária de seu próprio negócio. Especificar
9. Outra	Ao marcar essa opção especificar
4.1) Se você exerce uma atividade remunerada, nos últimos doze meses você precisou faltar do serviço por problemas de saúde? (Circule a opção escolhida)	
SIM Qual? Especificar	Qual o problema de saúde que teve?
NÃO	
4.2) Você sofreu algum acidente de trabalho nos últimos doze meses? (Circule a opção escolhida)	

SIM Qual? Especificar	Qual o acidente de trabalho que teve?
NÃO	
5) Constituição Familiar	
5.Quantas pessoas moram na sua casa?	Número total de pessoas contando, inclusive, com a própria entrevistada
5.1 Quantos filhos você tem?	Quantos filhos vivos (adultos ou crianças, morando ou não com ela)
5.2 Quem você considera o/a chefe da sua família?	
1. Você mesma ()	A própria entrevistada é a principal responsável pelo sustento e/ou tomadas de decisão na família
2. marido / companheiro ()	O companheiro ou marido é o principal responsável pelo sustento e/ou tomadas de decisão na família
3. Outro ()	Ao marcar essa opção especificar
6) Condições de saúde Você tem algum problema de saúde? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
6.1) Em caso afirmativo, qual? Especificar	
6.2) Onde você faz acompanhamento desse problema?	
1. USF/UBS	
2. Ambulatório de especialidades	
3. Hospital	
4. Outro serviço	Ao marcar essa opção especificar
6.3) Precisou ficar internada em hospital ou clínica nos últimos doze meses? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
6.4) Em caso afirmativo, qual o motivo? Especificar	

7) Você faz ou já fez uso <u>frequente</u> de alguma droga? (Explicar que droga pode ser bebida alcoólica, cigarro e outras drogas. Por frequente entenda-se todos os dias, quase todos os dias)	
SIM, (quer dizer que ainda faz)	NÃO
SIM (já fez e parou) Há quanto tempo? Especificar	
7.1 Em caso afirmativo, qual? (Leia para a entrevistada cada opção. Ela pode escolher mais de uma opção. Você pode citar os exemplos ao lado)	
1. Bebida alcoólica	Qualquer bebida alcoólica: cerveja, vinho, pinga, vodca, etc.
2. Cigarro	Qualquer produto a base de fumo: cigarro de papel, cigarro de palha, cachimbo, charuto.
3. Outras drogas	Ao marcar essa opção, especificar: remédios para dormir, calmantes, cola de sapateiro, solventes, maconha, crack, cocaína, outros.
7.2) Se sim, há quanto tempo você usa ou usou cada substância?	
8) Você participa de algum grupo/ associação /sindicato/ partido político? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
8.1 Em caso afirmativo, qual? (Leia para a entrevistada cada opção. Ela pode escolher mais de uma opção. Você pode citar os exemplos ao lado)	
1 Grupo religioso	Grupo de oração, pastoral ou qualquer outro grupo ligado a uma igreja / religião
2. Associação de bairro ou de moradores	Grupo que representa os moradores do bairro ou do condomínio onde vive
3. Conselho de saúde, escolar, de segurança / etc.	Qualquer conselho local, municipal, estadual ou nacional instituído com finalidade de controle social
4. Sindicatos ou associação profissional	Grupo que representa a categoria profissional a qual pertence
5. Partido político	Qualquer grupo ligado a uma sigla política (do tipo PXX JOVEM, PXX MULHER)
6. ONG ou Clube de serviço	Clubes de serviços do tipo Rotary, Lions, etc....

	Qualquer organização não-governamental
7 Outro	Ao marcar essa opção especificar
9) Atualmente você tem alguma atividade de lazer? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
9.1 Em caso afirmativo, qual? (Leia para a entrevistada cada opção. Ela pode escolher mais de uma opção)	
1. Atividade física (esporte ou academia)	Caminhar ou andar de bicicleta com a finalidade exclusiva de exercitar (não entra ir para o trabalho a pé ou de bicicleta), ir ao parque, à academia ou praticar algum esporte
2. Cinema ou teatro (assiste ou pratica)	Atividades pagas ou de graça, de grupos profissionais ou amadores
3 Assiste ou participa de apresentações de grupos folclóricos	Atividades pagas ou de graça, de grupos profissionais ou amadores
4. Faz aulas de música, vai a shows, participa de apresentações musicais	Atividades pagas ou de graça, de grupos profissionais ou amadores
5. Dança	Faz aulas ou sai para dançar
6 Outro	Ao marcar essa opção especificar
9.2 Com que frequência? (Marque uma das opções abaixo)	
1. Ao menos uma vez por semana	
2. Ao menos uma vez por mês	
3. Raramente	Frequência menor do que as descritas anteriormente

Parte 2 – Questionário para identificação da vulnerabilidade

(Nesta parte do questionário, você lerá as frases para as marcando para cada frase a nota que ela der, variando de 1 a 4, sendo a opção 1 quando aquela frase nunca ocorre com ela ou não tem nada a ver com a realidade dela e a opção 4 quando o que está descrito na frase acontece sempre com ela, praticamente todos os dias. Antes você lerá a orientação a seguir. Sempre que ela ficar na dúvida lembre-a dos significados: 1- Nunca acontece com você, 2- Acontece muito raramente, de vez em quando ou com alguma frequência, 3- Acontece com uma certa regularidade, mais ou menos frequentemente, 4- Acontece sempre, praticamente todos os dias da sua vida, com muita frequência)

Orientação para as entrevistadas: Este questionário tem o objetivo de identificar algumas características da sua vida em casa e na família. São frases que foram ditas por mulheres ao serem perguntadas sobre várias situações da vida delas. Peço que você responda com sinceridade às perguntas. Se não entender alguma coisa, me pergunte. Para cada frase que eu for falando você dá uma resposta numa escala que varia de 1 a 4. Quando você falar o número 1 quer dizer que você não identifica nada da frase com a sua própria vida, ou seja, aquilo que a frase diz nunca acontece com você. O número 2 quer dizer que o que está dito na frase acontece na sua vida muito raramente, de vez em quando ou com alguma frequência. Se você escolher o número 3 quer dizer que aquilo acontece na sua vida com uma certa regularidade, mais ou menos frequentemente e se você se escolher o número 4 quer dizer que você se identifica completamente com a situação da frase na sua própria vida, pois aquilo acontece praticamente todos os dias da sua vida ou com muita frequência. (Lembre-se caso a entrevistada diga que nunca viveu nada semelhante a resposta é 1)

Quando você responde:

Número 1	Nunca acontece com você.
Número 2	Acontece muito raramente, de vez em quando ou com alguma frequência.
Numero 3	Acontece com uma certa regularidade, mais ou menos frequentemente.
Número 4	Acontece sempre, praticamente todos os dias da sua vida, com muita frequência.

Escolha uma opção de 1 a 4 para cada uma das frases a seguir:

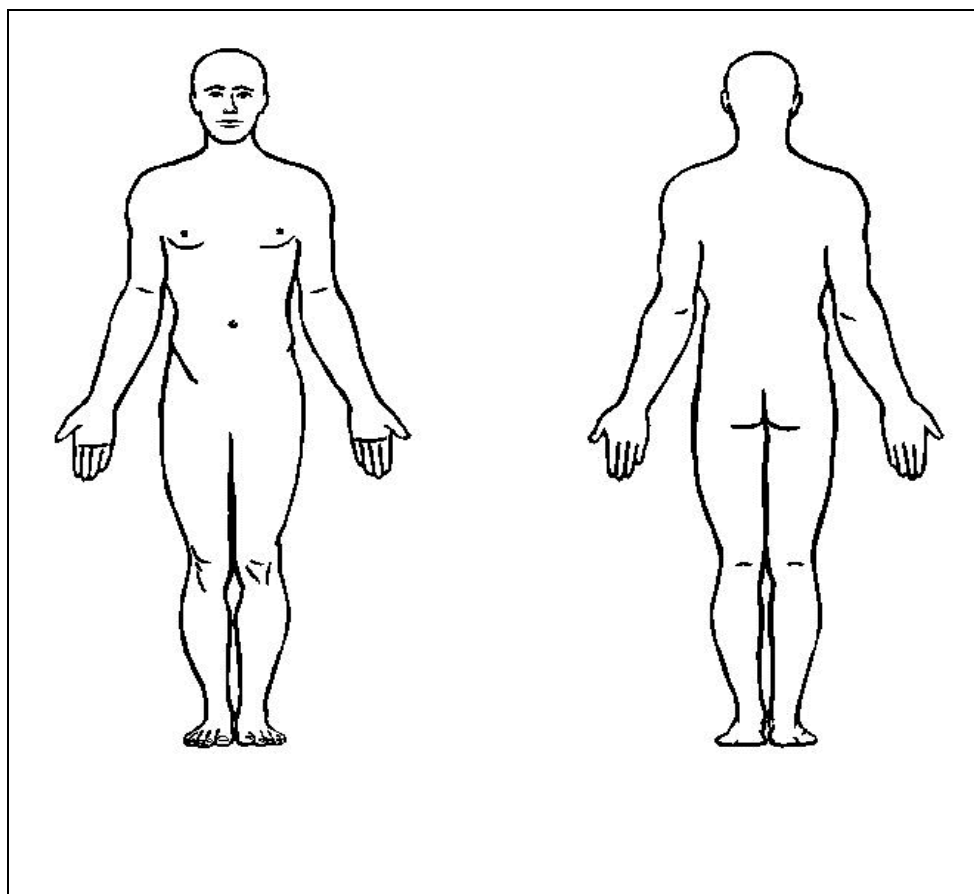
Frases	Grau de concordância			
10. Na minha casa é tudo eu. Cama pra arrumar, louça pra lavar, roupa pra lavar e passar, casa pra varrer... É muito estressante chegar cansada do trabalho e ver toda aquela bagunça.	1	2	3	4
11. Mulher trabalha dia e noite. Às vezes espera os filhos dormirem pra continuar fazendo as coisas e nem percebe que está trabalhando sem parar.	1	2	3	4
12. Cuidar dos filhos sempre sobra pra mãe. Acho que é da natureza da mãe cobrar mais, exigir mais.	1	2	3	4
13. Ele diz que não me mandou engravidar. Como se eu tivesse feito a filha sozinha. Eu sei que ele não vai ajudar na educação dela, mas precisa pelo menos honrar com o compromisso financeiro.	1	2	3	4
14. Coloquei meu filho menor na creche e fui trabalhar, porque se não fizesse isso, já teria perdido a guarda das crianças.	1	2	3	4
15. Hoje sou a chefe da família. Se eu não trabalhar as coisas não andam. Talvez, antigamente fosse diferente e o chefe da família fosse o homem, mas a gente não pode voltar atrás.	1	2	3	4
16. O trabalho fora de casa significa satisfação, independência financeira, realização pessoal, porque você se sente útil em alguma coisa que não seja lavar e cozinhar.	1	2	3	4
17. Eu trabalho fora porque cansei de ficar pedindo dinheiro e ouvir “mas eu já te dei tanto tal dia!”. Então esse dinheiro é meu e sei como vou gastá-lo.	1	2	3	4
18. Mesmo estando desempregado, meu marido não fica com as crianças para eu trabalhar. Por isso, quando vou trabalhar, fico com a consciência pesada.	1	2	3	4
19. Conciliar família e trabalho é difícil. Às vezes a gente tem que se dividir em três pra ser boa mãe, boa dona-de-casa e ainda trabalhar fora.	1	2	3	4
20. Minha vida profissional mudou completamente depois que eu me casei. Quando a gente é solteira, tem mais liberdade, tem boa aparência. Depois que casa não tem mais ânimo pra procurar emprego, só pensa nos filhos. Eu podia estar ganhando bem, mas depois que a gente se casa e tem filhos tudo fica mais difícil. Às vezes penso que é melhor deixar de trabalhar.	1	2	3	4

21. Com o nascimento dos filhos continuei trabalhando de dia e estudando de noite. Nem é pelo curso, mas pela coragem de enfrentar a vida. Eu fiz minhas escolhas.	1	2	3	4
22. Não tenho ajuda de ninguém para nada. Ninguém da minha família mora nesta cidade, então ninguém pode me ajudar. Tem só uma pessoa que eu conheço mas ela não pode me ajudar o tempo todo.	1	2	3	4
23. Para eu trabalhar outra pessoa precisa cuidar das crianças. Normalmente a minha mãe ou a minha sogra me ajudam.	1	2	3	4
24. Recebemos ajuda da assistente social e da igreja com alimento e cesta básica.	1	2	3	4
25. Casamento é bom desde que você encontre uma pessoa boa. Eu não encontrei uma pessoa que pense igual a mim.	1	2	3	4
26. No casamento, em primeiro lugar tem que existir um sentimento entre os dois e depois respeito. Se não existem essas duas coisas, casado ou não, não adianta querer ficar junto.	1	2	3	4
27. Às vezes o divórcio é bem-vindo, mas é aquela coisa: separou é pra sempre! Ficar indo e voltando é sem-vergonhice. Ou você entra num acordo de que vai separar, ou fica do jeito que está.	1	2	3	4
28. Pra mim o divórcio foi a libertação, mas é triste, porque quando há uma união do pai com os filhos, as crianças sofrem com a separação.	1	2	3	4
29. Às vezes você se casa pensando que a pessoa é de um jeito, mas na verdade ela é de outro. E isso pode acontecer tanto com o marido quanto com o mulher... O divórcio é um jeito de resolver esse problema.	1	2	3	4
30. Depois do divórcio ou da separação, a pessoa tem que partir pra outra. Cada um tem que fazer aquilo que deseja, sem interferir ou prejudicar o outro	1	2	3	4
31. Não dá para viver de aparência. Por isso acho normal querer ser feliz novamente, depois de uma separação ou divórcio.	1	2	3	4
32. Quem acha que mulher separada não presta, não sabe o que ela passou até ela se separar.	1	2	3	4
33. Infidelidade não tem perdão nem pra homem nem pra mulher. Porque se a mulher for boa não tem motivo para o homem trair e se a mulher for ruim pede o divórcio. Com a	1	2	3	4

mulher é a mesma coisa. Se o homem for bom não tem motivo pra trair e se for ruim tem mais é que largar.				
34. Infidelidade é muito relativa. A partir do momento em que o relacionamento não dá mais e você se interessa por outra pessoa, tem que viver aquele momento.	1	2	3	4
35. Na viuvez, quando o amor é grande a gente fica triste, mas tem que viver a vida porque a hora do companheiro chegou, mas a sua ainda não.	1	2	3	4
36. As viúvas são mais independentes, acabam ficando sozinhas. Os viúvos são mais dependentes, logo se casam de novo.	1	2	3	4
37. Na minha vida, não tenho liberdade pra nada. Pra mim todo dia é igual. Antes eu tinha mais contato com as amigas. Hoje o máximo que faço é ir na casa de algum parente.	1	2	3	4
39. Nas horas livres eu cuido da casa. Se saio é pra pagar alguma conta ou coisa desse tipo. Não tenho liberdade pra sair com uma amiga. Acho que nunca vou ter.	1	2	3	4
39. Eu tento separar um pouquinho de tempo pra lazer. Gosto de ir ao cinema, ao bailinho, conversar com os amigos. Tem que ter tempo pra estudar também. Não dá pra ficar só trabalhando, trabalhando...	1	2	3	4
40. Quando tem que dar uma bronca nas crianças eu chamo o pai porque elas respeitam mais. A mãe dá aquela briguinha todo dia, mas o pai fala uma vez e eles já respeitam.	1	2	3	4
41. Os filhos não obedecem o pai porque não tem bons exemplos pra dar. Ou está bêbado, ou drogado e brigando com todos.	1	2	3	4
42. Não tenho liberdade pra cuidar das contas da casa porque quando ele pega o dinheiro quer mandar. Quando quero uma coisa tenho que comprar escondido, mesmo sendo com o meu dinheiro.	1	2	3	4
43. Sou eu quem pago todas as despesas da casa, inclusive as dele, porque quando ele trabalha todo o dinheiro vai para o vício (álcool, drogas).	1	2	3	4

Parte 3 – Questionário para identificação da violência - AAS

44. Você já foi alguma vez maltratada emocionalmente ou fisicamente pelo seu parceiro ou alguém importante para você? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
44.1. Em caso afirmativo (sim), por quem? (Leia para a entrevistada cada opção. Ela pode escolher mais de uma opção)	
1. Marido	
2. Ex-marido /ex-namorado	
3. Namorado	
4. Estranho	
5. Outro	Ao marcar essa opção especificar
44.2 Número de vezes	
45. Neste último ano (12 meses), alguém lhe bateu, esbofeteou, chutou ou machucou fisicamente? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
45.1 Em caso afirmativo, quem? (Leia para a entrevistada cada opção. Ela pode escolher mais de uma opção)	
1. Marido	
2. Ex-marido / ex-namorado	
3. Namorado	
4. Estranho	
5. Outro	Ao marcar essa opção especificar
45. 2 Número de vezes	
Aponte as áreas do seu corpo que foram mais agredidas neste desenho (Nesta pergunta, mostre o desenho à entrevistada e peça que ela aponte os locais a serem marcados)	



45.4. Que tipos de agressão que e você mais sofre ou já sofreu (Leia para a entrevistada cada opção. Ela pode escolher mais de uma opção)

1 - Ameaças de maus-tratos/agressão, inclusive com arma	
2 - Tapa, empurrão; sem machucar ou ferimento ou dor duradoura	
3 - Soco, chute, machucado, “mancha roxa”, cortes e/ou dor continua	
4 - Espancamento, contusões severas, queimaduras, ossos quebrados	
5 - Danos na cabeça, internos e/ou permanentes	

46. Neste último ano (12 meses), alguém forçou você a ter atividades ou relações sexuais? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
46.1. Em caso afirmativo (sim), quem? (Leia para a entrevistada cada opção. Ela pode escolher mais de uma opção)	
1. Marido	
2. Ex-marido / ex-namorado	
3. Namorado	
4. Estranho	
5. Outro	Ao marcar essa opção especificar
46.2 Número de vezes	
47. Você tem medo do seu parceiro ou de alguém listado acima? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
47.1. Em caso afirmativo (sim), quem? (Leia para a entrevistada cada opção. Ela pode escolher mais de uma opção)	
1. Marido	
2. Ex-marido / ex-namorado	
3. Namorado	
4. Estranho	
5. Outro	Ao marcar essa opção especificar

APÊNDICE E

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa chamada “Avaliação da vulnerabilidade de mulheres à violência doméstica: uma proposta utilizando indicadores de subalternidade de gênero na família”. É através da pesquisa que ocorrem os avanços importantes em todas as áreas e sua participação é fundamental. O objetivo desta pesquisa é ver se existe relação entre a vida que as mulheres têm em família e a violência doméstica.

Participar ou não desta pesquisa não envolve nenhum tipo de risco pra você e o benefício esperado melhorar a maneira dos profissionais atenderem as mulheres que sofrem violência em casa.

A pesquisadora responsável é Laura Christina Macedo Piosiadlo, enfermeira, professora na Universidade Federal do Paraná, doutoranda na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Se você quiser esclarecer algumas dúvidas com ela pode ser por telefone (41)9685-4580 ou por e-mail lmacedopiosiadlo@usp.br. Caso continue com dúvidas que não tenham sido esclarecidas pela pesquisadora, você pode entrar em contato com o comitê de ética que aprovou esta pesquisa. O e-mail é cometica@ee.usp.br. Se você quiser mais alguma informação sobre a pesquisa, poderá tê-las antes durante e depois do estudo.

A sua participação é voluntária. Na hora que você não quiser mais fazer parte da pesquisa, poderá solicitar de volta este documento que você está assinando agora. Se você não quiser participar, isto não implicará na interrupção de seu atendimento e/ou tratamento neste ou em qualquer outro serviço de saúde.

As informações relacionadas ao estudo poderão ser inspecionadas por autoridades legais. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada (seu nome não aparecerá em nenhum documento ou publicação, somente um código), para que a confidencialidade seja mantida.

Todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não são da sua responsabilidade.

Por sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro.

Eu, _____ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem que esta decisão me afete de qualquer maneira. Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

São José dos Pinhais, ____/____/ 2012

APÊNDICE F
QUESTIONÁRIO APLICADO NAS USUÁRIAS

Questionário N° _____

Parte 1 – Identificação

Unidade de Saúde: _____ **Data:** __/__/__

Nome (iniciais) _____ **Data de nascimento:** __/__/__

Local de nascimento _____

Há quanto tempo vive em SJ dos Pinhais? _____

1) Escolaridade (Entrevistador: por favor, marque na coluna ao lado apenas uma opção com um X)	
1. Analfabeta	
2. Fundamental incompleto	
3. Fundamental completo	
4. Médio incompleto	
5. Médio completo	
6. Superior incompleto	
7. Superior completo	
2) Seu estado civil é: (Por favor, marque na coluna ao lado apenas uma opção com um X)	
1. Solteira	
2. Casada/união estável	
3. Divorciada/separada	
4. Viúva	
3) Pratica alguma religião? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
3.1) Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa, qual ou quais? (Por favor, marque na coluna ao lado uma ou mais opções com um X)	
1. Cristã católica	
2. Cristã evangélica	

3. Cristã espírita	
4. Religiões afro-brasileiras	
5. Outra (ao marcar essa opção especificar)	
4) Você exerce uma atividade remunerada relacionada a (trabalha em...) (marque com um X)	
1. Cuidado da casa ou de um estabelecimento (empregada doméstica, cozinheira, faxineira, copeira, zeladora etc.)	
2. Comércio (vendedora, caixa, balconista, etc.)	
3. Ensino / educação (professora, educadora, recreacionista, etc.)	
4. Funcionária pública	
5. Trabalha na indústria (como operária)	
6. Profissional liberal (médica, dentista, advogada, ou outra profissão em que exerça uma atividade autônoma)	
7. Prestação de serviço	
8. Não exerce atividade remunerada	
9. Outra	
4.1) Se você exerce uma atividade remunerada, nos últimos doze meses você precisou faltar do serviço por problemas de saúde? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
4.2) Você sofreu algum acidente de trabalho nos últimos doze meses? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
5) Constituição Familiar (complete com números)	
5. Quantas pessoas moram na sua casa?	_____ pessoas
5.1 Quantos filhos você tem?	_____ filhos
5.2 Quem você considera o/a chefe da sua família? (Por favor, marque na coluna ao lado apenas uma opção com um X)	
1. Você mesma	
2. marido / companheiro	
3. Outro (ao marcar essa opção, especificar)	

6) Condições de saúde Você tem algum problema de saúde? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
6.1) Em caso afirmativo, qual?	
6.2) Onde você faz acompanhamento desse problema? (Pode ter mais de uma resposta)	
1. USF/UBS	
2. Ambulatório de especialidades	
3. Hospital	
4. Outro serviço (ao marcar essa opção, especificar)	
6.3) Precizou ficar internada nos últimos doze meses? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
6.4) Em caso afirmativo, qual o motivo?	
7) Você faz ou já fez uso frequente de alguma droga? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
7.1 Em caso afirmativo, qual? (Pode ter mais de uma resposta)	
1. Bebida alcoólica	
2. Cigarro	
3. Outras drogas	
7.2) Se sim, por quanto tempo você usa ou usou cada substância?	
8) Você participa de algum grupo/ associação /sindicato/ partido político? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
8.1 Em caso afirmativo, qual? (Pode ter mais de uma resposta)	
1 Grupo religioso	
2. Associação de bairro / de moradores	
3. Conselho de saúde / escolar/ de segurança / etc.	
4. Sindicatos / associação profissional	
5. Partido político	

6. ONG / Clubes de serviço	
7 Outro	
9) Você pratica alguma atividade de lazer? (Circule a opção escolhida)	
SIM	NÃO
9.1 Em caso afirmativo, qual? (Pode ter mais de uma resposta)	
1. Atividade física (esporte / academia)	
2. Faz aulas de ou vai ao cinema / teatro	
3 Assiste ou participa de apresentações de grupos folclóricos	
4. Faz aulas de música / vai a shows / participa de apresentações musicais	
5. Dança	
6 Outro	
9.2 Com que frequência? (Por favor, marque na coluna ao lado apenas uma opção com um X)	
1. Ao menos uma vez por semana	
2. Ao menos uma vez por mês	
3. Raramente	

Parte 2 – Questionário para identificação da vulnerabilidade

Orientação para as mulheres que vão responder o questionário: Este questionário tem o objetivo de identificar algumas características da sua vida em casa e na família. São frases que foram ditas por mulheres ao serem perguntadas sobre várias situações da vida delas. Peço que você responda com sinceridade às perguntas. Se não entender alguma coisa, me pergunte. Para cada frase que eu for falando você dá uma resposta numa escala que varia de 1 a 4. Quando você falar o número 1 quer dizer que você não identifica nada da frase com a sua própria vida, ou seja, aquilo que a frase diz nunca acontece com você. O número 2 quer dizer que o que está dito na frase acontece na sua vida muito raramente, de vez em quando ou com alguma frequência. Se você escolher o número 3 quer dizer que aquilo acontece na sua vida com uma certa regularidade, mais ou menos frequentemente e se você se escolher o número 4 quer dizer que você se identifica completamente com a situação da frase na sua própria vida, pois aquilo acontece praticamente todos os dias da sua vida ou com muita frequência.

Quando você responde:

Número 1	Nunca acontece com você.
Número 2	Acontece muito raramente, de vez em quando ou com alguma frequência.
Numero 3	Acontece com uma certa regularidade, mais ou menos frequentemente.
Número 4	Acontece sempre, praticamente todos os dias da sua vida, com muita frequência.

Escolha uma opção de 1 a 4 para cada uma das frases a seguir:

Frases	Grau de concordância
10. Na minha casa é tudo eu. Cama pra arrumar, louça pra lavar, roupa pra lavar e passar, casa pra varrer... É muito estressante chegar cansada do trabalho e ver toda aquela bagunça.	1 2 3 4
11. Mulher trabalha dia e noite. Às vezes espera os filhos dormirem pra continuar fazendo as coisas e nem percebe que está trabalhando sem parar.	1 2 3 4
12. Cuidar dos filhos sempre sobra pra mãe. Acho que é da natureza da mãe cobrar mais, exigir mais.	1 2 3 4
13. Ele diz que não me mandou engravidar. Como se eu tivesse feito a filha sozinha. Eu sei que ele não vai ajudar na educação dela, mas precisa pelo menos honrar com o compromisso financeiro.	1 2 3 4
14. Coloquei meu filho menor na creche e fui trabalhar, porque se não fizesse isso, já teria perdido a guarda das crianças.	1 2 3 4
15. Hoje sou a chefe da família. Se eu não trabalhar as coisas não andam. Talvez, antigamente fosse diferente e o chefe da família fosse o homem, mas a gente não pode voltar atrás.	1 2 3 4
16. O trabalho fora de casa significa satisfação, independência financeira, realização pessoal, porque você se sente útil em alguma coisa que não seja lavar e cozinhar.	1 2 3 4

17. Eu trabalho fora porque cansei de ficar pedindo dinheiro e ouvir “mas eu já te dei tanto tal dia!”. Então esse dinheiro é meu e sei como vou gastá-lo.	1	2	3	4
18. Mesmo estando desempregado, meu marido não fica com as crianças para eu trabalhar. Por isso, quando vou trabalhar, fico com a consciência pesada.	1	2	3	4
19. Conciliar família e trabalho é difícil. Às vezes a gente tem que se dividir em três pra ser boa mãe, boa dona-de-casa e ainda trabalhar fora.	1	2	3	4
20. Minha vida profissional mudou completamente depois que eu me casei. Quando a gente é solteira, tem mais liberdade, tem boa aparência. Depois que casa não tem mais ânimo pra procurar emprego, só pensa nos filhos. Eu podia estar ganhando bem, mas depois que a gente se casa e tem filhos tudo fica mais difícil. Às vezes penso que é melhor deixar de trabalhar.	1	2	3	4
21. Com o nascimento dos filhos continuei trabalhando de dia e estudando de noite. Nem é pelo curso, mas pela coragem de enfrentar a vida. Eu fiz minhas escolhas.	1	2	3	4
22. Não tenho ajuda de ninguém para nada. Ninguém da minha família mora nesta cidade, então ninguém pode me ajudar. Tem só uma pessoa que eu conheço mas ela não pode me ajudar o tempo todo.	1	2	3	4
23. Para eu trabalhar outra pessoa precisa cuidar das crianças. Normalmente a minha mãe ou a minha sogra me ajudam.	1	2	3	4
24. Recebemos ajuda da assistente social e da igreja com alimento e cesta básica.	1	2	3	4
25. Casamento é bom desde que você encontre uma pessoa boa. Eu não encontrei uma pessoa que pense igual a mim.	1	2	3	4
26. No casamento, em primeiro lugar tem que existir um sentimento entre os dois e depois respeito. Se não existem essas duas coisas, casado ou não, não adianta querer ficar junto.	1	2	3	4

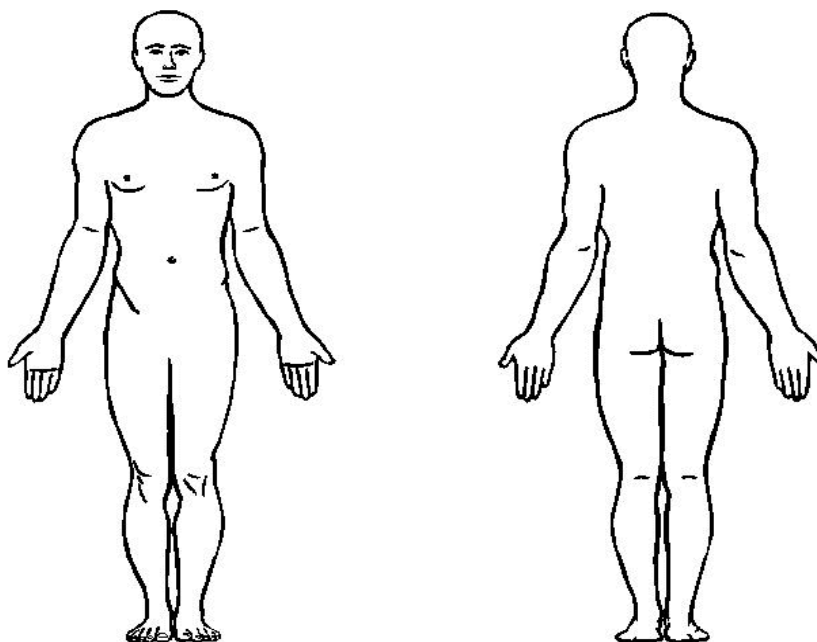
27. Às vezes o divórcio é bem-vindo, mas é aquela coisa: separou é pra sempre! Ficar indo e voltando é sem-vergonhice. Ou você entra num acordo de que vai separar, ou fica do jeito que está.	1	2	3	4
28. Pra mim o divórcio foi a libertação, mas é triste, porque quando há uma união do pai com os filhos, as crianças sofrem com a separação.	1	2	3	4
29. Às vezes você se casa pensando que a pessoa é de um jeito, mas na verdade ela é de outro. E isso pode acontecer tanto com o marido quanto com o mulher... O divórcio é um jeito de resolver esse problema.	1	2	3	4
30. Depois do divórcio ou da separação, a pessoa tem que partir pra outra. Cada um tem que fazer aquilo que deseja, sem interferir ou prejudicar o outro	1	2	3	4
31. Não dá para viver de aparência. Por isso acho normal querer ser feliz novamente, depois de uma separação ou divórcio.	1	2	3	4
32. Quem acha que mulher separada não presta, não sabe o que ela passou até ela se separar.	1	2	3	4
33. Infidelidade não tem perdão. Porque se a mulher for boa não tem motivo para o homem trair e se a mulher for ruim pede o divórcio. Com a mulher é a mesma coisa. Tanto pra um lado quanto pra outro não tem perdão.	1	2	3	4
34. Infidelidade é muito relativa. A partir do momento em que o relacionamento não dá mais e você se interessa por outra pessoa, tem que viver aquele momento.	1	2	3	4
35. Na viuvez, quando o amor é grande a gente fica triste, mas tem que viver a vida porque a hora do companheiro chegou, mas a sua ainda não.	1	2	3	4
36. As viúvas são mais independentes, acabam ficando sozinhas. Os viúvos são mais dependentes, logo se casam de novo.	1	2	3	4
37. Na minha vida, não tenho liberdade pra nada. Pra mim todo dia é igual. Antes eu tinha mais contato com as amigas. Hoje o máximo que faço é ir na casa de algum parente.	1	2	3	4

39. Nas horas livres eu cuido da casa. Se saio é pra pagar alguma conta ou coisa desse tipo. Não tenho liberdade pra sair com uma amiga. Acho que nunca vou ter.	1 2 3 4
39. Eu tento separar um pouquinho de tempo pra lazer. Gosto de ir ao cinema, ao bailinho, conversar com os amigos. Tem que ter tempo pra estudar também. Não dá pra ficar só trabalhando, trabalhando...	1 2 3 4
40. Quando tem que dar uma bronca nas crianças eu chamo o pai porque elas respeitam mais. A mãe dá aquela briguinta todo dia, mas o pai fala uma vez e eles já respeitam.	1 2 3 4
41. Os filhos não obedecem o pai porque não tem bons exemplos pra dar. Ou está bêbado, ou drogado e brigando com todos.	1 2 3 4
42. Não tenho liberdade pra cuidar das contas da casa porque quando ele pega o dinheiro quer mandar. Quando quero uma coisa tenho que comprar escondido, mesmo sendo com o meu dinheiro.	1 2 3 4
43. Sou eu quem pago todas as despesas da casa, inclusive as dele, porque quando ele trabalha todo o dinheiro vai para o vício (álcool, drogas).	1 2 3 4

Parte 3 – Questionário para identificação da violência - AAS

44. Você já foi alguma vez maltratada emocionalmente ou fisicamente pelo seu parceiro ou alguém importante para você?	
SIM	NÃO
44.1. Em caso afirmativo (sim), por quem? (Por favor, escolha uma ou mais opções)	
1. Marido	
2. Ex-marido	
3. Namorado	
4. Estranho	
5. Outro (ao marcar essa opção especificar)	
44.2 Número de vezes	
45. Neste último ano (12 meses), alguém lhe bateu, esbofeteou, chutou ou machucou fisicamente?	
SIM	NÃO
45.1 Em caso afirmativo, quem? (Por favor, escolha uma ou mais opções)	
1. Marido	
2. Ex-marido	
3. Namorado	
4. Estranho	
5. Outro (ao marcar essa opção especificar)	
45. 2 Número de vezes	

Aponte as áreas do seu corpo que foram mais agredidas neste desenho



45.4. Que tipos de agressão que e você mais sofre ou já sofreu (pode escolher mais de uma opção)

1 - Ameaças de maus-tratos/agressão, inclusive com arma	
2 - Tapa, empurrão; sem machucar ou ferimento ou dor duradoura	
3 - Soco, chute, machucado/"mancha roxa", cortes e/ou dor contínua	
4 - Espancamento, contusões severas, queimaduras, ossos quebrados	
5 - Danos na cabeça, internos e/ou permanentes	

46. Neste último ano (12 meses), alguém forçou você a ter atividades ou relações sexuais?

SIM

NÃO

46.1. Em caso afirmativo (sim), quem? (Por favor, marque uma ou mais opções)

1. Marido	
2. Ex-marido	

3. Namorado	
4. Estranho	
5. Outro (ao marcar essa opção especificar)	
46.2 Número de vezes	
47. Você tem medo do seu parceiro ou de alguém listado acima?	
SIM	NÃO
47.1. Em caso afirmativo (sim), quem? (Por favor, marque uma ou mais opções)	
1. Marido	
2. Ex-marido	
3. Namorado	
4. Estranho	
5. Outro (ao marcar essa opção especificar)	

ANEXOS

ANEXO 1



Rua Mendes Leitão, 3068 – Centro
 São José dos Pinhais – Paraná
 CEP: 83005-150
 FONE (41) 3381-5850
 (41) 3381-6367

Ofício nº 198/2012 - SEMS

São José dos Pinhais, 23 de fevereiro de 2012.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIO PARA PESQUISA

Esta Secretaria, concede autorização prévia à pesquisadora **LAURA CHRISTINA MACEDO PIOSIADLO**, aluna do curso de Doutorado em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para realização da pesquisa intitulada “**AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE DE MULHERES À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA PROPOSTA DE INSTRUMENTO UTILIZANDO INDICADORES DE SUBALTERNIDADE DE GÊNERO NA FAMÍLIA**”. A pesquisadora tem autorização para realizar coleta de dados qualitativos e quantitativos com os profissionais e usuários dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde por um período de 3 anos.

Informamos que se trata de autorização prévia, condicionada sua execução à aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição de Ensino. A pesquisa deverá ser efetuada de acordo com a Resolução nº 196/96 sobre Pesquisa envolvendo Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde/ M.S., não implicando qualquer ônus para este Município, que não deverá ser responsabilizado pelo desenvolvimento e execução da pesquisa, bem como deverão ser preservadas as identidades dos colaboradores.

Termos em que, Concede Autorização Prévia.

Giseli Cipriano Rodacoski

Chefe da Divisão de Ensino e Pesquisa

Irvando Luiz Carula

Secretário

Irvando Luiz Carula
 Secretário Municipal de Saúde
 Matr. nº 47945/Portaria nº 714/2012

ANEXO 2

Plataforma Brasil - Ministério da Saúde

Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - EEU SP

PROJETO DE PESQUISA

Título: Avaliação da vulnerabilidade de mulheres à violência doméstica: uma proposta de instrumento utilizando indicadores de subafirmidade de gênero na família

Pesquisador: Laura Christina Macedo Piccolillo

Versão: 2

Instituição: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - EEU SP

CAAE: 00858212.6.0000.5302

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Número do Parecer: 20335

Data da Relatoria: 23/03/2012

Apresentação do Projeto:

Pesquisa em que se pretende articular a subafirmidade de gênero na família à vulnerabilidade das mulheres para violência doméstica. Para isso, propõe-se a criar um instrumento para avaliação da subafirmidade de gênero na família, testar e validar esse instrumento e verificar a relação entre a subafirmidade de gênero na família e a ocorrência de violência doméstica.

A formulação dos questionamentos se dará por meio da construção de um instrumento para detectar a vulnerabilidade à violência doméstica avaliando a subafirmidade de gênero.

Servirá de base para a formulação do instrumento os resultados obtidos por Okabe (2010), que, partindo da proposta de avaliação das (des)igualdades na família de Goldani (2002), encontrou a frequência relativa das práticas e representações dos indicadores de subafirmidade de gênero na família, no cotidiano de mulheres agredidas por seus parceiros por meio de falas das entrevistadas.

Os indicadores de subafirmidade de gênero na família utilizados por Okabe (2010) encontram-se divididos em quatro áreas: produção interna ou esfera de reprodução; produção externa ou esfera do trabalho remunerado; redes sociais e apoios familiares; poder de decisão.

A medição será por escores gerados da organização das questões por escala do tipo Likert.

Para verificar a validade do instrumento, utilizar-se-á o modelo proposto por Hirio, Ciosak, Fonseca, Egly (2009) submetendo-o à apreciação de 20 juízes especialistas.

Instrumentos utilizados nas etapas seguintes serão modificados de acordo com os resultados encontrados nesta fase (de juízes).

Depois, será testada a aplicabilidade do instrumento, desenvolvido e modificado a partir da testagem com juízes, com trabalhadores que atuam nas Equipes de Saúde da Família do Município (enfermeiras, médicas, psicólogas, assistentes sociais) discutindo posteriormente as impressões sobre sua aplicação, incluindo facilidades, dificuldades e outras observações. Após a verificação dos dados desta aplicação, será feita uma Oficina de Trabalho em que os trabalhadores poderão expressar suas sensações ao responderem ao instrumento que está sendo validado e quais suas sugestões para torná-lo passível de utilização rotineira nos serviços, diante da suspeita de vulnerabilidade para violência.

Em um quarto momento, após todas as alterações sugeridas por juízes e trabalhadores serem aplicadas e revalidadas, será feita a aplicação do instrumento com usuários de um serviço de saúde possibilitando, finalmente, verificar sua pertinência, validade e confiabilidade.

Participarão das diferentes etapas da pesquisa:

- Docentes da área de saúde coletiva e saúde da mulher, pesquisadores da área e enfermeiros que atuam no atendimento às mulheres - da EEU SP (juízes)
- Profissionais de nível superior, que atendem mulheres e que podem vir a fazer diagnóstico de violência doméstica - da Unidade de Saúde da Família da região metropolitana de Curitiba (profissionais da saúde)
- Usuárias da unidade de saúde que estejam buscando atendimento em saúde da mulher ou consulto - da Unidade de Saúde da Família de São José dos Pinhais (população pesquisada)

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral: Analisar a vulnerabilidade das mulheres para violência doméstica em relação à subafirmidade de gênero na família.

Objetivos específicos

- criar um instrumento para avaliação da subafirmidade de gênero na família.

- testar e validar o conteúdo desse instrumento;
- verificar a relação entre a subalternidade de gênero na família e a ocorrência de violência doméstica por meio do instrumento criado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Descritos. Considera-se que não há riscos. Como benefício coloca-se a criação de um instrumento que poderá auxiliar na detecção precoce de vulnerabilidade à violência de gênero, contribuindo para sua prevenção.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de interesse. Fundamentação teórica bem colocada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta TCLE para os três grupos de entrevistados; carta autorização da Prefeitura de São José dos Pinhais; cronograma compatível com o momento atual.

Recomendações:

Apresenta carta autorização da Prefeitura de São José dos Pinhais; cronograma compatível com o momento atual.
A versão atual do TCLE está adequada.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As reformulações do TCLE atenderam ao que havia sido solicitado. Deve-se apenas acrescentar, no TCLE, o e-mail do CEP - EEUSP.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Referimos a necessidade de registro dos relatórios: parcial e final, na Plataforma Brasil.

11 de Maio de 2012

Assinado por
Celia Maria Sivalli Campos